

INCLUSÕES DIGITAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UMA NARRATIVA
SOCIOTÉCNICA SOBRE TELECENTROS, LAN HOUSES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Alberto Jorge Silva de Lima

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Sistemas e Computação, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Sistemas e Computação.

Orientador: Henrique Luiz Cukierman

Rio de Janeiro
Agosto de 2013

INCLUSÕES DIGITAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UMA NARRATIVA
SOCIOTÉCNICA SOBRE TELECENTROS, LAN HOUSES E POLÍTICAS
PÚBLICAS

Alberto Jorge Silva de Lima

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO
LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA
(COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE SISTEMAS E COMPUTAÇÃO.

Examinada por:

Prof. Henrique Luiz Cukierman, D.Sc.

Prof. Luis Felipe Magalhães de Moraes, Ph.D.

Prof. Ivan da Costa Marques, Ph.D.

Profa. Maria Lucia Alvares Maciel, Dra.

Prof. Carlos Affonso Pereira de Souza, Dr.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

AGOSTO DE 2013

Lima, Alberto Jorge Silva de

Inclusões Digitais e Desenvolvimento Social: Uma Narrativa Sociotécnica Sobre Telecentros, Lan Houses e Políticas Públicas/ Alberto Jorge Silva de Lima. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2013.

XII, 186 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Henrique Luiz Cukierman

Dissertação (mestrado) – UFRJ/COPPE/Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, 2013.

Referências Bibliográficas: p. 146-157.

1. Inclusão digital. 2. Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias. 3. História das Ciências e das Tecnologias. I. Cukierman, Henrique Luiz. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Sistemas e Computação. III. Título.

A meu pai, Manuel Nunes de Lima Filho, o Nezo, que de algum lugar observa esses pequenos, mas firmes, passos do filho que acreditou no (seu) sonho do poder transformador da educação.

AGRADECIMENTOS

O momento em que se aproxima a defesa de uma dissertação não é, como muitos imaginam, um momento de encerramento. Trata-se, na verdade, de um instante de parada e reflexão. Acima de tudo, é momento de reconhecer que não estamos (ainda bem) sozinhos e que toda construção, quando forte e longeva, é fruto da união de muitas mãos e muitas almas.

Lembro-me bem quando, ao terminar a graduação em engenharia, encontrava-me perdido em relação ao caminho profissional que tomaria. Era certo que não desejava seguir o caminho de muitos amigos meus, que assumiram cargos em multinacionais e estatais. Movia-me (move-me!), acima de tudo, um desejo de problematizar a atuação do engenheiro em um sistema reprodutor de desigualdades, injustiças e desequilíbrios, assim como refletir acerca do papel da ciência e da tecnologia na construção de um outro mundo, onde houvesse liberdade e o ser humano não fosse o lobo de outro ser humano. Filho de imigrantes nordestinos e criado em inúmeras favelas do Rio de Janeiro, não me interessava o caminho e o discurso “daquele que fez por si”; entendia que a reprodução da pobreza era (é) sistêmica e gostaria de contribuir para o entendimento dos mecanismos que envolviam ciência, tecnologia e sociedade e como configurá-los de uma outra maneira.

Compartilhando essas e outras angústias com amigos, recebi de Celso Alvear, do Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC), da UFRJ, a indicação de realizar o mestrado com o Prof. Henrique Cukierman, do PESC/UFRJ. Agradeço, em particular, ao Celso, pela feliz indicação e, de uma maneira geral, aos/às amigos/as do SOLTEC, pela oportunidade de refletir, agir e militar por uma engenharia e uma universidade socialmente referenciadas e comprometidas com a redução de desigualdades e injustiças de quaisquer gêneros.

Agradeço também ao amigo e orientador Prof. Henrique Cukierman, pela seriedade, animação e comprometimento com que orientou a condução deste trabalho. Não fosse por essas características e pela compreensão em aceitar um aluno trabalhador, em tempo parcial (sem falar na compreensão acerca dos “imprevistos” que a vida nos apresenta), não teria chegado ao final desta “gincana” que é a pós-graduação.

Merecem destaque os professores e colegas que puderam contribuir, na fase de

disciplinas, com elementos para a construção desta dissertação, sobretudo, do ponto de vista metodológico. Neste sentido, agradeço, em especial, ao Núcleo de Estudos de Ciência&Tecnologia&Sociedade (NECSO), com destaque para os professores Ivan da Costa Marques (UFRJ) e Márcia Moraes (UFF) – que leram, na forma de monografias, versões preliminares de alguns capítulos desta dissertação – e para os colegas de turma Bernardo Esteves, Lucimeri Ricas, Antonio Leitão e Gabriel Marques, com quem compartilhei, além das questões acadêmicas, preciosos momentos de reflexão nos bares da vida.

Pela garantia de uma infraestrutura de trabalho adequada e pelo encaminhamento das inevitáveis questões burocráticas da universidade, agradeço ao servidores técnico-administrativos do PESC/COPPE, com destaque para Itamar, do “almoxarifado”, Adilson, do “suporte”, Maria de Lourdes e Maria José, dos “serviços gerais”, Gutierrez, Sonia e Claudia, da “secretaria”, e Mercedes, do “financeiro”.

Agradeço à CAPES, que por dois anos financiou este projeto através da concessão de uma bolsa, sem a qual a caminhada no mestrado teria sido muito mais árdua.

Aos amigos de toda uma vida, agradeço imensamente (ainda que esta seja uma frase clichê em agradecimentos de trabalhos acadêmicos) pela compreensão nos momentos em que não pude estar fisicamente presente. Saibam que meu espírito estava bebendo e dançando com vocês! Assim (com perdão pelo esquecimento de alguém), agradeço, com carinho especial, ao irmão Patrick Gomes, pela oportunidade de encontrá-lo neste “bilhar cósmico” da vida e trocar as melhores energias que pode haver; aos demais amigos de adolescência “cefetiana”: Vinícius Ávila, Paulo Casado, André Gil e Guilherme Sá; a Rennan Roig, Pedro Brito e João Faria, pelo companheirismo e pelas trocas musicais; aos demais amigos e amigas da graduação. A todos os amigos e amigas, muito obrigado pela presença de vocês!

Faço um agradecimento especial aos homens e mulheres envolvidos com projetos de inclusão digital, que abriram seus telecentros e suas casas para que eu pudesse dar voz à sua luta diária. Sem essa abertura e sem a partilha de suas experiências este trabalho com certeza não teria chegado onde chegou. Assim, agradeço aos gestores e frequentadores dos telecentros das unidades Casa Brasil de Vigário Geral, da Prefeitura do Rio e do Complexo do Alemão; à Beatriz Arosa, da Ação Comunitária

do Brasil da Vila do João; aos “anônimos” com quem pude conversar nas lanhouses do Complexo da Maré; ao Ricardo Schneider; ao Mário Brandão, da ABCID, ao pesquisador Luiz Moncau, do Centro de Tecnologia e Sociedade da FGV/RJ e ao prof. Luis Felipe, da COPPE.

Agradeço aos militantes do software livre, que, através das filosofias do trabalho cooperativo e do compartilhamento livre de código, deram luz a aplicativos que foram essenciais para a construção deste trabalho, a saber, o sistema operacional *Ubuntu/Linux*, a suíte *LibreOffice*, o programa de mapeamento mental *FreeMind*, o navegador *Firefox* e o editor de áudio *Audacity*.

À minha Mila, agradeço pelo amor demonstrado no companheirismo de cada dia e no olhar que se reconhece no outro, pelo cuidado de corpo e alma, por me apresentar um universo novo de possibilidades de ser e de estar neste mundo, pelas reflexões das coisas da Terra e de além dela. Pelo apoio nessa e em outras caminhadas, que, sem dúvida, se tornam mais leves tendo você ao lado. Te amo!!!

À minha mãe, Marizete, e à minha irmã, Clô, pelo amor que nos une e nos faz família. Diante de todas as dificuldades que a vida apresenta, saber que tenho vocês duas ao lado só torna mais forte meu desejo de lutar por uma vida mais digna, para nós e para todos/as que nos cercam. Este trabalho é dedicado a vocês e, em especial, a meu pai, Manuel, o *Nezo*, que no meio dessa caminhada decidiu partir para acompanhá-la de um outro plano. Amo vocês!!!

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

INCLUSÕES DIGITAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UMA NARRATIVA
SOCIOTÉCNICA SOBRE TELECENTROS, LAN HOUSES E POLÍTICAS
PÚBLICAS

Alberto Jorge Silva de Lima

Agosto/2013

Orientador: Henrique Luiz Cukierman

Programa: Engenharia de Sistemas e Computação

Esta dissertação, baseada nos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (Estudos CTS), procura colocar em cena, em uma perspectiva sociotécnica, duas histórias brasileiras: o legado do Programa Casa Brasil como observado em três telecentros da cidade do Rio de Janeiro – localizados no Complexo do Alemão, em Vigário Geral e na Prefeitura do Rio – e a controvérsia acerca do lugar das lan houses nas ações públicas de inclusão digital. As escolhas da metodologia e dos casos emergem da necessidade de se reconhecer a centralidade das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nas redes que constituem as sociedades informacionais, bem como da necessidade de se pautar a política das tecnologias nas políticas públicas de inclusão digital. No percurso de pesquisa, a retórica da inclusão digital é problematizada através do exame das múltiplas (in)determinações existentes entre o acesso às TICs e a superação de desigualdades socioeconômicas. O objetivo central é traçar alguns perfis das ações de inclusão digital no Brasil e contribuir para a construção de políticas públicas sensíveis à agência dos artefatos, ao valor do conhecimento local e à complexidade da vida.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

DIGITAL INCLUSIONS AND SOCIAL DEVELOPMENT: A SOCIOTECHNICAL
NARRATIVE ABOUT TELECENTRES, LAN HOUSES AND POLICIES

Alberto Jorge Silva de Lima

August/2013

Advisors: Henrique Luiz Cukierman

Department: Systems Engineering and Computer Science Program

This dissertation, based on the methodological framework of the Social Studies of Science and Technology (Science Studies), aims to enact, through a sociotechnical perspective, two Brazilian stories: the legacy of the *Programa Casa Brasil* as observed in three telecentres of Rio de Janeiro – located in *Complexo do Alemão*, in *Vigário Geral* and in the City Hall of Rio – and the controversy about the place of lan houses in digital inclusion public actions. The choices of methodology and cases emerge from the need to recognize the centrality of Information and Communication Technologies (ICTs) in the networks that constitute the informational societies, as also as from the need to inscribe on the agenda the politics of technology in the digital inclusion public policies. In the course of research, the rhetoric of digital inclusion is discussed by examining the multiple (in)determinations between access to ICTs and the overcoming of socioeconomic inequalities. The central objective is to outline some profiles of digital inclusion initiatives in Brazil and to contribute to the construction of public policies sensitive to the agency of artifacts, the value of local knowledge and the complexity of life.

SUMÁRIO

1 PRELÚDIO – DA INTEGRAÇÃO DAS AMÉRICAS A UM CEMITÉRIO DE PIPAS.....	1
2 NO RASTRO DA INCLUSÃO DIGITAL.....	16
2.1 NOTAS METODOLÓGICAS: DAS REDES SOCIOTÉCNICAS À POLÍTICA ONTOLÓGICA.....	19
2.2 BREVE HISTÓRIA DO NASCIMENTO DE UM TERMO.....	24
2.3 "FALLING THROUGH DE NET", "BRIDGING THE GAP", "DENTRO", "FORA": NO REINO DAS METÁFORAS E ALEGORIAS.....	28
2.3.1 Metáforas e normatividade.....	28
2.3.2 Inclusão e exclusão.....	29
2.4 DA VERSÃO OFICIAL ÀS PRÁTICAS: NARRATIVAS POSSÍVEIS SOBRE OS PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL.....	33
2.4.1 De volta à multiplicidade.....	35
2.4.2 Quando a metáfora se esgota.....	40
2.5 DAS SOMBRAS PARA A LUZ: A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM FOCO.....	45
3 INCLUSÕES DIGITAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	54
3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL: O CASO DO PROGRAMA CASA BRASIL.....	55
3.1.1 A Casa Brasil de Vigário Geral.....	58
3.1.2 A busca por outras unidades do Casa Brasil.....	65
3.1.3 Vendo o mundo lá do alto: breve relato sobre o primeiro encontro entre um pesquisador e seu “objeto”.....	76
3.1.4 Por uma apreciação 'praxiográfica' das realidades: preparando caminhos e abrindo portas.....	81
3.1.5 'Teleféricas' manhãs: relatos de um pesquisador no telecentro do Complexo do Alemão.....	85
3.1.6 Buscando ressonâncias: limites e possibilidades das inclusões digitais a partir do Programa Casa Brasil.....	93
3.2 QUAIS SÃO OS AGENTES DA INCLUSÃO DIGITAL?: A CONTROVÉRSIA ENTRE TELECENTROS E LAN HOUSES.....	103

3.2.1 As lan houses se articulam.....	105
3.2.2 – Entre formalidade e informalidade, das casas de jogos aos centros de acesso pago: breve perfil das lan houses em uma comunidade carioca e seu lugar nas políticas públicas de inclusão digital.....	109
4 LEGADOS NARRATIVOS E OS RUMOS DAS INCLUSÕES DIGITAIS NO BRASIL.....	117
4.1 A INCLUSÃO DIGITAL COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	119
4.1.1 As OIDs e suas cartas abertas.....	125
4.1.2 “E em nosso entendimento a estrutura é fundamental porque sem ela a conexão não existe”.....	129
4.1.3 O futuro das políticas públicas de inclusão digital – limites e possibilidades em um cenário de crise.....	133
4.2 A INCLUSÃO DIGITAL COMO AÇÃO DO “MERCADO”.....	137
4.2.1 A lugar das lan houses nas políticas públicas de inclusão digital – regulamentação e complementaridade.....	137
4.2.2 A inclusão digital nas ações das mega-corporações de TI e seu não-lugar nas políticas públicas de inclusão digital.....	141
4.3 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS – DA INCLUSÃO DIGITAL À CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DIGITAL LIVRE.....	144
REFERÊNCIAS.....	146
ANEXOS.....	158
ANEXO A – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UTILIZADO NA PESQUISA.....	159
ANEXO B – CARTA DA 5A OID.....	160
ANEXO C – CARTA DA 6A OID.....	164
ANEXO D – CARTA DA 7A OID.....	168
ANEXO E – CARTA DA 8A OID.....	173
ANEXO F – CARTA DA 9A OID.....	176
ANEXO G – CARTA DA 11A OID.....	178
NOTAS DE TRADUÇÃO.....	182

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa com a indicação, em amarelo, dos pontos que foram conectados.....	11
Figura 2: Torre situada na ONG Ação Comunitária do Brasil, na Vila do João.....	13
Figura 3: Entrada principal da Casa Brasil de Vigário Geral.....	60
Figura 4: Portal em português da Intel na internet apresentando o Programa Intel Aprender. Destaque para o título da página: “Tecnologia aliando comunidade e empreendedorismo”.....	71
Figura 5: Lista de "Academias Cisco" na capital do Rio de Janeiro, com destaque para a Casa Brasil/CIAD Mestre Candeia.....	72
Figura 6: Página do portal da Cisco com texto sobre a concepção de inclusão digital da empresa, acompanhado de uma imagem de uma rede viária de automóveis.....	74
Figura 7: Mapa do ONID com a localização das unidades do Casa Brasil presentes na cidade do Rio de Janeiro.....	77
Figura 8: Embarque para o teleférico na estação de trem de Bonsucesso.....	78
Figura 9: Fileira de gôndolas em trecho do teleférico do Alemão.....	79
Figura 10: Vista do teleférico do Alemão. À direita, ao fundo, vê-se a Igreja da Penha.	79
Figura 11: Fachada do galpão da Cufa no Complexo do Alemão.....	81
Figura 12: Portal do projeto RAPensando.....	85
Figura 13: Telecentro da Cufa no Complexo do Alemão.....	89
Figura 14: Exemplo de gráfico do relatório sobre resultados da pesquisa de opinião sobre o Casa Brasil, realizada pela coordenação nacional do Programa.....	98
Figura 15: Relatório de tráfego do ponto de presença GESAC da Casa Brasil da Cufa, entre os dias 22 de janeiro e 22 de março de 2013, como traços/inscrições significativas da ligação do telecentro com o Governo Federal.....	124
Figura 16: Proporção de domicílios com computador e Internet, entre 2005 e 2011....	130
Figura 17: Local de acesso individual à internet (Lan Houses vs. Domicílios).....	138
Figura 18: Local de acesso à internet - área urbana (entre 2005 e 2007).....	140

1 PRELÚDIO – DA INTEGRAÇÃO DAS AMÉRICAS A UM CEMITÉRIO DE PIPAS¹

“Tem duas coisas que estão no Rio de Janeiro inteiro: favela e Rede Rio. Quero ligar uma na outra!”

(Luís Felipe Magalhães de Moraes)².

Cena 1

Vila do João, bairro da Maré, Rio de Janeiro. Ano, 2010. Espaço da Organização Não-governamental (ONG) Ação Comunitária do Brasil (ACM). No quintal, é possível ver uma torre de metal, com uma antena presa em sua parte mais alta, apontando para longe. Esqueletos de pipas destacam-se, emaranhados na estrutura de metal da torre. Questionada sobre a função daquela estrutura, a coordenadora do Espaço, Beatriz Arosa, responde que ela serve apenas como um “cemitério de pipas”.

Corria o ano de 2003 quando o professor Luís Felipe Magalhães de Moraes recebeu um convite para ministrar uma palestra no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), no Rio de Janeiro, em um encontro da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Na ausência de uma apresentação em mãos, decidiu exibir uma ideia antiga, gestada cerca de dois anos antes: conectar laboratórios de informática de favelas cariocas à Rede Rio. Em suas palavras, “essa ideia de usar a Rede Rio mais as ONGs, (...) que já estão lá [nas favelas] com salas de computadores, é minha. Tive essa ideia em 2001 ou 2000 (...) Rodei muito com essa ideia (MORAES, 2010)”.

Este relato inicial configura o perfil de um profissional em ação, mais precisamente, de um cientista em ação (LATOUR, 2000). De fato, Luís Felipe é

1 Este primeiro capítulo foi publicado, com pequenas modificações, em Lima e Cukierman (2012), como fruto das primeiras incursões de pesquisa do mestrado. Para uma discussão acerca das escolhas metodológicas que o nortearam, ver o Capítulo 2 desta dissertação.

2 Em entrevista concedida em 04 de maio de 2010.

professor do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação da COPPE/UFRJ, onde coordena o Laboratório de Redes de Alta Velocidade (RAVEL). Além disso, coordena a Rede Rio, rede de computadores que interliga as principais instituições de ensino e pesquisa do estado do Rio de Janeiro³. Tendo em vista a importância e amplitude dessas instituições, não é de se estranhar que o professor tenha escolhido o encontro da RNP⁴ para semear sua ideia, nem que tal sementeira tenha gerado frutos. Terminada sua apresentação no IMPA, a calejada ideia, colocada em cena em outros momentos, sem êxito, diante de governadores e secretários de estado, atraiu duas novas personagens. Em suas palavras,

vieram duas pessoas falar comigo. Se apresentaram (...) e disseram que já haviam feito algo semelhante, mas não tinham visto nada parecido aqui [no Brasil] e perguntaram se eu toparia fazer isso com financiamento, pois eles tinham como conseguir algum dinheiro (MORAES, 2010).

Segundo o professor, as “duas pessoas” que vieram ao seu encontro ao término da entrevista eram representantes de uma instituição ligada ao governo do Canadá.

Por que se deslocar de tão longe para oferecer financiamento a projetos no Brasil? Por que naquela época e por que com tão aparente “generosidade”? A resposta para estas perguntas exige que sigamos outras personagens. No momento, deixemos o professor Moraes com seus dois interlocutores e caminhemos em outras terras, ao norte das Américas.

3 A Rede Rio é financiada e coordenada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por sua vez, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT).

4 A RNP tem atribuições semelhantes às da Rede Rio, porém, em nível nacional.

Cena 2

Quebec, Canadá, 2001. Governantes de 34 países da América, sob a tutela da Organização dos Estados Americanos (OEA), reúnem-se para definir diretrizes comuns para os próximos quatro anos, em diversas áreas. Após três dias de evento, a carta de declarações da Terceira Cúpula das Américas afirma que "nossos esforços hemisféricos coletivos serão mais efetivos com o uso inovador das tecnologias da informação e da comunicação, com vistas a interligar nossos governos e povos e compartilhar conhecimentos e idéias. Nossa declaração, Conectando as Américas, realça essa convicção" (CÚPULA DAS AMÉRICAS, 2001a, p. 5).

Como parte do plano de ação para construir esta América conectada, o governo Canadense criou, em 2001, o Instituto para a Conectividade nas Américas (ICA)⁵, ligado ao programa Tecnologias da Informação e da Comunicação para o Desenvolvimento (ICT4D) do Centro Internacional de Investigações Para o Desenvolvimento (IDRC)⁶. O ICA recebeu um mandato que deveria se estender até 2005/2006, com uma verba inicial de CAD\$ 20 milhões, para promover e implementar usos inovadores das tecnologias de informação e comunicação (TICs), visando, segundo a Declaração de Quebec, "fortalecer a democracia, criar prosperidade e realizar o potencial humano" (ROJAS et al., 2005b, p. 2). Dentre os temas de enfoque das ações do ICA, destacavam-se "ajudar comunidades e regiões no intuito de superar aspectos da exclusão digital" (ROJAS et al., 2005b, p. 2, grifos nossos).

Sendo assim, os dois interlocutores que deixamos posicionados diante do professor Moraes em 2003, ávidos por uma resposta afirmativa à proposta que fizeram, eram emissários do ICA, interessados em articular, em terras tupiniquins, experiências de uso das TICs com o objetivo de superar o que chamavam "exclusão digital".

O destino parecia contribuir para que a epígrafe do início do capítulo, a saber, conectar favelas cariocas à Rede Rio, se tornasse real. Entretanto, além do apoio financeiro canadense, o professor precisaria buscar apoio político no governo estadual e

5 Institute for Connectivity in the Americas (ICA).

6 Information and Communication Technology for Development (ICT4D) e International Development Research Center (IDRC).

entre seus colaboradores – além, é claro, de se aproximar dos laboratórios de informática existentes nas favelas. O primeiro objetivo foi alcançado a partir de uma simples conversa, dado o trânsito livre que o professor possuía no governo do Estado do Rio de Janeiro. Nas palavras de Moraes: “Conversei com o Peregrino⁷ (...). Entra a Rede Rio” (MORAES, 2010). O segundo objetivo, entretanto, exigia uma abordagem diferente.

Fazendo uso do conceito de tradução, aqui entendida como "a interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam" (LATOURETTE, 2000, p. 178) ou, em outras palavras, como o processo através do qual são criadas equivalências entre afirmações/coisas/pessoas, que passam a formar, desta forma, uma rede heterogênea mais ou menos estável (LAW, 1992) e a configurar o que chamamos real, percebemos na história até aqui narrada diversas traduções que ligam destinos, amarram pessoas a pessoas e pessoas a coisas.

As primeiras traduções da história aqui narrada podem ser reconhecidas ainda no Canadá, registradas textualmente nos documentos da Cúpula das Américas e na descrição dos objetivos do ICA. A primeira delas está registrada na Declaração da Cúpula, na qual investimentos em TICs equivalem a integrar social e economicamente as Américas. A segunda, reside em uma das diretrizes do ICA, segundo a qual superar a exclusão digital equivale a “fortalecer a democracia, criar prosperidade e realizar o potencial humano” (ROJAS et al., 2005b, p. 2). Outras traduções podem ser reconhecidas, ainda, no acordo estabelecido entre o professor Moraes e os emissários do ICA, traduções essas que colocam a ideia do professor no âmbito das ações de uma instituição criada sob os auspícios de um fórum de interlocução continental, isto é, a Cúpula das Américas.

Para tornar real a ideia do professor, entretanto, uma outra tradução deveria ser criada, uma que atraísse para a rede que se formara entre Rede Rio e ICA as ONGs que trabalhavam com projetos de informática nas favelas cariocas. Segundo o professor Moraes, foi ele mesmo o responsável por dar início a essa aproximação, quando teria pedido ao secretário de Estado de Ciência e Tecnologia que conversasse com representantes de ONGs que tivessem tal perfil. Em suas palavras, “[o Peregrino] falou

7 Fernando Otávio de Freitas Peregrino, então secretário de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

com o Rubem César⁸, com o CDI [Comitê para Democratização da Informática] [...]. Veio o Ricardo, o Schneider, junto com o Eugênio” (MORAES, 2010)⁹.

As ONGs citadas pelo professor desenvolviam, à época, projetos de informática em duas comunidades da Maré: Vila do João e Nova Holanda¹⁰. A ONG Viva Rio era a responsável pela projeto na Nova Holanda, denominado Estação Futuro. Na Vila do João, o projeto era mantido pelo Centro para a Democratização da Informática, em parceria com a Ação Comunitária do Brasil, e denominava-se Escola de Informática e Cidadania (EIC).

Segundo o professor Moraes, a escolha por dois pontos de conexão na Maré estaria ligada a conflitos entre facções rivais de traficantes de drogas atuantes no bairro. Nas suas palavras:

Colocamos ali [na Vila do João] e no Viva Rio, lá do outro lado [na Nova Holanda]. As pessoas que aconselharam a gente disseram: 'olha, se fizer uma coisa de um lado tem que fazer do outro também'. É cheio de regras. Por exemplo, não pode usar vermelho (MORAES, 2010)¹¹.

A Maré é cortada em duas partes por um via expressa, a Linha Amarela. A entrevista do professor Moraes corrobora o que a imprensa já vem alardeando há tempos: esta divisão geográfica (possivelmente, não somente ela) acabou resultando em outra divisão, uma divisão territorial imposta por facções rivais do tráfico de drogas. Desta forma, o que fosse realizado em um lado da comunidade, deveria ser feito do outro, para evitar conflitos entre os traficantes de cada lado da 'fronteira'¹².

O contato com o CDI se deu a partir de um movimento de articulação feito de forma independente pelo ICA, como o próprio professor Moraes atesta ao dizer que

8 Rubem César Fernandes, diretor executivo da ONG Viva Rio.

9 Ricardo Schneider e Eugênio eram representantes das ONGs CDI e Viva Rio, respectivamente, em projetos de informática sediados em favelas.

10 A Maré, caracterizada também como um complexo de favelas, é um bairro carioca formado por 16 comunidades, na qual vivem cerca de 132.000 pessoas (REDES DA MARÉ, 2013).

11 A alusão a não poder usar vermelho refere-se a um código de vestimenta comumente imposto a moradores de favelas dominadas por traficantes rivais à facção conhecida como Comando Vermelho (CV). O uso do vermelho, no território da favela, poderia ser interpretado como uma exaltação ao CV e, portanto, como uma traição à facção ali dominante.

12 A influência do tráfico de drogas na construção do projeto teria de ser verificada por pesquisa mais detalhada, o que foge ao escopo do presente trabalho.

“uma das pessoas do ICA conhecia o CDI”. Esta articulação paralela, envolvendo o ICA e as ONGs, à revelia da articulação que se formava entre aquele e o professor Moraes, mostra bem o caráter descentralizado da formação destas redes sociotécnicas, bem como o quanto é difícil – e, talvez, de pouca valia – falar em protagonistas quando se procura vislumbrar os diversos agenciamentos que se fazem 'reais' em histórias como a narrada até aqui.

Mobilizar as ONGs para a rede que começava a se configurar, atando a Cúpula das Américas, o ICA e a Rede Rio, poderia finalmente tornar real o conteúdo de nossa epígrafe. Entretanto, como “real é aquilo que resiste” (LATOURE, 2000, p. 155), todos os elementos desta rede teriam que permanecer estáveis e solidamente articulados, como em uma máquina (LATOURE, 2000, p. 212).

Ricardo Schneider, coordenador do núcleo carioca do CDI, encontrava-se envolvido em um projeto cuja proposta era ensinar produção audiovisual em comunidades pobres da cidade. O Rio de Janeiro, na mesma época, era palco de reuniões prévias para a Cúpula da Sociedade da Informação, um evento da ONU que ocorreria em 2003, na cidade de Genebra, Suíça. O ICA circulava por tais reuniões e acabou tomando conhecimento do projeto do CDI. Nas palavras de Schneider¹³:

A Cúpula da Sociedade da Informação teve muitas reuniões preparatórias no Rio. (...) E nessa época eu lembro de ter esbarrado muito com o ICA. O ICA se interessou em financiar um projeto de audiovisual que eu estava desenvolvendo no CDI, que seria ensinar produção audiovisual nas comunidades, com tecnologia digital. (...) Desenvolvemos uma relação com o ICA e em dado momento eles quiseram aproximar a gente do Luís Felipe. Nos aproximamos e o que deu foi que um dos pontos do projeto piloto da Maré foi com o CDI. Então, o ICA não só financiava, como também tinha interesse em fomentar articulações (SCHNEIDER, 2010, grifos nossos).

Quando destacamos na entrevista de Schneider o papel articulador do ICA, queremos destacar a importância deste tipo de ação na construção de artefatos tecnocientíficos. Articular, neste caso, representa, em última instância, criar traduções, ou equivalências entre interesses, como bem revela o depoimento de Schneider:

O *drive* da ICA era conectar as comunidades das Américas todas. Tudo que eles estavam fazendo era visando isso. Inclusive, pensando no conteúdo. Provavelmente, eles pensaram em financiar esse projeto

13 Em entrevista concedida em 02-05-2010.

audiovisual porque era um projeto na linha da produção de conteúdo. Era um ponto estratégico dessa conectividade que eles queriam prover. Não faz sentido você conectar sem pensar nos conteúdos que vão circular aí, que tenham a ver com a comunidade. Então, eles se interessaram pelo trabalho que eu estava fazendo no CDI, de projetos mais avançados, se interessaram pelo fato de que eu julgava conexão à Internet fundamental para o CDI, coisa que o CDI não considerava antes de eu entrar, isso foi um processo (SCHNEIDER, 2010, grifos nossos).

Reparem, a construção de um artefato é um processo. Não somente um processo de engenharia, como muitos tecnocratas insistem em afirmar quando querem dizer que engenharia lida apenas com 'questões técnicas', mas também um processo que envolve a negociação entre interesses aparentemente desconexos, como projetos ambiciosos de conectar todo um continente, projetos de conectar favelas cariocas a instituições de pesquisa e projetos de produzir conteúdo audiovisual nessas mesmas favelas.

Quando Schneider revela que o CDI não se interessava em conexão, ele refere-se ao foco inicial da ONG. Em suas palavras,

[q]uando eu entrei, o CDI tinha conexão de internet em mais ou menos 5% das escolas [de Informática e Cidadania do CDI, localizadas nas comunidades]¹⁴. E quando eu saí da coordenação do CDI, tinha mais ou menos 50% das escolas com conexão à Internet. (...) Temos que entender também que nessa época a Internet não era uma coisa tão onipresente como hoje, mas já era algo de importância fundamental. (...) Ele [o CDI] teve um foco inicial muito grande na questão da formação básica em informática e ficou um pouco pra trás na conectividade (SCHNEIDER, 2010).

Assim, além da defesa por projetos mais voltados à produção de conteúdo, Schneider defendia um deslocamento do enfoque dos projetos da ONG para a questão da conectividade. Em seu depoimento, ele oferece sua interpretação/tradução para os interesses do ICA, quando diz que “eles se interessaram pelo trabalho que eu estava fazendo no CDI, de projetos mais avançados, se interessaram pelo fato de que eu julgava conexão à Internet fundamental para o CDI”.

Tal interpretação de Schneider, aliada às negociações que já vinham sendo realizadas entre o ICA e o professor Moraes, conduziu a uma tradução hegemônica, que fez com que o projeto unindo o CDI, o ICA e a Rede Rio (professor Moraes) para a

14 As Escolas de Informática e Cidadania do CDI oferecem treinamento básico em informática. Era uma destas escolas que funcionava no espaço da Ação Comunitária do Brasil, na Vila do João.

conexão das favelas¹⁵ se transformasse em um ponto de passagem obrigatória. A noção de ponto de passagem obrigatória é útil para indicar o momento em que “seja lá o que se faça e para onde se vá, é preciso passar pela posição dos contendores e ajudá-los a promover seus interesses” (LATOURE, 2000, p. 198). Inicialmente, os atores estavam isolados, conduzindo seus projetos de forma independente, com interesses particulares, a saber: o interesse de Schneider em conectar os laboratórios de informática do CDI à internet (pensando na criação e circulação de conteúdos); o interesse do ICA em fomentar projetos-piloto com vistas a superar a 'exclusão digital' nas Américas (para supostamente reverter um quadro de exclusão social) e o interesse do professor Moraes em conectar favelas cariocas à Rede Rio. No processo de negociação em curso, os atores, que se encontravam isolados em torno de seus interesses particulares, tomaram desvios que gradativamente os conduziram rumo a uma situação na qual conectar laboratórios de informática das ONGs à Rede Rio parecia ser a única maneira de atender simultaneamente aos interesses de todos. Os atores já não se encontravam isolados e o projeto ganhava assim uma aparente 'naturalidade'.

Mas reparem que a viagem até este ponto foi longa e tortuosa. Viajamos no espaço e no tempo, do frio rigoroso da América do Norte ao calor escaldante do Rio de Janeiro, viagem ao longo da qual muitos elementos tiveram que ser negociados, modificados e adaptados, para que essa aparente naturalidade se configurasse.

Uma vez que todos os atores estavam mobilizados e pareciam mover-se em direção a um único objetivo, restava uma questão importante: efetivamente conectar as comunidades¹⁶. É neste momento que entram em cena novos atores, os chamados atores não-humanos, que agem de forma tão significativa para a configuração do que é real quanto os atores humanos. A ideia é que a ordem social, tal como a vemos e vivenciamos, é resultante da justaposição e da estabilização de elementos heterogêneos. Nas palavras de Law,

15 A alusão a favelas, neste trecho, refere-se mais especificamente à Vila do João, onde funcionava o projeto do CDI. Não consegui entrevistar pessoas do Viva Rio para conhecer os detalhes que levaram a ONG a inserir-se no projeto do ICA com a Rede Rio.

16 Dizer que as comunidades seriam conectadas soa um pouco exagerado, uma vez que, na verdade, apenas os laboratórios de informática mantidos pelas ONGs o seriam. A ressalva é importante pois os laboratórios contavam apenas com algumas poucas dezenas de máquinas, enquanto as comunidades tinham (e tem) alguns milhares de habitantes.

[s]e seres humanos formam uma rede social não é porque eles interagem com outros seres humanos. É porque eles interagem com seres humanos e uma infinidade de outros materiais também. (...) E – este é meu ponto – se estes materiais desaparecessem, também desapareceria o que às vezes chamamos ordem social (LAW, 1992)ⁱ.

Segundo Schneider, seu “trabalho foi abrir a porta da comunidade, pelo CDI. Pelo Viva Rio, (...) foi o Eugênio, (...) que estava ligado aos projetos dos telecentros do Viva Rio na época” (SCHNEIDER, 2010).

Assim, as portas da comunidade se abriram e por elas entraram as supostas benesses da modernidade, a partir de conexões sem fio de alta velocidade. Ainda nas palavras de Schneider,

o desafio técnico não era tão brutal: os pontos na comunidade existiam, eram endossados por duas organizações conhecidas (CDI e Viva Rio), que podiam fazer a intermediação para negociar que se colocasse um ponto [de conexão] lá; os benefícios eram claros (SCHNEIDER, 2010).

Segundo Moraes, o projeto custou aproximadamente 80.000 reais. Entretanto, tal valor poderia ter sido muito menor, uma vez que foi necessária, para dar suporte a uma das antenas de conexão, a construção de uma torre no ponto de acesso da Vila do João. Sobre essa questão, Schneider afirma que

[t]eve que haver a construção de uma torre na Maré, porque tinha uma parede vizinha ao ponto do CDI lá, por exemplo, [onde] bastava colocar um cano com uma antena em cima. Mas era um pessoal evangélico que detestava a ONG [Ação Comunitária] onde funcionava a escola do CDI (SCHNEIDER, 2010).

A origem dos conflitos entre a Ação Comunitária e a igreja evangélica vizinha residiria em um suposto olhar reprovador desta sobre as atividades da ONG, relacionadas principalmente à cultura afro-brasileira. A tentação em classificar a atitude da igreja como reacionária, conservadora, preconceituosa ou irracional¹⁷ é grande. A divisão entre racionais e irracionais é brilhantemente exposta por Latour, quando faz uma denúncia contra a prática racionalista de só procurar explicações para

17 O adjetivo irracional é utilizado neste trecho supondo que a opção racional da igreja seria apoiar o projeto de conexão.

comportamentos que não condizem com os defendidos pela lógica da ciência moderna; as práticas tidas como racionais não precisariam, segundo tal lógica, de explicação. Os modernos, portanto, “dizem ser racional a linha reta que elas [as pessoas que se desviaram da racionalidade] deveriam ter seguido; e irracional a linha curva que, infelizmente, foram levadas a trilhar” (LATOURE, 2000, p. 300, grifos do nossos). Desta forma, acatando a denúncia latouriana, procuraremos evitar a tentação de julgamentos precipitados. Antes de estabelecer uma divisão entre racionais e irracionais, é preferível considerar que a igreja evangélica vizinha à ONG simplesmente não foi incluída na rede que estava se constituindo na configuração do projeto de conexão. Não houve, portanto, tradução ou negociação que a aproximasse. Assim, um outro elemento – no caso, a torre – teve que ser construído para permitir a estabilização do projeto¹⁸.

A entrada em cena deste novo ator, a torre, evidencia a presença dos objetos, da materialidade, dos chamados não-humanos, na construção de fatos e artefatos. A concretização da conexão condicionou-se à reunião de antenas e equipamentos da marca Cisco, que representavam o “estado da arte” em termos de tecnologia sem fio na época, com uma velocidade máxima de 11 Mb/s (SISTEMA, 2004).

Diversas fontes atestam a estabilização do projeto de conexão, fazendo dele um ente real, pelo menos por um tempo. O relatório de avaliação encomendado pelo ICA, por exemplo, atesta que o “equipamento foi instalado e encontra-se em plena operação” (ROJAS et al., 2005a, p. 25)ⁱⁱ. De forma semelhante, Schneider (2010) afirma que “conectou! Acho que valeu pra mostrar que não é uma coisa do outro mundo, que se pode fazer”.

Uma matéria do Planeta COPPE, por exemplo, faz menção à inauguração do projeto no Batalhão de Polícia Militar (BPM) da Maré, com a presença de diversas autoridades. A escolha pelo Batalhão de Polícia como lugar da inauguração não é clara¹⁹, mas, segundo a matéria, no Batalhão “foi instalado um terceiro ponto,

¹⁸ Assim como deve se considerar que a presente pesquisa não ouviu os dirigentes da Igreja.

¹⁹ A presença do então Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio, Anthony Garotinho, e a escolha do BPM como lugar de inauguração poderiam suscitar algumas conjeturas quanto ao interesse do governo em projetos de inclusão digital em favelas. Diante da crescente militarização destas comunidades, seja por parte de grupos mantidos pelo Estado, como policiais, seja por grupos à margem da lei, como traficantes e milicianos, não é difícil pensar que o Estado poderia utilizar-se de redes montadas com o objetivo de induzir a inclusão digital para controlar mais efetivamente, do ponto de vista policial, estas comunidades. Entretanto, a confirmação destas conjeturas foge ao escopo

pertencente ao projeto denominado Maré Digital [...], que se insere na política de inclusão digital, coordenada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro” (SISTEMA, 2004).

A centenária Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ligada ao Ministério da Saúde, integra a Rede Rio. Provavelmente por conta da proximidade, o laboratório da Vila do João foi conectado à Rede Rio através da Fiocruz. O da Nova Holanda, por sua vez, foi conectado diretamente ao RAVEL, na UFRJ (Figura 1).

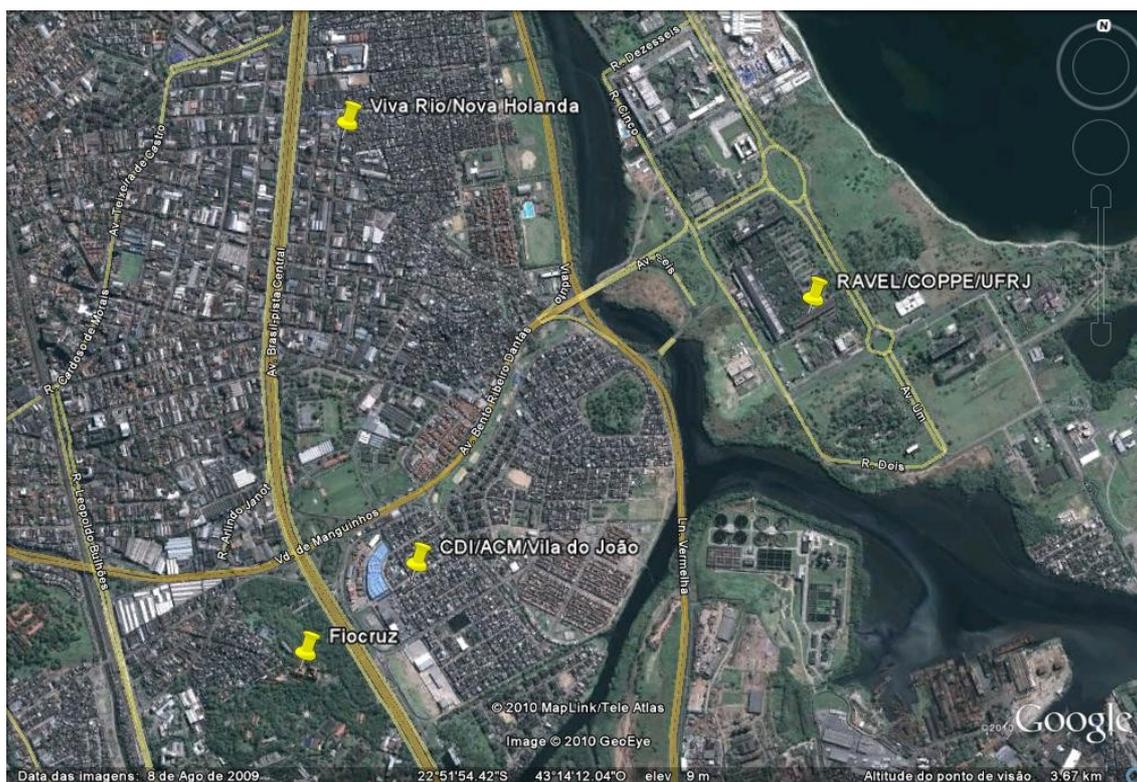


Figura 1: Mapa com a indicação, em amarelo, dos pontos que foram conectados.

Entretanto, a manifestação desta realidade, a saber, a estabilização da conexão resultante da justaposição de elementos heterogêneos, é algo provisional, frágil e instável. A qualquer momento, algum dos elementos poderia desviar-se do caminho ou perder o interesse em fazer parte da ciranda, como, por exemplo, o elemento 'alinhamento', como revela o seguinte depoimento do professor Moraes (2010): “A gente sempre tinha chamado deles, por conta de perda de sinal. Problemas de

deste trabalho.

alinhamento de antena... aí a gente alinhava, voltava a funcionar”.

Embora seu depoimento dê a impressão de que tal processo era simples, o relatório do ICA problematiza a questão quando fala sobre os problemas de conexão no projeto do Viva Rio, na Nova Holanda:

Foi relatado, por exemplo, que 'porque a COPPE é um laboratório universitário, ela não provê serviço 24 horas por dia, 7 dias por semana. Assim, quando tínhamos um problema técnico em uma tarde de sexta-feira, ele não podia ser reparado até a segunda-feira seguinte' (ROJAS et al., 2005a, p. 31)ⁱⁱⁱ.

O próprio professor Moraes deixa escapar que a dependência da universidade para a manutenção do alinhamento poderia ser problemática para as atividades das ONGs:

[a conexão com a ONG] Viva Rio foi desativada. Entrou a Velox²⁰, porque eles reclamavam que o *link* caía. Tinha o problema de cair a ligação por falta de alinhamento de antena. Aí a gente tinha que ir lá, subia no telhado e alinhava a antena, mas o pessoal não tinha muita paciência. (...) O micro-ondas é direcional. A gente tentava alinhar pra garantir 11Mb/s, mas a conexão não chegava a cair sempre, o que acontecia é que ela diminuía. É claro que a queda acontecia por problemas climáticos também (MORAES, 2010).

A alusão à problemas climáticos revela um outro ponto fraco da rede, como na entrevista de uma pessoa representante do espaço do Viva Rio: “a instalação, localizada em um prédio comercial pequeno e baixo, foi atingida por um raio em uma tempestade de verão e o equipamento foi 'fritado’” (apud ROJAS et al., 2005a, p.30)^{iv}.

Voltando à imagem do início deste capítulo, descrita na Cena 1, na qual nos deparamos com uma torre desativada a acasalar-se com esqueletos de pipas, fica no ar a pergunta sobre o momento exato em que a conexão da Vila do João foi interrompida.

O caso do Viva Rio, por outro lado, mostrou-se um pouco mais revelador. Já sabemos, por exemplo, que um dos motivos para a conexão ter sido desativada foram problemas de alinhamento. Entretanto, outras falas fornecem pistas de que outros elementos também podem ter contribuído para tal.

Por exemplo, o projeto da ONG na Nova Holanda, denominado Estação Futuro, tinha feições comerciais. Isto pode ser atestado no site do Viva Rio, onde lê-se que um

²⁰ Velox é o nome de um dos principais serviços comerciais de Internet de banda larga na cidade do Rio de Janeiro, oferecido por uma empresa privada.

dos serviços oferecidos é o "[a]cesso à Internet: Utilizando tecnologia avançada, o usuário tem acesso de qualidade, por um preço acessível" (VIVA RIO, 2002, grifos nossos) e também através do relatório do ICA, onde um depoimento de uma pessoa ligada à ONG revela que "a Estação Futuro é um negócio comercial como qualquer outro na comunidade" (apud ROJAS et al., 2005a, p. 33, grifos nossos)ʷ.

Provavelmente, dadas as pressões inerentes a qualquer empreendimento de cunho comercial, a conexão não muito confiável oferecida pela Rede Rio, aliada à entrada em cena da Velox, que possivelmente teria uma conexão de melhor qualidade, foram os elementos que levaram o Viva Rio a abandonar o projeto.

Como é que um projeto que se constituía como ponto de passagem obrigatória foi repentinamente abandonado? Por que a ordem, que parecia em um primeiro momento natural, começou a se desestabilizar? O que levou os atores a mudar de ideia, a trilhar outros caminhos?



Figura 2: Torre situada na ONG Ação Comunitária do Brasil, na Vila do João.

Quando os elementos de uma rede começam a se desinteressar da tarefa de mantê-la estável, altera-se a ordem resultante de sua estabilização – que sob um primeiro olhar parecia 'natural' e 'eterna'. Raios, tempestades, antenas que teimavam em não permanecer alinhadas, interesses comerciais e prioridades conflitantes, diversos

elementos mostraram-se resistentes à estabilização da rede. Nesta luta contra a estabilização, um elemento sem dúvida importante foi a oferta de conexão vinda de outras fontes, como revela a fala de um representante do Viva Rio:

Três ou quatro novos telecentros privados surgiram, geralmente *LAN houses*²¹, que também ofereciam serviços de Internet, mesmo que não tivessem todos os serviços que a Estação Futuro tinha. Este movimento competitivo levou-nos a evoluir e a investir em nosso serviço (apud Rojas et al., 2005a:33)^{vi}.

A entrada em cena das *LAN houses* – provavelmente em virtude da oferta de conexão representada pela Velox – reconfigurou a realidade, fazendo com que o Viva Rio repensasse sua estratégia de oferta de conexão. Neste movimento, algo teria que ceder. A conexão com a Rede Rio, embora gratuita, já não parecia tão vantajosa.

Não encontramos fontes que atestassem o momento exato em que as conexões com a Rede Rio foram interrompidas. Atualmente, a Estação Futuro não existe mais na Nova Holanda, e a conexão com a Internet do espaço da Ação Comunitária do Brasil, na Vila do João, é realizada através da Velox (sem a participação do CDI).

Nossa jornada, infelizmente, tem que parar neste ponto. Entretanto, sua continuidade pode revelar muitas outras falas e histórias. Que revelações, por exemplo, não poderiam ser vislumbradas ao ouvir-se os moradores da Maré que vivenciaram o projeto?

Espero que toda a alusão a interesses, traduções, materialidade, negociações, e estabilizações não tenha soado demasiado enfadonha ao/à leitor/a que aceitou o desafio de acompanhar-me até aqui nesta jornada. O objetivo foi fugir da ideia de que histórias da ciência e da tecnologia constituem-se de uma simples sucessão – aí sim, enfadonha – de fatos e artefatos de ocorrência inevitável, que teriam força própria para se propagar no tempo e no espaço. A ideia é abandonar o que Latour denomina *modelo de difusão*, segundo o qual fatos e artefatos se propagariam pela sociedade independentemente de qualquer esforço de estabilização. Em suas palavras,

21 *LAN house* é um modelo de negócio voltado, geralmente, à oferta de jogos em rede e à oferta de conexão à Internet, formado, em sua imensa maioria por pequenos negócios, normalmente uma pequena loja de um único dono. Tal modelo tem se configurado como a principal via de acesso à Internet para moradores de diversas periferias Brasil afora. Para um estudo interessante sobre o tema, ver (Lemos e Martini, 2010).

ignorando as muitas estratégias maquiavélicas [utilizadas para estabilizar fatos e artefatos] (...), o modelo de difusão inventa um determinismo técnico, com paralelo no determinismo científico. (...) Os fatos agora tem *vis inertia* própria. Parecem mover-se sem a ajuda das pessoas. E o mais fantástico é que parecem poder até mesmo existir sem as pessoas (LATOURE, 2000, p. 220).

Antes de uma história cronológica, espero que tenha ficado claro que a história da conexão da Maré à Rede Rio apresenta uma complexidade na qual o 'social' e o 'técnico' são indissociáveis, como bem revela o cemitério de pipas na torre abandonada na Vila do João, emaranhado de metal e brincadeiras infantis.

2 NO RASTRO DA INCLUSÃO DIGITAL

“A exclusão digital ocorre ao se privar as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso. O resultado disso é o analfabetismo digital, a pobreza e a lentidão comunicativa, o isolamento e o impedimento do exercício da inteligência coletiva. Esses três resultados podem ser comparados aos estragos que a fome gera nos primeiros anos de vida de uma criança”.

(Sérgio Amadeu da Silveira, 2001, p. 18, grifos nossos).

“O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. Primeiros efeitos de variados cruzamentos, destinavam-se talvez à formação dos princípios imediatos de uma grande raça. Faltou-lhes, porém, uma situação de parada ou equilíbrio, que lhes não permite mais a velocidade adquirida pela marcha dos povos neste século. Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo”.

(Euclides da Cunha em *Os Sertões*, grifos nossos).

Cena 3

Em um auditório do centro de convenções da cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, por ocasião da 10ª Oficina de Inclusão Digital, quatro pessoas encontram-se sentadas em frente a uma mesa. Enquanto cada uma delas fala, a plateia ouve atentamente, sobretudo as palavras de Lygia Pupatto, Secretária Nacional de Inclusão Digital, que em determinado momento diz que “temos um desafio muito grande pela frente, por diversas razões: pela dimensão que o nosso país tem, pelas desigualdades geográficas que existem, pelas desigualdades sociais que existem, e nós temos que ter vários instrumentos para que nós possamos promover a inclusão digital no nosso país. Nós temos ainda uma parcela muito grande da sociedade que não tem acesso à internet. (...) Nós temos que trabalhar para que as pessoas se apropriem daquela máquina que está na frente delas e tenham a dimensão do que aquilo pode trazer de bom para a vida delas, no sentido social, cultural, educacional e assim por diante. Nosso desafio, então, é criar uma cultura digital em nosso país”.

O Capítulo 1 desta dissertação, apresentado na forma de prelúdio, coloca em cena diversas questões que se fizeram presentes, com maior ou menor força, em toda a caminhada do mestrado. São exemplos dessas questões, (a) o acesso às TICs como objeto de preocupação de ONGs, da universidade e do Estado; (b) a ideia de que este acesso é condição necessária para o desenvolvimento social e de que, portanto, são necessárias ações que o promovam; (c) as favelas como locais privilegiados para essas ações e (d) os telecentros e lan houses como meios de execução delas.

Embora o termo 'inclusão digital' não apareça de forma explícita na narrativa do prelúdio, as questões apresentadas são típicas de iniciativas nas quais o termo aparece como elemento central. Tais iniciativas, que serão apresentadas em detalhes ao longo do texto, mostram a centralidade que a defesa por uma 'inclusão digital' vem recebendo ao longo das últimas décadas, sobretudo no Brasil, onde são organizados eventos nacionais sobre o tema e onde existe, inclusive, uma secretaria, no âmbito do governo federal, responsável exclusivamente pela construção e execução de uma política nacional de inclusão digital (vide Cena 3).

O estudo de caso do prelúdio, em particular, permite igualmente discutir as complexas relações entre ciência, tecnologia e sociedade e as implicações dessas relações na construção de sociedades menos desiguais, as quais colocam em cena questões que se relacionam

- (a) com o determinismo que coloca o acesso às TICs como causa da redução de desigualdades sociais e negligencia, nesse processo, a complexidade inerente ao encontro entre as tecnologias e as pessoas e a multiplicidade de fatores envolvidos na configuração (e superação) das desigualdades. Esta questão fica clara quando são narradas as dificuldades encontradas para manter o alinhamento das antenas, os problemas de manutenção dos equipamentos, a concorrência das lan houses, a influência do tráfico de drogas na escolha dos locais conectados, os conflitos com uma igreja evangélica local, dentre outros.
- (b) com a despolitização das tecnologias, isto é, com a ideia de que as tecnologias são neutras e não herdam e transformam os valores dos que as forjaram. Em nenhum momento, por exemplo, são problematizadas as intenções dos canadenses em financiar o projeto, muito menos as escolhas dos equipamentos que materializaram a conexão.
- (c) com a negação dos saberes dos desprovidos de acesso às TICs, que, na defesa feita pelos executores do projeto, receberiam, a partir da conexão à internet, os 'valiosos' conhecimentos das universidades e centros de pesquisa. Nessa lógica, parece haver uma reificação da separação entre o “saber da popular, da favela” e o “saber científico”, sendo este o único capaz de conduzir os desprovidos nos trilhos da prosperidade.

Atentar para essas questões é uma tarefa urgente, especialmente em países como o Brasil, herdeiro de uma colonialidade que ainda se traduz, em termos da divisão internacional do trabalho, em uma posição de mero receptor de fatos e artefatos, planejados e concebidos externamente e pautados em epistemologias que não são necessariamente as suas. Citando Ivan da Costa Marques,

[n]o Brasil a historiografia constata facilmente que a imensa maioria dos artefatos tecnológicos modernos veio da Europa, hoje ampliada na O.C.D.E., ao longo da construção do mundo moderno. É uma

procissão numerosa, quase infundável, de novos artefatos: não só espelhos, anzóis e machados de metal, armas de fogo, tecidos, estradas e carros, navios a vapor, ferrovias, telefones, produtos sintéticos, automóveis, aviões, televisão, computadores, telefones celulares, mas também artefatos tecnológicos organizacionais como fordismo-taylorismo, sociedades anônimas, sistema financeiro, P.I.B., toyotismo etc. e até entidades que com muito mais dificuldade poderiam arrolar-se ao lado de artefatos tecnológicos, como estado-nação e democracia (MARQUES, 2005, p. 17).

Se, por um lado, é difícil não tratar das tecnologias ao se colocar em pauta as sociedades que temos (e as que queremos), por outro, é preciso desnaturalizar os discursos que colocam as tecnologias como as pedras isentas da ciência na edificação de sociedades social e economicamente justas. Concordando com Laymert Garcia dos Santos, é necessário

politizar completamente o debate sobre a tecnologia e suas relações com a ciência e com o capital, em vez de deixar que ela continue sendo tratada no âmbito das políticas tecnológicas dos Estados ou das estratégias das empresas transnacionais, como quer o *establishment* (SANTOS, 2003, p. 11).

Trata-se de considerar que “as opções tecnológicas são sempre questões sociotécnicas, e devem ser encaradas pela sociedade como de interesse público²²” (SANTOS, 2003, p. 12). A partir desta necessidade, tendo em vista a centralidade das TICs na vida contemporânea, defini duas linhas de ação para a pesquisa, relacionadas a dois objetivos centrais. A primeira linha de ação tomou forma através da realização de um trabalho de revisão bibliográfica, cujo objetivo foi **mapear a historiografia da 'inclusão digital'**; a segunda linha, por sua vez, tomou forma a partir da narrativa sociotécnica de algumas ações de 'inclusão digital' empreendidas, sobretudo, pelo poder público, cujo objetivo foi contribuir **com elementos para a configuração de políticas públicas renovadas, sensíveis a aspectos tais como: a complexidade da vida, o valor do conhecimento local e a agência dos artefatos.**

2.1 NOTAS METODOLÓGICAS: DAS REDES SOCIOTÉCNICAS À POLÍTICA ONTOLÓGICA

22 Para uma proposição semelhante, no campo da engenharia de software, ver Cukierman et al. (2007).

Este trabalho dialoga, sobretudo, com referenciais metodológicos que têm configurado, nas três últimas décadas, o campo dos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias ou Estudos CTS (Ciência-Tecnologia-Sociedade)²³. Em um breve panorama sobre a constituição deste campo de pesquisa, Sismondo (2008) identifica o livro *Estrutura das Revoluções Científicas*, de Thomas Kuhn, publicado em 1962, como uma de suas pedras fundamentais, por trazer a visão de que a solidez do conhecimento científico é sustentada por um coletivo e que tal conhecimento é situado e fruto de um intenso trabalho prático (*hands-on work*). Como 'herdeiros' deste importante marco reflexivo, Sismondo (2008) cita diversos coletivos que se formaram, nas décadas seguintes, com o objetivo de investigar o fazer da ciência e da tecnologia, em seus aspectos ontológicos e epistemológicos, tendo como fio condutor de suas ações e reflexões a metáfora da construção social. O autor cita, sobretudo, as contribuições do “Programa Forte” (*Strong Program*) da sociologia do conhecimento, dos estudos feministas, do Programa de Relativismo Empírico, das etnografias de laboratório, da “construção social da tecnologia” e da Teoria Ator-Rede (TAR).

No conjunto desses coletivos, destaco, em primeiro lugar, a concepção da Teoria Ator-Rede, que possui como principais representantes Bruno Latour (2000), John Law (1992) e Michel Callon (1986)²⁴. Na epistemologia da TAR, ou “Sociologia da Tradução”, a ordem social “pode ser vista e descrita como um produto ou um efeito de uma rede de materiais heterogêneos” (LAW, 1992, p. 2)^{vii}. A palavra “rede”, nesse contexto, procura destacar os efeitos decorrentes da relação/interação entre os agentes que constituem o tecido social, em detrimento de outras concepções sociológicas nas quais o foco das análises repousa mais na caracterização e na busca pelas intencionalidades de cada agente do que na relação entre eles. O termo “materiais heterogêneos”, por sua vez, procura evidenciar que “essas redes são compostas não somente por pessoas, mas também por máquinas, animais, textos, dinheiro, arquiteturas – qualquer material que se queira mencionar” (LAW, 1992, p. 2)^{viii}. A força desses argumentos, dessa defesa por uma abordagem materialista nas ciências sociais, é que ela permite descrever, nos mesmos termos, tanto o que, na epistemologia moderna, é

23 Na língua inglesa, esse campo tem recebido a denominação de *Science and Technology Studies* ou *Science Studies*.

24 Para uma lista mais extensa, embora não exaustiva, de autores que contribuíram para a construção da TAR, ver Law (1992).

caracterizado como eminentemente humano ou social (uma pessoa, um coletivo de pessoas, o Estado-Nação) quanto o que, na mesma epistemologia moderna, é visto como eminentemente técnico ou científico/natural (uma teoria científica, uma máquina, uma molécula). Sendo assim, a TAR revela-se como uma metodologia forte para a construção de uma narrativa que “desfaça” as fronteiras epistemológicas modernas, uma narrativa sociotécnica da sociedade, que, nessa concepção, surge como o efeito de relações mais ou menos estáveis estabelecidas entre o que Latour (2000) propõe que sejam chamados actantes: humanos, células, bactérias, computadores, animais, estradas, o Estado-Nação, a Democracia, etc.

Segundo essa abordagem, a tarefa da sociologia passa a ser, portanto, “caracterizar essas redes em sua heterogeneidade e explorar como é que elas se tornam padronizadas para gerar efeitos como organizações, desigualdade e poder” (LAW, 1992, p. 3). Para tanto, cabe ressaltar alguns aspectos comuns dessas redes:

- As redes, além de heterogêneas, são “pontualizadas”, isto é, “se uma rede age como um único bloco, então ela desaparece para ser substituída pela própria ação e pelo aparente único autor da ação” (LAW, 1992, p. 5)^{ix}.
- A “tradução” é o processo que permite a “pontualização”. Neste contexto, a “tradução” é entendida como a constante mobilização e justaposição dos actantes de uma maneira tal que todos pareçam mover-se como um bloco, isto é, como um único agente²⁵.

A narrativa do Capítulo 1 foi tecida a partir do comprometimento com os princípios da TAR. Da mesma forma, a TAR orienta, ao lado de outras concepções metodológicas, a narrativa dos casos apresentados nos capítulos a seguir. A escolha por essa metodologia comunga com a defesa de Santos (2003) pela urgência de se reconhecer o caráter sociotécnico das opções ditas “tecnológicas”. Se pretendemos criticar a divisão moderna que coloca o “mundo dos humanos-entre-si” de um lado e o “mundo das coisas-entre-si” do outro, devemos recorrer, por uma questão de coerência, a um método de investigação que não esteja atado a essa epistemologia.

Para reforçar esse e outros argumentos, recorro às instigantes reflexões presentes

25 Latour (2000) faz uso da metáfora da “máquina” para caracterizar esse efeito da ação em bloco

em *After Method*, de John Law (2004). Começando com uma interrogação: “Como o método pode lidar com a desordem?”^x, Law procura problematizar um traço comum nas iniciativas de pesquisa em ciências sociais, que, embora importantes para a construção de uma série de entendimentos acerca das “realidades”, não costumam captar muito bem o que elas tem de complexo e difuso. Em suas palavras,

[p]artes do mundo são capturadas em nossas etnografias, nossas histórias e nossas estatísticas. Mas outras partes não o são, ou, se são, então é porque foram distorcidas em nome da clareza. [...] Se grande parte do mundo é vaga, difusa ou inespecífica, escorregadia, emocional, efêmera, evasiva ou indistinta, muda como um caleidoscópio, ou, de fato, não possui um padrão, então, em que pé ficam as ciências sociais? Como podemos captar algumas das realidades que estão ausentes? Podemos conhecê-las bem? Devemos conhecê-las? 'Conhecer' é a metáfora de que precisamos? E se não for, como podemos então nos referir a elas? (LAW, 2004, p. 2)^{xi}

Em geral, segundo este autor, as pesquisas em ciências sociais estão atadas a uma tradição metafísica 'anglo-norte-americano' onde o real é concebido como algo **primitivo** (que existe “fora de nós”, ou como define o autor, em inglês, uma *'out-there-ness'*), **independente** (que independe de nós e de nossas ações), **definido** (que possui uma forma específica), **anterior** (que antecede à tentativa de apreendê-lo) e **singular** (é único, embora possa ser visto/experimentado sob diferentes perspectivas).

O problema com essa tradição metafísica, segundo Law, é que ela ignora que tais atributos do real em geral são construídos, postos em cena (*enacted*), em um trabalho de justaposição de métodos (*method assemblage*) que torna certos traços presentes enquanto, no mesmo movimento, alteriza outros (torna-os ausentes)²⁶. Detalhando seu raciocínio, Law afirma que o *método assemblage*

é o processo de forjar e colocar em cena os limites necessários entre presença, ausência manifesta e alteridade. O método assemblage é gerativo ou performativo, produzindo ausência e presença. Mais especificamente, é a elaboração ou agregação das relações em três partes: (a) tudo o que está *in-here* ou presente (por exemplo, uma representação ou um objeto), (b) o que está ausente, mas também se

26 A experiência com o real teria atributos muitas vezes opostos aos apresentados anteriormente, isto é, o real, tal como costumamos vivenciá-lo, nem sempre existe independentemente de nós, nem sempre tem forma definida, muitas vezes (ou quase sempre) é forjado durante a ação de tentar apreendê-lo e certamente pode se apresentar segundo um corpo múltiplo. Para maiores detalhes, ver Law (2006).

manifesta (ou seja, pode ser visto, descrito, e é manifestamente relevante para a presença), e (c) o que está ausente, mas é outro porque, enquanto necessário para a presença, também é oculto, reprimido ou desinteressante. A presença pode assumir a forma de descrições (representacionais e/ou alegóricas) ou objetos. A ausência manifesta pode tomar a forma de uma realidade “lá fora” que é representada, ou o contexto relevante para um objeto (LAW, 2004, p. 161)^{xii}.

Para o autor, reconhecer esse caráter 'construtor de realidades' do método é uma ação necessária para se atentar à multiplicidade de realidades latentes no ato de pesquisar. O argumento, que não pode ser tomado como uma tentativa desesperada em tornar tudo presente – uma vez que para haver presença necessariamente deve haver ausência –, caminha em direção ao que Law, inspirado pelo trabalho de Anemarie Mol, chama de política ontológica. Em outras palavras,

se as realidades são colocadas em cena, então a realidade não é, em princípio, fixa ou singular e a verdade não é mais a única base para se aceitar ou rejeitar uma representação. A implicação é que há várias razões possíveis, incluindo a política, para colocar em cena um tipo de realidade em vez de outro e que essas bases podem em alguma medida ser debatidas. Isto é política ontológica (LAW, 2004, p. 162)^{xiii}.

A ideia de política ontológica radicaliza a noção de que há uma indissociabilidade entre 'objeto pesquisado' e pesquisador e aproxima o trabalho deste, em especial no campo CTS, do que Sismondo (2008) chama de “Programa Engajado” (*Engaged Program*). Este autor recorre a essa categoria para problematizar a divisão que existiria entre um “Alto Clero” e um “Baixo Clero” na comunidade CTS. O primeiro grupo estaria interessado em “tratar e, com frequência, desafiar, as perspectivas tradicionais na filosofia, na sociologia e na história da ciência e da tecnologia” (SISMONDO, 2008, p. 13)^{xiv}. O segundo, por sua vez, teria um enfoque “na reforma e no ativismo, considerando questões políticas, de governança e de financiamento, [...] [tentando] reformar a ciência e a tecnologia em nome da igualdade, do bem estar social e do meio-ambiente” (SISMONDO, 2008, p. 13)^{xv}. o “Programa Engajado”, segundo o autor, seria uma interface entre os interesses dos dois grupos e desafiaria a noção de que haveria uma divisão que impede uma postura de pesquisa que possa uni-los.

As discussões relacionando epistemologia e metodologia, bem como os dois objetivos centrais destacados no início deste capítulo, procuram situar esta dissertação

na categoria de um “Programa Engajado” e apontam para um terceiro objetivo, a saber: **fortalecer o campo dos Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias no Brasil e experimentar os limites e possibilidades dos referenciais deste campo para o estudo de casos brasileiros.**

2.2 BREVE HISTÓRIA DO NASCIMENTO DE UM TERMO

Qualquer pessoa que se proponha a estudar o tema 'inclusão digital' fatalmente cairá no mar de dados e estudos disponíveis sobre o tema e, se não tomar os cuidados necessários, correrá o risco de nele naufragar. Por isso mesmo, qualquer revisão de literatura, por mais completa que se proponha, deixará referências de fora. Tendo essa dificuldade em mente, a primeira pergunta que surgiu, durante o início dessa exploração, referia-se a como tomar contato com estudos relevantes sobre o tema. Em outras palavras, **o que procurar?** Independentemente da resposta, qualquer escolha de caminho deveria levar em conta que esta revisão em si já constitui uma narrativa (possível) sobre o tema.

Um primeiro indício dessa dificuldade pode ser identificado em Sérgio Amadeu da Silveira (2008). Segundo o autor,

durante o final dos anos 1990 e o início do século XXI, os termos *digital divide*, *digital apartheid*, divisão ou brecha digital, muito utilizados pelas grandes corporações de tecnologia e pela mídia do mundo rico foi (sic) sendo substituído, no Brasil, pela noção de exclusão [digital] (SILVEIRA, 2008, p. 43, grifos do autor).

Embora o autor afirme em seu artigo que não pretende “realizar um relato histórico da aplicação dos termos exclusão/inclusão digital, mas discutir o valor, a aplicação e os contextos de seus usos, bem como analisar as principais críticas a sua utilização” (SILVEIRA, 2008, p. 44), seria interessante tentar mapear as origens de cada um dos termos, bem como problematizar a aparente suposição de que os efeitos de uso dos termos inclusão/exclusão, no português, guardam semelhança com os efeitos dos termos *digital divide* e *digital apartheid*, em inglês (ou *brecha digital*, no espanhol). Minha intenção não é conferir à origem dos termos o poder de determinar permanentemente sua significação. Como disse Donna Haraway, ao propor a figura do

ciborgue como um mito capaz de suportar uma crítica ao mundo pós-moderno – e que fosse simultaneamente fiel ao feminismo, ao socialismo e ao materialismo –, “o grande problema com ciborgues, é claro, é que eles são filhos ilegítimos do militarismo e do capitalismo patriarcal, para não mencionar o estado socialista. Mas filhos ilegítimos são muitas vezes extremamente infiéis a suas origens. Seus pais, afinal, são inessenciais” (HARAWAY, 1991, p. 151, grifos nossos)^{xvi}. Por outro lado, embora os filhos possam ser infiéis a suas origens, mapear essa historicidade dos termos pode ajudar a identificar o trabalho de sua construção, a demonstrar, na prática, a política ontológica em ação em dispositivos de inscrição como relatórios e artigos acadêmicos e jornalísticos.

Essa busca pela historicidade pode ser conferida em David Gunkel (2003), onde, da mesma maneira que em Silveira (2010), o autor procura tecer uma crítica ao uso do termo *digital divide*, não com o objetivo de buscar imperfeições ou soluções, mas procurando “examinar a terminologia, a estrutura e a forma que tornam possível a articulação do problema” (GUNKEL, 2003, p. 500)^{xvii}. O termo, segundo o autor, teria sido cunhado na década de 1990, nos Estados Unidos da América. Embora sua origem não seja clara, ele cita como prováveis 'pais' um grupo de jornalistas do jornal *Los Angeles Times* que “começaram a utilizá-lo em 1996 para nomear diferenças de opinião acerca de novas tecnologias” (GUNKEL, 2003, p. 501)^{xviii}, a administração Clinton-Gore e o jornal *The New York Times*, onde o termo teria sido usado para se nomear o fosso nas oportunidades educacionais norte-americanas, bem como o livro *The Emperor's Virtual Clothes*, de 1995, do escritor Dinty Moore, onde o termo aparece “para distinguir entre defensores e detratores no debate sobre o valor da TI” (GUNKEL, 2003, p. 502)^{xix}. Nessa busca pelas origens do termo, a questão mais interessante diz respeito às diferentes significações a ele conferidas. Além das anteriormente destacadas, Gunkel enumera casos onde o termo é usado, por exemplo, para nomear incompatibilidades entre tecnologias analógicas e digitais – em sistemas de telefonia celular, de televisão, em transmissão via satélite e em radiologia – e, ainda, para nomear desigualdades de causa racial na distribuição de oportunidades de emprego na indústria de TI.

O quadro pintado por Gunkel demonstra claramente o caráter indefinido do que significava o termo *digital divide* em seu alvorecer. A narrativa terminológica que o autor tece configura um termo fluido, que ele chama de alvo móvel (*moving target*),

algo que

não somente nomeia diferentes tipos de diferenças tecnológicas e sociais, mas, mesmo quando ele parece se referir ao mesmo objeto, o faz de maneira distinta em diferentes instantes e em diferentes contextos. Esta complexidade não deriva de alguma origem unívoca que subtende e ancora a multiplicidade. Não é algum tipo de confusão terminológica que posteriormente veio afligir o que inicialmente tinha sido um conceito puro e homogêneo. Em vez disso, o [termo] *digital divide* é originalmente e persistentemente plural (GUNKEL, 2003, p. 504, grifos nossos)^{xx}.

Assim, não há uma única versão de *digital divide*, mas várias²⁷, ainda que algumas delas tenham se cristalizado melhor do que outras ao longo das práticas que as sustentam/configuram. Algumas dessas versões, que posteriormente iriam conferir à *digital divide* o perfil de um problema global, estão inscritas em uma série de relatórios publicados a partir de 1995 pelo Departamento de Comércio dos EUA, através de sua agência voltada às telecomunicações e à informação – a *National Telecommunications and Information Administration* (NTIA). Nesse grupo de documentos, o termo *digital divide* entra em cena pela primeira vez no relatório de 1998, intitulado *Falling Through the Net II – New Data on the Digital Divide*. Embora não haja uma definição explícita do que significaria *digital divide*, a introdução do documento nos dá uma pista:

À pedido do vice-presidente Gore, a NTIA, do Departamento de Comércio, analisou as taxas de penetração das linhas telefônicas e dos computadores [e modems] através dos EUA para determinar quem está e quem ainda não está conectado. A NTIA colocou como meta fundamental a conexão de todos os americanos à infraestrutura de informação (NTIA, 1998, grifos nossos)^{xxi}.

Assim, o termo *digital divide* parece denotar uma espécie de fosso que separaria os que têm acesso a linhas telefônicas e a computadores/modems dos que não têm acesso a essas tecnologias. Tendo esse significado em mente, poderíamos dizer que o relatório de 1995, intitulado *Falling Through the Net: A Survey of the “Have Nots” in Rural and Urban America*, traz implicitamente o futuro conceito de *digital divide*, traduzido através da dicotomia “*information haves*”/*information “have nots”* (os que

27 A ideia de que há várias versões/significados do termo *digital divide* repousa mais no conceito de **multiplicidade** (onde as versões se sobrepõem e dependem umas das outras) do que no conceito de **pluralidade** (onde as versões são independentes entre si). Para uma discussão mais detalhada a respeito dessas diferenças, ver Law (2004).

têm informação/os que não têm informação'). Ter ou não ter informação, nesse caso, equivaleria a ter ou não ter acesso a linhas telefônicas e a computadores/modems (ou, em última instância, a estar ou não inserido na 'Sociedade/Era da Informação'²⁸). Ainda neste rol de documentos, uma tentativa de definição do termo foi realizada no terceiro relatório, publicado em 1999 e intitulado, não por acaso, *Falling Through the Net: Defining the Digital Divide*²⁹. Nele, a definição presente no título é realizada através do refinamento das pesquisas anteriores, com a inclusão de dimensões referentes, por exemplo, ao local em que as pessoas acessam à internet, ao que elas acessam e ao motivo pelo qual certas pessoas não estão conectadas.

A ideia de multiplicidade defendida por Gunkel (2003) não se perde com a aparente estabilização/definição do termo *digital divide* pretendida nos relatórios do NTIA. A inclusão de outras dimensões na configuração do que se entende por *digital divide*, do relatório de 1998 para o de 1999, continua mostrando o caráter fluido do mesmo. Além disso, como diria Latour (2000), o destino de fatos e artefatos não está nas mãos daqueles que os forjaram, mas nas mãos dos que vem depois destes. Assim, não há garantias de que o termo *digital divide* manterá seu significado, mesmo sua forma, quando outras pessoas, em outros contextos, com ele tomarem contato.

No Brasil, por exemplo, recordando as palavras de Silveira (2010), o termo *digital divide* aparece comumente traduzido como 'exclusão digital'. Mas, como se deu essa tradução? Que consequências ela traz para nós, brasileiros? Novamente, mapear origens e marcos fundadores não constitui tarefa simples, mas pode-se, pelo menos, tentar acompanhar o que diziam e faziam os que, em determinada época e lugar, se ocupavam dessas questões.

A ideia é mergulhar no caldeirão fervente dos ingredientes que constituirão uma determinada versão de mundo/realidade; embora não seja possível determinar a ordem em que os ingredientes foram lançados nesse caldeirão, proponho um exercício de experimentação de cada um deles, sentindo-lhes a textura e o gosto, enquanto ainda não se dissolveram e podem ser diferenciados uns dos outros.

28 Para uma discussão sobre o conceito de sociedade da informação, ver Castells (1999). A opção em apresentar o termo entre aspas decorre da necessidade de problematizá-lo, tarefa realizada ao final deste trabalho.

29 Vale notar que no relatório de 1999 o termo perde as aspas entre as quais era apresentado no relatório de 1998.

2.3 "FALLING THROUGH DE NET", "BRIDGING THE GAP", "DENTRO", "FORA": NO REINO DAS METÁFORAS E ALEGORIAS

Durante nossa jornada acompanhamos a nebulosa 'criação' do termo *digital divide*, nos Estados Unidos da América, e fizemos uma pausa quando esse termo 'chega' em terras brasileiras sob a forma aparente do termo 'exclusão digital'. Para seguirmos viagem, proponho, novamente inspirado por Law (2004), que atentemos para o uso de recursos estilísticos típicos da literatura não científica, tais como as metáforas e as alegorias³⁰. A ideia é que tais recursos constituem uma ferramenta interessante e poderosa para lidar com a dificuldade de se estabilizar o objeto de pesquisa desse trabalho de revisão (se é que se pode falar em um objeto definido). O objetivo é acompanhar de perto como a escolha dos termos e as imagens por eles evocadas, criam, de repente, versões mais ou menos claras de realidade (de exclusão digital, por exemplo), enquanto, ao mesmo tempo, lançam outras na penumbra ou na escuridão. Caminharemos, portanto, na turva fronteira que separa o que é feito presente daquilo que é alterizado.

2.3.1 Metáforas e normatividade

Para começar, gostaria de citar Sally Wyatt (2004), que em artigo sobre o poder das metáforas³¹, destaca que

[q]uando empregadas pelos atores sociais, as metáforas nem sempre são meramente descritivas. Sua utilização não é uma tentativa inocente de analistas e políticos de demonstrar suas próprias capacidades imaginativas ou de apelar para a imaginação de seu público. Metáforas têm também uma dimensão normativa; elas podem

30 Não estou afirmando que a literatura científica prescinde do uso de metáforas e alegorias. A questão é que nela esses recursos costumam ser utilizados de forma não explícita. Para um exemplo interessante que corrobora essa ressalva, ver Martin (1991) e Latour (2000).

31 Wyatt (2004, p. 258) define metáfora como “a descrição de uma coisa em termos de outra, para criar um efeito dramático ou porque não é possível descrevê-la de maneira diferente”.

ser usadas para ajudar o imaginário se tornar real (WYATT, 2004, p. 244, grifos nossos)^{xxii}.

Esse caráter simultaneamente descritivo e normativo das metáforas é identificado pela autora em textos acadêmicos e jornalísticos referentes a duas ciências – a economia e a geofisiologia (Teoria Gaia). Neles, a autora destaca o que chama de quatro características importantes no uso das metáforas:

Primeiro, as metáforas podem ajudar os cientistas a pensar sobre novos fenômenos e novos problemas [...]. Segundo, as metáforas podem se solidificar [...] e inibir a reflexão sobre novos fenômenos e novos problemas. Terceiro, uma metáfora de sucesso pode alterar nosso entendimento sobre o mundo [...]. Finalmente, as metáforas são contestáveis e há questões políticas e cognitivas reais em jogo [quanto a seu uso] (...) (WYATT, 2004, p. 249)^{xxiii}.

O objetivo da autora, à luz dessas características normativas, foi identificar quais metáforas compunham os textos sobre a internet na prestigiada revista *Wired*. “conhecida por suas concepções libertárias [no que diz respeito às TICs]” (WYATT, 2004, p. 249). Em seu estudo, ela identifica metáforas que giram em torno de temas tais como “revolução, evolução, salvação, progresso, universalismo e o 'sonho americano” (WYATT, 2004, p. 257), que ao mesmo tempo em que revelam um entusiasmo frente a um suposto potencial inclusivo da Internet, acabam por suportar um “desejo de promoção de um desenvolvimento tecnológico único e globalizador” (WYATT, 2004, p. 257), que a autora questiona veementemente, por seu caráter universalista.

2.3.2 Inclusão e exclusão

É nessa linha reconhecidora das possibilidades imaginativas das palavras que podemos entender a construção da retórica da exclusão digital no Brasil. O *Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil*, por exemplo, pode nos fornecer alguns elementos narrativos interessantes para essa empreitada, por seu caráter aparentemente seminal. Publicado no ano 2000, ele tinha como objetivo fornecer elementos para o debate público de um programa nacional de ações que teria como objetivo levar o Brasil rumo à sociedade da informação³². Em seu prefácio, podemos ler que

32 Trata-se do Programa Sociedade da Informação no Brasil (SocInfo).

o MCT [Ministério da Ciência e Tecnologia] compôs um Grupo de Implantação do chamado Programa Sociedade da Informação no Brasil, que iniciou atividades em agosto de 1999 com entusiasmo ímpar. Em 15 de dezembro [de 2000], o Programa foi oficialmente lançado pela Presidência da República. (SOCINFO, 2000, p. xv).

As futuras ações do Programa Sociedade da Informação no Brasil seriam posteriormente publicadas em um Livro Branco³³, tendo como referência o debate público que, assim esperava-se, se estabeleceria em torno das recomendações presentes no Livro Verde. Este último, em particular, procurou trazer um conteúdo extremamente ambicioso, baseado em duas propostas:

1a) a proposta do Grupo tenta cobrir, de forma articulada e abrangente, todos os aspectos considerados relevantes para a Sociedade da Informação no Brasil, de P&D a aplicações, do setor governamental ao setor privado, de tecnologias avançadas a impacto social; 2a) a proposta do Grupo tenta chegar até o nível de ações concretas, visando a enriquecer as discussões subseqüentes para a consolidação de um plano final no Livro Branco (SOCINFO, 2000, p. xv).

Um mergulho nesse conteúdo mostra que a metáfora-chave nele presente é a da inclusão/inserção, no sentido de que existe um novo paradigma de organização social (o da sociedade da informação) que perpassa diversas dimensões da vida (seja a político-econômica, seja a social) e de que é imprescindível dele fazer parte. A visão é de que o Brasil, já no caminho de se integrar à sociedade da informação, deve acelerar esse processo. Literalmente,

[a]o Brasil urge acelerar o processo de articulação efetiva de um programa nacional para a Sociedade da Informação. (...) E a emergência do novo paradigma constitui, para o Brasil, oportunidade sem precedentes de prestar significativa contribuição para resgatar a sua dívida social, alavancar o desenvolvimento e manter uma posição de competitividade econômica no cenário internacional. A inserção favorável nessa nova onda requer, entretanto, além de base tecnológica e de infraestrutura adequadas, um conjunto de condições e de inovações nas estruturas produtivas e organizacionais, no sistema educacional e nas instâncias reguladoras, normativas e de governo em geral (SOCINFO, 2000, p. 5, grifos nossos).

Desta forma, a chamada sociedade da informação é colocada como uma externalidade, em relação à qual se pode estar incluído ou excluído. Vale notar, ainda,

33 Até onde pudemos apurar, o Livro Branco jamais foi publicado.

um certo teleologismo que coloca a inserção nesta nova sociedade como um evento inevitável, uma visão na qual “[t]odos os países caminham, voluntária ou involuntariamente, rumo à sociedade da informação. Compete a cada um encontrar sua rota e suas prioridades” (SOCINFO, 2000, p. 6). Fica clara, também, a metáfora da estrada, onde caminhar é preciso e ficar parado, uma impossibilidade; onde a escolha adequada de uma rota pode levar ou não a uma inserção sem riscos, a uma “inserção favorável”.

A metáfora da estrada aparece em um outro momento do Livro Verde, com outro sentido, quando é dito que “[o] conjunto desses recursos [que dão suporte à malha de meios de comunicação da sociedade da informação] forma uma verdadeira 'superestrada' de informações e serviços freqüentemente chamada de 'infovia' ou 'supervia’” (SOCINFO, 2000, p. 3). Este trecho revela uma ressonância com algumas metáforas nascidas em solo norte-americano, onde, segundo Wyatt (2004),

[a] metáfora do [vice-presidente] Gore da superestrada guiou o desenvolvimento e a implementação de uma série de políticas em torno da Infraestrutura Nacional de Informação durante o primeiro mandato do presidente Clinton. A metáfora tem sido significativamente mais bem sucedida do que suas políticas de implementação, refletindo as promessas de liberdade e mobilidade atribuídas ao automóvel no início do século XX (WYATT, 2004, p. 251)^{xxiv}.

Assim, o Livro Verde parece trazer consigo, com a proposição de inclusão em um suposto novo paradigma de sociedade, metáforas com referenciais que não são brasileiros (ainda que o automóvel e rodovias também façam parte de nossa história). Não estou defendendo, nesse caso, uma aversão à influência estrangeira, mas à ausência de problematização dos possíveis efeitos que residem no uso dessas metáforas. De alguma maneira, o próprio Livro Verde parece reconhecer esse traço importador de termos e conceitos, no seguinte trecho:

O Programa HPCC (*High Performance Computing and Communications*) (...) expandiu-se a partir de 1993/94 para incluir a iniciativa da *National Information Infrastructure* (NII), impulsionada pela administração Clinton/Gore, com foco na abordagem de desafios concretos da economia e sociedade americana. A chamada NII foi o mote inicial a partir do qual, em 1994, os EUA lançaram a idéia da *Global Information Infra-structure* (GII) como um desafio mundial a ser enfrentado por todos os governos. (...) O modelo de execução do Programa [HPCC], matriciado pelas agências federais [norte-

americanas] envolvidas [...], é exemplar e inspirador de várias iniciativas subseqüentes [de inserção na Sociedade da Informação], inclusive do Programa Sociedade da Informação [brasileiro] (SOCINFO, 2000, p. 107, grifos nossos).

O que na maior parte do Livro Verde era pintado como um fenômeno global e sem pátria, de repente aparece como uma proposição de origem local, voltada aos “desafios concretos da economia e sociedade americana”, mas que, desde sua origem, tem pretensão de servir de modelo, inspiração e exemplo ao resto do mundo. A metáfora de inclusão em uma sociedade da informação aparece, portanto, como decorrente e sustentadora de um discurso global local, que nós, brasileiros, pelo menos nos primeiros anos do século XXI, assimilamos sem maiores questionamentos.

A presença de termos como 'infovia', 'supervia' e 'superestrada', no Livro Verde, não é, portanto, uma surpresa, assim como não é de se estranhar a ocorrência do termo divisão digital, tradução literal de *digital divide*, que, como vimos anteriormente, também tem sangue ianque correndo nas veias. De forma semelhante à abordagem dos relatórios do Departamento de Comércio dos EUA, o Livro Verde define o termo como uma “divisão entre beneficiários e despossuídos da revolução digital” (SOCINFO, 2000, p. 31). Entretanto, diferentemente dos já citados relatórios, o Livro Verde configura metáforas que criam, por exemplo, um novo tipo de classe social, a dos 'info-excluídos'. Esta criação parece decorrer da metáfora de inclusão que perpassa toda a publicação. Se, de uma maneira geral, fala-se da inclusão do país na sociedade da informação, fala-se também da inclusão dos indivíduos nessa mesma sociedade. Assim, a ideia de divisão, de fosso (presente no termo *digital divide*), é substituída pela dicotomia inclusão/exclusão. Vejamos algumas dessas metáforas em ação:

No novo paradigma gerado pela sociedade da informação, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição fundamental, ainda que não exclusiva, para a inserção dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma Sociedade da Informação para todos [...]. Para que se tenha universalização de fato, há de se procurar soluções para inclusão das populações com baixo poder aquisitivo nas redes digitais. O conceito de universalização tem caráter evolutivo, decorrente da velocidade do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e das novas oportunidades e assimetrias provocadas por esse desenvolvimento – fontes de novas formas de exclusão, que devem ser continuamente acompanhadas e consideradas (SOCINFO, 2000, p. 31, grifos nossos)

Resumindo, há uma concepção de que as TICs possuem uma capacidade

evolutiva no que diz respeito à sua velocidade de desenvolvimento. Essa velocidade faria surgir novas oportunidades e novas assimetrias; os indivíduos incapazes (ou impedidos) de acompanhar tal velocidade ficariam para trás. Excluídos, fora das redes digitais, estariam também impedidos de aproveitar as benesses decorrentes da inclusão na sociedade da informação. Em outras palavras, a exclusão digital seria uma nova exclusão social. Dessa conclusão, surgiria, portanto, a necessidade de se inserir os excluídos nas redes digitais. Como se vê, aos poucos vai sendo forjada uma forma estável para o conceito de inclusão digital.

Atentando para algumas das realidades colocadas em cena pelas metáforas (com suas permissões e restrições), a noção de exclusão, por exemplo, não permite ver em que outros universos sociais o suposto excluído está inserido; já a noção de fosso remete a uma ideia de isolamento entre universos sociais, que, por sua vez, impede a consideração de que possa haver algum tipo de relação entre eles³⁴. Essas imagens evocadas pelas metáforas, embora não pareçam problemáticas à primeira vista, estabelecem limites concretos às realidades emergentes dos discursos e práticas nas quais são utilizadas.

Outras metáforas, obviamente, podem ser vislumbradas nesse processo. Além disso, outras publicações e iniciativas certamente contribuíram para a construção dessa visão de inclusão digital no Brasil. Como se verá a seguir, esta visão, seja em solo tupiniquim, seja fora de nossas fronteiras, está longe de ser objeto de consenso – o que, de certa maneira, retoma a ideia de que a inclusão digital (assim como a *digital divide*) é um alvo móvel e possui uma multiplicidade de formas. A seguir, mapearei algumas controvérsias em torno desses conceitos, para reforçar esse ponto.

2.4 DA VERSÃO OFICIAL ÀS PRÁTICAS: NARRATIVAS POSSÍVEIS SOBRE OS PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL

34 Apesar dessas especificidades, também nos EUA houve um deslocamento terminológico para a ideia de inclusão digital (*digital inclusion*), como revela o título do quarto relatório da série: *Falling Through the Net: Toward Digital Inclusion*, onde foram reconhecidos os avanços na inclusão dos americanos na sociedade da informação e o que ainda poderia/deveria ser feito para garantir este acesso aos que ainda não estavam incluídos.

Os argumentos pioneiros em favor da inclusão digital estavam embebidos por uma crença nos ganhos cognitivos provenientes da participação na sociedade da informação, que “(...) não apenas [poderia] consolidar desigualdades sociais como também elevá-las, pois [aprofundaria] o distanciamento cognitivo entre aqueles que já convivem com ela e os que dela estão apartados” (SILVEIRA, 2001, p. 16, grifos nossos). A inclusão se daria através da superação daquilo que Edvalter Souza Santos (2006), em revisão da literatura sobre o tema, identifica como “tripla privação de acesso”, bem caracterizada por Silveira (2001, p. 18) como a privação de acesso “[d]as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso”.

Em trabalho no qual procura problematizar as diversas visões relativas à *digital divide*, Sinikka Sassi (2005) identifica argumento semelhante, por ela caracterizado como uma “abordagem tecnocrática” (*technocratic approach*) da questão, que teria os seguinte aspectos:

em primeiro lugar, admite-se, em geral, que ainda há diferenças consideráveis no uso da internet, mesmo nos países mais avançados. Segundo, argumenta-se que o poder público deve reduzir essas diferenças oferecendo oportunidades para todos, independentemente de diferenças contextuais de cunho social, educacional ou econômico. Terceiro, o discurso expressa uma crença na habilidade das novas tecnologias para superar as desigualdades sociais (SASSI, 2005, 688)^{xxv}.

Tal como ao sertanejo na Canudos do início do século XX – condenado, segundo Euclides da Cunha, à extinção por não acompanhar a marcha da modernidade –, ao excluído digital não restaria outra saída senão buscar ser incluído na nova sociedade, no admirável mundo novo das redes digitais de alta velocidade, dos fluxos de informação quase instantânea, dos mercados globais integrados e da inteligência coletiva. Os povos 'simplórios' do século XXI, “apartados da sociedade da informação [estariam] percebendo a importância de sua inserção, buscando as menores brechas para não perderem os *bits* da história” (Silveira, 2001, p. 23).

Assim, para garantir-lhes os '*bits* da história' e a 'marcha da modernidade' diversos projetos de inclusão digital tomaram forma, em todo o planeta, sobretudo a partir da década de 1990. No Brasil não foi diferente e muitos projetos, com diferentes abordagens e perspectivas, das quais a tecnocrática é somente uma, foram

implementados. Como exemplos de primeiras experiências do tipo, costumam ser citados, dentre outros, o Comitê para a Democratização da Informática (CDI), o Sampa.org do instituto Florestan Fernandes, as Escolas de Informática e Cidadania (EICs) do Viva Rio e o programa de telecentros da Prefeitura de São Paulo (AZEVEDO, 2009; SOCINFO, 2000; SILVEIRA, 2001; HEINHARD, MACADAR, 2006). Embora com suas particularidades e diferenças, todos esses projetos tinham em comum, ao menos em seu alvorecer, a criação de uma infraestrutura de acesso às TICs visando a inclusão dos indivíduos na sociedade da informação e a consequente, assim seguia-se o argumento, redução das desigualdades sociais.

A estabilização do termo inclusão digital foi apresentada até aqui como o resultado de construções em textos acadêmicos e, sobretudo, em textos de origem governamental. Entretanto, retomando a ideia de performatividade, quando os projetos de inclusão digital entram em cena – configurando em determinados espaços novas maneiras de relacionar pessoas, computadores, modems e outras TICs –, novas formas de inclusão digital são também conformadas. Um conceito interessante para tratar dessa mudança é o de *hinterlândia*, tida como

um amontoado de relações literárias e materiais custosas, de extensão indefinida e mais ou menos rotinizadas que incluem afirmações sobre as realidades e as realidades em si; uma *hinterlândia* inclui dispositivos de inscrição e coloca em cena uma topografia de possibilidades, impossibilidades e probabilidades para o real (LAW, 2004, p. 161)^{xxvi}.

A ideia é que o trabalho de colocar em cena as realidades, configurado em *hinterlândias* específicas, define o que é tornado presente e o que é alterizado, ou seja, novamente, estamos atentando para a política ontológica em ação. Sendo assim, cada um desses projetos, com suas próprias *hinterlândias*, configurará diferentes concepções de inclusão digital, ainda que não disjuntas entre si³⁵.

2.4.1 De volta à multiplicidade

Atentar para a multiplicidade ou para a política ontológica envolvida na ação de

35 A importância das entidades literárias e materiais na performatividade de uma multiplicidade de inclusões digitais foi também destacada por Azevedo (2009).

pesquisa permite vislumbrar novas possibilidades narrativas, capazes de colocar em cena novas realidades. Assim, considerando a inclusão digital como um objeto de fronteira,

objetos que são plásticos o bastante para se adaptar a condições locais e aos limites dos diversos grupos que os utilizam, mas que ainda assim são robustos o bastante para manter uma identidade comum entre diferentes sítios (STAR, 1989, p. 393)^{36xxvii},

procuro fazer um movimento duplo, a saber: mapear a configuração de versões mais locais e, por isso mesmo, específicas, de inclusão digital, ao mesmo tempo em que reconheço a existência de versões mais 'globais', importantes para, por exemplo, configurar políticas públicas sobre o tema.

Como visto anteriormente, os textos acadêmicos e governamentais envolvidos na configuração do que passou a ser chamado de inclusão/exclusão digital (ou *digital divide*) tinham como principal característica uma certa abordagem tecnocrática da questão, ou seja: há indivíduos excluídos da sociedade da informação, estar incluído representa ter uma melhor qualidade de vida, estar incluído significa ter acesso às TICs, logo, é preciso permitir o acesso dos excluídos às TICs. Da maneira como o problema é colocado, não entram em cena questões importantes – e caras aos Estudos CTS –, tais como:

- As escolhas envolvidas na confecção dos artefatos tecnocientíficos que permitiriam a inclusão dos indivíduos na chamada sociedade da informação (tal como apresentados, os artefatos constituem caixas-pretas);
- A agência desses artefatos, ou seja, o poder emergente da interação entre esses artefatos e os supostos excluídos.

Esta questão é brilhantemente considerada por um estudo conduzido por Mary

36 A autora continua a definição do conceito de objetos de fronteira destacando que "[s]ão fracamente estruturados no uso compartilhado e se tornam fortemente estruturados no uso individual. Esses objetos podem ser abstratos ou concretos. Têm diferentes significados em diferentes universos sociais mas sua estrutura é comum o bastante para que sejam reconhecidos em mais de um universo, um meio de tradução. A criação e o gerenciamento de objetos de fronteira é um processo chave no desenvolvimento e na manutenção da coerência através de universos sociais que se interceptam" (STAR, 1989, p. 393).

Anne Moser (2009). Norteada pelos princípios metodológicos da etnografia institucional (*institutional ethnography*) e dos 'estudos culturais' (*cultural studies*), a autora analisa as articulações de um projeto ligado à capacitação nas TICs em abrigos para sem-teto no Canadá.

Moser parte das ideias de que agência e estrutura constituem sistemas complexos de caráter mais amplo e de que os textos tem papel importante na configuração do tecido social. Em particular, ela toma os computadores como “*text superpowers*”. Em suas palavras,

minha pesquisa não olha para textos específicos envolvidos na coordenação de relações sociais nos abrigos, como faria uma verdadeira etnografia institucional. Em vez disso, ela volta um passo atrás para olhar a maneira como computadores, como poderosas ferramentas de produção textual, estão envolvidos nas relações sociais (MOSER, 2009, p. 715)^{xxviii}.

Esta materialidade, trazida à tona a partir de sua pesquisa etnográfica (da qual também fez parte a realização de diversas entrevistas), permite a Moser demonstrar como as intenções colocadas no alvorecer de projetos de inclusão digital nem sempre se fazem presentes quando tais projetos se tornam reais. Assim, um projeto que a princípio fora concebido como um meio de qualificar os sem-teto no uso das TICs e, assim esperava-se, aumentar a probabilidade de conseguirem um emprego e um lar, tomou, na prática rumos interessantes e inesperados tais como:

- propiciar um espaço para preencher as horas ociosas;
- criar laços comunitários;
- manter a ligação com familiares e amigos “fora” das ruas;
- e, talvez o mais próximo da intenção original do projeto, permitir a saída da condição de sem-teto.

Além de traçar as relações sociais que envolvem os computadores e os sem-teto, a pesquisa de Moser também procura mapear as mudanças de cunho gerencial relativas ao uso dos computadores pelo pessoal que trabalha nos abrigos. A autora chega à conclusão de que ao mesmo tempo em que a presença de computadores pode melhorar a coordenação do serviço social (algo relevante, tendo em vista o aumento do número de

sem-tetos atendidos na região do estudo), tal melhoria também pode constituir um problema quando se observa o efeito da troca de registro individuais entre diferentes abrigos. Por exemplo,

os funcionários dos abrigos estavam relutantes em compartilhar informação proprietária sobre seus programas, por causa da redução potencial no repasse de verbas (...). Também há uma profunda preocupação em compartilhar dados sobre os clientes [os sem-teto]. A preocupação é que a informação compartilhada sobre eles possa tornar mais difícil para os abrigos protegê-los e possa expô-los a mais riscos se a informação estiver disponível para um número maior de pessoas (MOSER, 2009, p. 736)^{xxix}.

Assim, as TICs, tidas, a princípio, como instrumentos neutros e necessariamente capazes de aumentar a eficiência administrativa dos abrigos, mostram-se extremamente problemáticas quando agem no sentido de, na visão dos funcionários dos abrigos, vulnerabilizar mais ainda as já frágeis condições de vida dos sem-teto. Este resultado, somado aos rumos distintos dos previstos no uso dos computadores pelos sem-teto – ainda que rumos positivos –, confere ao projeto de inclusão digital em questão um caráter claramente local e situado, intrinsecamente ligado às relações materiais e não-materiais tecidas nos abrigos. Uma maneira de considerar tal experiência é abandonar qualquer caráter inato dos computadores em serem os abnegados condutores dos excluídos rumo à sociedade da informação e passar a acompanhar como a chegada dos computadores (re)configuram tais abrigos (incluindo-se neles as pessoas que lá estão) e como, no mesmo movimento, a noção de inclusão digital também é reconfigurada.

De maneira similar ao trabalho de Moser, Glenn Davis Stone (2011) narra a história de um projeto chamado *e-Sagu*, que tinha como objetivo central diminuir a taxa de suicídio entre pequenos agricultores indianos. Para alcançar tal objetivo, o projeto visava criar em uma comunidade de agricultores um centro digital com computadores, cuja função seria servir de meio de comunicação entre cientistas conselheiros e os agricultores. A visão era de que os suicídios – cometidos quase que exclusivamente através da ingestão de pesticidas –, estavam ligados ao endividamento proveniente das sucessivas perdas de lavoura e de rendimentos entre os agricultores, supostamente resultantes de uma baixa inserção de técnicas científicas no cultivo do algodão.

O que distinguia o projeto e-Sagu [de outras iniciativas] era seu plano de levar a conectividade um passo adiante, não somente ligando o

agricultor à internet, mas também a especialistas em agricultura que diriam a cada agricultor como cultivar. Sua concepção básica, que encontrou forte ressonância em vários interessados, era de que os agricultores estavam em dificuldades devido à falta de acesso à orientação de especialistas em agricultura; estabelecer esta conexão era um problema técnico, a ser resolvido pelas TICs (STONE, 2011, p. 762, grifos nossos)^{xxx}.

O artigo mostra como esta visão tecnocrática do projeto criou, em um primeiro momento, uma tensão entre a cultura científica e a local, uma vez que “assumindo uma fonte de conhecimentos agrários externa e científica, o projeto e-Sagu estava involuntariamente baseado em um modelo extremamente acultural”³⁷ de expertise (STONE, 2011, p. 781)^{xxxi}, o que representava um problema, tendo em vista que o “processo de aprendizado em agricultura na Índia rural é, em grande parte, um processo sociocultural”³⁸ (STONE, 2011, p. 781)^{xxxii}. Essa tensão fez com que o projeto fosse modificado.

Assim, o projeto e-Sagu começou a se envolver no processo de aprendizado sociocultural que ele havia negado em sua concepção, isto é, de agricultores demandando apenas um canal de orientação científica. [...] O pessoal do projeto passou a visitar os campos para interagir mais com os agricultores e com eles desenvolver uma conexão. Eles começaram a oferecer-lhes elogios e a publicamente dar-lhes guirlandas de flores (STONE, 2011, p. 779)^{xxxiii}.

O autor não discute a ideia de inclusão digital em si, mas demonstra como projetos dessa natureza podem carregar consigo um teor fortemente autoritário e, de certa forma, colonizador, ao ignorar particularidades socioculturais. Além disso, o estudo empírico revelou como os próprios projetos podem se modificar no encontro com o 'local'.

As performances conjuntas entre os projetos de inclusão digital e as 'realidades' que eles tinham como pretensão modificar podem ser encaradas como exemplos de versões de inclusão digital emergindo de hinterlândias específicas. Na primeira, os computadores, a internet, os abrigos e seus funcionários, os laboratórios de informática e os sem-teto configuram uma rede na qual a inclusão digital é sinônimo de passar as horas ociosas, falar com parentes distantes e criar laços comunitários. No segundo caso,

37 Segundo uma epistemologia mais simétrica, a palavra “acultural” talvez não seja a mais adequada nessa citação, pois seu uso pode dar margem à atribuição de um caráter neutro, não situado, para a ciência ocidental, da qual os especialistas do projeto *e-Sagu* sem dúvida faziam parte.

38 De fato, segundo uma concepção sociotécnica, qualquer processo é intrinsecamente sociocultural.

com uma hinterlândia na qual os especialistas estavam distantes física e emocionalmente, a inclusão digital era sinônimo de mera informação disponível e não acessada em computadores. Quando a hinterlândia se modifica no sentido de levar os especialistas até os alvos campos de algodão indianos, a inclusão digital passa a ter uma outra forma, mais próxima dos dramas pessoais dos agricultores. No primeiro projeto, as mudanças ocorrem segundo uma linha de fuga (DELEUZE, GATTARI, 1995), de maneira não programada por aqueles que arquitetaram o projeto. No segundo caso, também há linhas de fuga quando a orientação científica é solenemente ignorada pelos agricultores, mas há uma reconfiguração programada do projeto no sentido de se acompanhar essa fuga.

2.4.2 Quando a metáfora se esgota

As novas formas assumidas pelos projetos, resultantes da imprevisibilidade de um mundo em fluxo (LAW, 1992) e pouco afeito a determinações – sejam as chamadas 'técnicas', sejam as 'sociais' –, são suficientes para se tecer críticas à imagem dicotômica evocada pelos termos *digital divide* e exclusão/inclusão digital e a qualquer raciocínio que estabeleça uma relação causal entre acesso à tecnologia e redução de desigualdades sociais. Se, por um lado, ainda persistem bastiões de crença e defesa das visões determinísticas da questão, não faltam, por outro, aqueles que as problematizam.

Jonatas Ferreira e Maria Rocha (2011), por exemplo, colocam em cena uma instigante crítica a dois fundamentos teóricos que sustentam, em sua visão, a maior parte das iniciativas de inclusão digital, a saber: “*o paradigma da justiça distributiva e as noções de informação e comunicação tal como preconizadas pela teoria da informação*” (FERREIRA; ROCHA, 2011, p. 307, *itálico dos autores*).

Os autores lembram que a teoria da informação foi responsável por, a partir dos anos 1940, estabelecer uma nova visão relativa ao processo de comunicação, resultante da busca por meios através dos quais a informação pudesse ser codificada em um ponto transmissor, transmitida a distância por meio de sinais (elétricos) e decodificada em um ponto receptor. Nesta nova visão, é feita uma distinção entre forma e conteúdo da mensagem e são estabelecidas maneiras através das quais é possível quantificar a

informação para que se avalie sua degradação ao longo da transmissão. Por essa lógica, efeitos de degradação do sinal gerados pelo canal de transmissão, seja este humano ou maquínico, são tratados como ruídos, o que “implica uma redução ontológica do ser humano e de seu processo de comunicação [...]. [Além disso,] a concepção da comunicação como 'transferência ordenada de sinais' exclui a análise de dimensões concretas, históricas, sociais e culturais dos processos comunicativos” (FERREIRA; ROCHA, 2011, p. 315). Para os autores, muitas iniciativas de inclusão digital caem nessa lógica informacional quando articulam o discurso de que todos os problemas dos excluídos estariam resolvidos através do acesso às TICs. Sendo assim,

[...] a sugestão mais importante diz respeito à restituição do papel do receptor na atribuição de sentido à mensagem, o que dirige a nossa atenção para o descompasso entre muitas iniciativas de inclusão digital e seu público-alvo, no tocante aos interesses desse público e a seu repertório cultural, frequentemente pouco adequado ao uso proposto para as TIC. Muitas dessas iniciativas se deparam com a constatação de que a grande dificuldade é proporcionar um uso significativo para as novas tecnologias, considerando o ponto de vista do usuário. (FERREIRA; ROCHA, 2011, p. 315)

Silveira (2008), também no caminho da crítica e adotando uma postura mais ponderada, em relação a seus primeiros escritos sobre o tema, argumenta que

embora a ideia de exclusão digital [seja] útil para caracterizar o processo, principalmente econômico, de bloqueio absoluto do acesso à comunicação em redes informacionais, a ideia da inclusão digital não faz pressupor a grande assimetria nas condições de acesso e na habilidade e qualidade do aproveitamento individual e coletivo das redes (SILVEIRA, 2008, p. 56).

Embora se possa contestar a causalidade econômica conferida pelo autor ao fenômeno da exclusão digital, o mais importante nesta citação é o reconhecimento dos limites da metáfora da inclusão, que não permite enxergar o que eu traduzirei como a 'multiplicidade de formas de inclusão'. Esta é uma perspectiva compartilhada por outros autores³⁹, como, por exemplo, Cukierman (2006), que diz ser possível

(...) alcançar uma melhor compreensão quando se pensa não em inclusão e acesso, mas sim em inclusões e acessos variados, buscando

39 Livingstone e Helsper (2007) também propõem a existência de gradações de inclusão digital, mas segundo um viés que não problematiza o determinismo tecnológico, nem as implicações de fazer parte da sociedade da informação.

através do plural abarcar e compreender as complexidades e possibilidades de uma situação muito melhor descrita por gradações e variações que por meras oposições (grifos nossos).

Detalhando sua posição, o autor sugere que se compare, por exemplo,

(...) um professor da UFRJ com uma conexão de alta velocidade em sua sala, um morador da periferia pobre da cidade de São Paulo que tem acesso a um telecentro da prefeitura local, uma ativista da associação de moradores que não tem nenhum computador ou linha de telefone mas cujo/as companheiro/as ativistas fornecem-lhe as informações necessárias, e um brasileiro que não tenha acesso de qualquer espécie a um computador. (...) [E]stes exemplos ilustram quatro possíveis graus de (falta de) acesso ao ciberespaço (Cukierman (2006).

Silveira (2008, p. 57) vai além na ideia de assimetrias entre incluídos e propõe a existência de quatro elementos que comporiam tais desigualdades, sendo eles “1) o acesso à banda larga; 2) o conhecimento da língua inglesa; 3) a bagagem cultural; 4) a habilidade tecnológica e os saberes técnicos”. Talvez não seja coincidência que os elementos enumerados por Silveira (2008) guardem extrema semelhança com os recursos enumerados por Mark Warschauer (2006) como importantes para se entender o letramento (*literacy*) nas TICs:

1. recursos físicos: computadores e conectividade;
2. recursos digitais: conteúdo e linguagem;
3. recursos humanos: letramento e educação;
4. recursos sociais: comunidades e instituições.

A tese de Warschauer, apoiada, sobretudo, por estudos etnográficos realizados durante dez anos em diversos países, é de que

o acesso significativo à TIC abrange muito mais do que meramente fornecer computadores e conexões à Internet. Pelo contrário, insere-se num complexo conjunto de fatores, abrangendo recursos e relacionamentos físicos, digitais, humanos e sociais (WARSCHAUER, 2006, p. 21).

E é utilizando o tropo da complexidade que o autor desconstrói a visão dicotômica da inclusão/exclusão digital, quando defende não haver um

constructo único de letramento dividindo as pessoas em dois campos cognitivos [letrados e não-letrados]. Ao contrário, há gradações e tipos de letramentos, com um conjunto de benefícios relacionado intimamente a funções específicas de práticas referentes ao letramento. Num sentido geral, não se pode dizer que o letramento causa desenvolvimento cognitivo ou social; pelo contrário, o letramento e o desenvolvimento social estão entrelaçados e são co-constituídos, como as tecnologias e a sociedade em geral (WARSCHAUER, 2006, p. 71, grifos nossos).

Há nessa visão, portanto, um abandono de modelos causais. Em suas palavras, “o desafio político global não é superar a exclusão digital, mas expandir o acesso e o uso da TIC para promover a inclusão social” (WARCHAUER, 2006, p. 282), ou seja, para o autor a abordagem do problema deve se desvencilhar dos limites impostos pela metáfora da inclusão/exclusão para algo mais próximo de 'TICs para a promoção da inclusão social'. Embora ainda se possa problematizar a noção de inclusão social – uma vez que esse termo também pressupõe que o indivíduo excluído não faz parte de nenhum outro arranjo social –, esse é um deslocamento terminológico que já configura um caminho necessário na discussão sobre as TICs na sociedade atual, qual seja, a afirmação da complexidade do mundo.

Ainda no campo da problematização, Gunkel (2003) afirma que o determinismo tecnológico é

(...) uma dificuldade potencial não somente porque o determinismo tecnológico, como uma teoria geral sobre a mudança social, permanece controverso, mas também porque há problemas específicos com a perspectiva do determinismo tecnológico quando a mesma é aplicada às tecnologias de computação (GUNKEL, 2003, p. 511)^{xxxiv}.

Para o autor, o determinismo tecnológico poderia ser refutado por duas outras teorias sociais, o 'determinismo sociocultural'⁴⁰ (*sociocultural determinism*) e *volunteerism*⁴¹. A primeira teoria apresenta “as tecnologias e as mídias como inteiramente subordinadas ao seu desenvolvimento e a seu uso em contextos

40 Gunkel (2003) reconhece que o determinismo sociocultural e o voluntarismo não são menos controversos do que o determinismo tecnológico. Sua intenção, ao citar as duas primeiras teorias, é mostrar que há críticas à primeira, que há diversas maneiras de se encarar o fenômeno da *digital divide* e que os pesquisadores devem atentar para os efeitos criados por cada uma delas. Para uma discussão sobre o determinismo, ver Latour (2000).

41 Como não foi possível encontrar uma tradução que se adequasse ao conceito, optamos por deixar o termo em sua forma original.

sociopolíticos, históricos e culturais específicos” (CHANDLER, 1996, apud GUNKEL, 2003, p. 512)^{xxxv}, enquanto a última “ênfata o controle individual sobre as ferramentas, cujo uso é percebido pelas pessoas como uma escolha” (CHANDLER, 1996, apud GUNKEL, 2003, p. 512)^{xxxvi}. Assim, estudos empíricos relativos ao termo *digital divide*, utilizando tais perspectivas teóricas, estariam lançando luzes sobre diversos fenômenos, como, por exemplo, a utilização das TICs para fins distintos dos projetados nas políticas de inclusão digital.

Essas perspectivas alternativas se aproximam do que Sassi (2005) chamou de 'abordagem da estrutura social' (*social structure approach*), vista “como parte da discussão mais geral acerca da interação entre tecnologia e sociedade, onde a ênfase é dada ora à primeira, ora à segunda (SASSI, 2005, p. 688)”^{xxxvii}. Nesta abordagem, à tecnologia é conferida uma capacidade inata, um potencial, cuja maturação será determinada pelo uso social que dela se faz. Segundo a autora,

o que acontece depende das maneiras através das quais a tecnologia é desenvolvida e implementada, do uso social que dela se faz e de seu grau de difusão através da sociedade. (...) Descobrir quem tem acesso à tecnologia é o primeiro passo para decidir se o seu potencial democrático está sendo realizado ou não (SASSI, 2005, p. 689, grifos nossos)^{xxxviii}.

Tal como no determinismo sociocultural e no *volunteerism*, esta abordagem evoca uma tecnologia apartada da sociedade e a ela submetida. Embora importante por colocar em xeque o determinismo tecnológico, tais abordagens pecam por negar um aspecto importante dos projetos tecnocientíficos, a saber, a construção mútua e a inseparabilidade entre tecnologia e sociedade. Em outras palavras, não é a tecnologia que define a sociedade, nem a sociedade que define a tecnologia, mas ambas que se definem mutuamente, ou como diria Latour (2000, p. 232), “nunca estamos diante da “ciência, tecnologia e sociedade”, mas sim de uma gama de associações mais fortes e mais fracas; portanto, entender o que são fatos e máquinas é o mesmo que entender quem são as pessoas”.

Para não ficar somente no campo retórico, recorro à leitura feita anteriormente acerca dos projetos de inclusão digital na Índia e no Canadá. A principal mensagem destacada pelos autores foi a da co-modificação dos projetos e das realidades em que eles interviam. A ideia de 'difusão' e de 'potencial democrático' das tecnologias dificulta

a apreensão da construção mútua e, como efeito ainda mais deletério, as mantém intactas, como se elas também não se modificassem em seu processo de instituição. Segundo Latour (2000, p. 224), os difusionistas, ou seja, os que defendem o modelo de difusão da tecnociência,

simplesmente acrescentam ao quadro grupos sociais passivos que, pela sua própria inércia, podem retardar o trajeto da ideia ou absorver o impacto da técnica. Em outras palavras, o modelo de difusão agora inventa uma sociedade para responsabilizá-la pela inconstância da difusão de ideias e de máquinas. Segundo esse modelo, a sociedade é simplesmente um meio de diferentes resistências percorrido por ideias e máquinas.

Fugiremos, portanto, da ideia de difusão e impacto tecnológicos, preferindo metáforas alternativas, capazes de explorar como um tecido inconsútil o que é “normalmente” dividido entre as categorias ciência, tecnologia e sociedade. Em outras palavras, exploraremos o fenômeno da inclusão digital enquanto uma construção sociotécnica.

2.5 DAS SOMBRAS PARA A LUZ: A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO EM FOCO

Chegamos longe em nossa jornada em busca dos rastros da inclusão digital. Tentamos acompanhar o nascimento do termo nas longínquas terras dos Estados Unidos da América, na forma '*digital divide*'. Nos deparamos com sua multiplicidade e com o trabalho feito por documentos oficiais norte-americanos para traduzi-lo como um fenômeno global, embora sua proposição estivesse intimamente ligada à resolução de problemas específicos daquele país. Vimos como, no Brasil, o problema foi traduzido como 'exclusão digital' e como, em ambos os casos, foi construído um novo termo – *digital inclusion*/inclusão digital – para designar os esforços de inclusão dos países e das pessoas na sociedade da informação. Vimos como tais esforços, pelo menos inicialmente, carregavam consigo um forte determinismo tecnológico, onde o acesso às TICs era traduzido como causa da superação de desigualdades sociais, e como a performance desses mesmos esforços, na prática, é capaz de colocar em xeque esse determinismo. Reconhecendo o poder das metáforas e alegorias para a conformação do

real, vimos os limites impostos por essas categorias e testemunhamos o levante de vozes a problematizá-las. Assim, foram postas na berlinda a suposta divisão e a dicotomia inclusão/exclusão, que não permitem vislumbrar as nuances de se estar incluído, bem como o determinismo tecnológico. Apenas uma entidade parece ter sido poupada: a tão falada 'sociedade da informação'. Mas até agora.

A categoria 'sociedade da informação' é colocada em cena, dentre outros, pelo sociólogo espanhol Manuel Castells, autor da obra monumental *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. No primeiro volume de sua obra⁴², Castells afirma que no final do século XX a humanidade teria testemunhado o início de uma revolução que estaria redefinindo toda os aspectos da vida e o próprio planeta. Para o autor, este intervalo seria caracterizado pela “transformação de nossa “cultura material” pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza[ria] em torno da tecnologia da informação” (CASTELLS, 1999, p. 67). Tal paradigma tecnológico seria caracterizado através de cinco aspectos:

a primeira característica do novo paradigma é que a informação é sua matéria-prima: *são tecnologias para agir sobre a informação*, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores. O segundo aspecto refere-se à *penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias*. Como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados (embora, com certeza, não determinados) pelo novo meio tecnológico. A terceira característica refere-se à *lógica de redes* em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação. (...) Em quarto lugar, referente ao sistema de redes, mas sendo um aspecto claramente distinto, o paradigma (...) é baseado na *flexibilidade*. (...) Tornou-se possível inverter as regras sem destruir a organização, porque a base material da organização pode ser reprogramada e reaparelhada. [...] [U]ma quinta característica dessa revolução tecnológica é a crescente *convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado*. [...] Assim, a microeletrônica, as telecomunicações, a optoeletrônica e os computadores são todos integrados nos sistemas de informação (CASTELLS, 1999, p. 108, itálicos do autor).

O autor afirma, ainda, que, do ponto de vista econômico, tal paradigma estaria servindo de suporte para uma reorganização do modo de produção capitalista, que,

42 A edição brasileira de *A era da informação: economia, sociedade e cultura* é constituída por três volumes. Para outros detalhes editoriais sobre esta obra, consultar <http://www.manuelcastells.info/en/obra_index.htm>.

sofrendo uma crise global a partir dos anos 1970 – evidenciado pela disparada dos preços do petróleo naquele época –, viu uma saída para evitar sua derrocada na mudança do modo de desenvolvimento, do industrial para o informacional. Assim, o “informacionalismo [o paradigma de tecnologia da informação] está ligado à expansão e ao rejuvenescimento do capitalismo, como o industrialismo estava ligado a sua constituição como modo de produção” (CASTELLS, 1999, p. 55). Desse processo, teria surgido, em escala global, o que o autor chama de 'sociedade informacional', conceito guarda-chuva semelhante à ideia de 'sociedade industrial',

[...] marcada por características fundamentais comuns em seus sistemas sociotécnicos (...), [m]as com duas importantes ressalvas: por um lado, as sociedades informacionais, como existem atualmente, são capitalistas; por outro, devemos acentuar a diversidade cultural e institucional das sociedades informacionais (CASTELLS, 1999, p. 56).

Assim, a aurora de uma sociedade da informação, ou sociedade informacional, estaria ligada às necessidades de reestruturação do modo de produção capitalista, caracterizada pelas seguintes reformas:

aprofundar a lógica capitalista de busca do lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, frequentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público (CASTELLS, 1999, p. 55, grifos nossos).

Como as justificativas em favor da formulação de iniciativas de inclusão digital estão, geralmente, ligadas a uma visão que enxerga como uma desvantagem (socioeconômica e cognitiva) a não inserção na sociedade da informação, alguns autores, mais inclinados ao socialismo, tendem a problematizar a inclusão digital traduzindo-a como um discurso mascarado, sob o qual residiria, na verdade, uma tentativa de apertar as malhas da rede capitalista sobre o mundo. Esta é uma posição semelhante, por exemplo, a de Santos (2006, p. 119), para quem,

uma sociedade “nova”, não mais capitalista (ou não mais “tão” capitalista), não pode resultar de um movimento tão restrito como este (da inclusão digital). [...] O que se pode esperar, no máximo, é um reforço do binômio cidadania-democracia, a ser proposto entre os

objetivos da inclusão.

Para o autor, o movimento de inclusão digital não poderia resultar em uma nova sociedade porque a sociedade da informação não passaria da mesma sociedade capitalista de outrora, diferente somente quanto a seu modo de desenvolvimento, o que revela uma posição semelhante a de Manuel Castells⁴³.

Concetta M. Stewart et al. (2006) identificam este traço que ata as proposições relativas à exclusão digital ao capitalismo informacional em artigo no qual propõem uma análise comparativa entre EUA e União Europeia (UE) através do estudo dos principais documentos publicados pelos dois países referentes ao tema *digital divide* na década de 90 e início dos anos 2000. Os autores aplicaram, através de um *software*, uma técnica de análise semântica chamada *network text analysis*, com o intuito de identificar os diferentes enquadramentos/significações que o tema *digital divide* recebe em cada documento. Os resultados demonstraram que desde os primeiros documentos os EUA procuram relacionar a *digital divide* a uma preocupação de incluir as pessoas nas redes virtuais do comércio global desregulado, enquanto, no início, a UE relacionava o termo a uma inclusão em redes de serviços governamentais e de participação política. Ainda, a análise demonstrou que com o tempo a UE parece estar convergindo para a visão primordial americana, o que eles identificam como “um possível indicativo do domínio gradual que os enquadramentos neoliberais estão adquirindo em todo o mundo” (STEWART et al., 2006, p. 746)^{xxxix}.

A posição de Santos (2006), embora problematize as implicações de se fazer parte da sociedade da informação, perde de vista a complexidade, como já destacado anteriormente, das relações que envolvem ciência, tecnologia e sociedade. Em dado momento, por exemplo, ele destaca a impossibilidade de se construir uma inclusão digital por ele chamada de “universal e autonomista-cidadã”, algo que não passaria, segundo ele, de “uma utopia (na acepção negativa) acalentada pelos otimistas tecnológicos; ou, de um engodo encenado pelos exploradores das fragilidades do imaginário social e por aqueles que se nutrem das tragédias dos pobres” (SANTOS, 2006, p. 201). Se a possibilidade de uma inclusão digital encontrava-se amparada em um forte determinismo tecnológico, a impossibilidade da 'inclusão plena', nesse visão,

⁴³ Para Castells (1999), entretanto, houve sim uma revolução no modo de ser das sociedades, ainda que elas continuassem sendo capitalistas. Santos (2006), por outro lado, não reconhece esse caráter revolucionário nas mudanças rumo às sociedades informacionais.

encontra-se amparada em um também forte determinismo social.

Felizmente, a problematização da sociedade da informação é realizada por outros autores através de olhares mais atentos às relações de poder determinadas pela interação entre tecnologia e sociedade. Este tipo de olhar destitui a sociedade da informação de qualquer caráter inato e coloca suas características no reino das possibilidades e, portanto, no reino da política.

Richard Stallman (2010, p. 112), por exemplo, afirma que

se julgarmos [as iniciativas de inclusão digital para além das questões práticas,] também em termos de direitos humanos, o questionamento quanto ao caráter bom ou mal da inclusão digital depende do tipo de mundo digital em que estivermos entrando. Se desejamos trabalhar para a inclusão digital como um objetivo, cabe a nós a certificação de que se trata do tipo bom (grifos nossos)^{xl}.

A questão chave no argumento do autor é de que o mundo digital, tal como se apresenta atualmente, representa uma série de ameaças à liberdade dos usuários: “vigilância, censura, software proprietário, formatos [de arquivo] restritos, software como serviço e a execução da lei de direitos autorais” (STALLMAN, 2010, p. 112)^{xli} e de que “um programa de promoção da “inclusão digital” deve levar em conta essas ameaças, para evitar expor seus pretensos beneficiários a elas” (STALLMAN, 2010, p. 112)^{xlii}. Fazer uma inclusão digital boa, para ele, depende de uma mudança em dois tipos de leis: as construídas nas casas legislativas e as inscritas nos códigos que governam o comportamento das tecnologias digitais. As primeiras devem dar garantias a seus cidadãos de que empresas e governos não exerçam vigilância ou censura no ciberespaço; as últimas, devem ser modificadas para o paradigma do software livre⁴⁴. Além disso, ele sugere que haja também uma mudança no comportamento dos usuários, de modo que esses evitem deixar rastros de sua passagem e, por último, ele defende que as pessoas se acostumem a licenciar seus trabalhos segundo licenças do tipo *Creative Commons*⁴⁵.

44 Software livre é software construído e licenciado de uma maneira tal que o usuário tem a liberdade de "executar, copiar, distribuir, estudar, mudar e melhorar o software". Para maiores informações, consultar a página da *Free Software Foundation*, disponível em <<http://www.fsf.org/>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

45 As licenças *Creative Commons* permitem que trabalhos criativos sejam distribuídos e compartilhados de maneira mais flexível do que as licenças do tipo *Copyright*. Para maiores detalhes, consultar a página da *Creative Commons Corporation*, disponível em <<http://creativecommons.org/>>. Acesso em:

Esta proposição encontra grandes ressonâncias no brilhante livro de Lawrence Lessig (1999), *Code and other laws of cyberspace*. Advogado norte-americano, Lessig inicia seu livro apresentando algumas questões básicas:

Como podemos proteger a liberdade quando as arquiteturas de controle são geridas tanto pelo governo como pelo setor privado? Como podemos garantir a privacidade quando o éter perpetuamente nos espia? Como podemos garantir o livre pensamento quando a tendência é pela privatização do toda ideia? Como é garantida a autodeterminação quando as arquiteturas de controle são perpetuamente determinadas em outros lugares? Como, em outras palavras, vamos construir um mundo de liberdade (...) (LESSIG, 1999, p. X, grifos nossos)?^{xliiii}

Lessig faz essas perguntas atado a valores caros ao pensamento liberal (liberdade de pensamento, privacidade, autodeterminação, etc.). Ter este aspecto em conta é importantíssimo para se entender a posição do autor. Sendo um constitucionalista, ele se pergunta como defender, no contexto norte-americano, esses princípios. Tal como Stallman, Lessig também identifica mecanismos/arquiteturas através dos quais os princípios liberais estariam sendo ameaçados no ciberespaço.

O argumento principal do autor reside no mote “*code is law*”, 'código é lei'. Tal mote faz uso do significado duplo da palavra *code* – também presente no português –, que pode indicar tanto um conjunto de leis quanto o código que define o comportamento de um programa de computador.

Como bom advogado, Lessig tece uma série de considerações acerca do que seria uma constituição. Para ele, a palavra constituição define tanto um texto com aspectos legais quanto uma maneira de se viver. Assim, constituição é melhor entendida quando tomada como sinônimo de 'arquitetura'; algo que estrutura e limita o poder legal e social, com o objetivo de defender valores fundamentais. O alerta é de que as redes que formam o ciberespaço funcionam de forma semelhante, e que é preciso conhecer o código que estrutura tais redes, com o objetivo de defender os valores constitucionais (liberais, para Lessig). Tais considerações levam a uma importante constatação: a de que a regulabilidade das redes depende de sua arquitetura e que a construção dessa depende, portanto, de escolhas. Daí, decorre que o

[c]iberespaço não é um lugar, mas muitos. Seus lugares não possuem a mesma natureza; os lugares do ciberespaço têm muitas diferentes

“naturezas”. Essas naturezas não são dadas, elas são feitas. Elas são definidas (pelo menos em parte) pelas arquiteturas que constituem esses diferentes espaços. Essas arquiteturas são elas próprias não dadas; essas arquiteturas de código são definidas pelos arquitetos do ciberespaço – os programadores (LESSIG, 1999, p. 82).^{xliv}

Advogando a favor da transparência, Lessig identifica no código aberto um aliado importante na construção de um ciberespaço mais livre. Ele mostra como o código livre pode liberar a arquitetura de limites impostos por leis, uma vez que, em teoria, o código livre permite que o usuário modifique o código que a constitui. O objetivo, segundo o autor, não é acabar com as regulações estatal e comercial, mas mantê-las sob controle, limitá-las.

A visão de Lessig acerca do caráter múltiplo do ciberespaço contribui, como percebido por Stallman, para um olhar não muito comum sobre a questão da inclusão digital. A sociedade da informação, portanto, não tem um caráter libertário por essência. Neste sentido, a pergunta a ser feita deve ter um teor mais próximo de “incluir o quê/quem no quê? Por quais meios? Se já virou lugar comum que caminhamos para a chamada sociedade da informação, caracterizada especialmente pela alta intermediação das TIC's, é preciso todavia perguntar qual a sociedade da informação que se deseja” (CUKIERMAN, 2006, p. 8).

Este é um caminho semelhante ao tomado por Ferreira e Rocha (2011), que criticam nas iniciativas de inclusão digital, além da lógica informacional (vide Seção 2.4.2), o paradigma da justiça distributiva, que, à despeito de indicar a necessidade de se garantir “a distribuição moralmente correta de bens e encargos entre os membros da sociedade”, não problematiza os mecanismos responsáveis por gerar esses mesmos bens e encargos. Em suas palavras, “[a]o supor estático esse 'estoque' de bens, assume-se de modo implícito o próprio modelo de produção, ainda que se conteste a lógica mediante a qual os bens são distribuídos” (FERREIRA; ROCHA, 2011, p. 320). Em outras palavras, defende-se o acesso universal às TICs e a inserção na sociedade da informação, mas não são discutidos os valores que permeiam esta sociedade, e, menos ainda, o interesse do outro em fazer parte dessa mesma sociedade.

Trata-se sempre de incluir um outro num jogo cujas regras básicas ele não comanda, em que ele(a) é sempre percebido(a) como faltante e de pensar informação como estoque. Também aqui pouco se fala da necessidade de que esse outro participe no processo de definição do que deve ser a sociedade de informação, ou, mais especificamente, o

que deve ser a sociedade brasileira. Em vez disso, pacotes de esclarecimento são oferecidos (FERREIRA; ROCHA, 2011, p. 321).

De maneira semelhante, Silveira (2008, p. 63) também alerta para os

programas de inclusão digital que privilegiam apenas o acesso ou a profissionalização (dimensão de mercado) dos seus usuários [e] deixam de lado a dimensão da cidadania (direito humano universal à comunicação) e da capacidade de apropriação e uso autônomo das tecnologias.

O autor cria uma nova dicotomia que cria uma tensão entre dois tipos de inclusão digital, a “subordinada” e a “autônoma”, cada uma responsável por reforçar, segundo ele, uma forma específica de sociedade da informação. A primeira, implicaria em uma sociedade subordinada “ao mercado, aos oligopólios, aos vendedores de produtos e licenças de *copyright*, ao consumo exógeno [e] ao imaginário de submissão aos colonizadores digitais” (Silveira, 2008, p. 64), enquanto a segunda levaria a uma sociedade formada por sujeitos ativos na dinâmica da comunicação em rede, autônomos em seu uso, produtores por excelência. O caminho para a autonomia digital estaria no uso do software livre nas políticas públicas pertinentes ao tema.

As visões de Lessig, Stallman e Silveira acerca da sociedade da informação são importantes por despi-la de uma natureza dada *a priori*. Entretanto, todos eles escolhem um caminho que naturaliza, por outro lado, os poderes do software livre (seja para a manutenção de valores liberais, seja para garantir a emancipação no uso das redes)⁴⁶.

Faço o alerta tendo em vista a apresentação dos caminhos que me conduziram até aqui, e para vislumbrar os caminhos que tomarei no futuro. Dessa forma, sendo fiel à metodologia escolhida para conduzir essa pesquisa, reforço a ideia de que a 'natureza-sociedade' é construída localmente, através da performance conjunta de uma heterogeneidade de elementos que inclui o 'texto-código' (sejam programas de computador, sejam leis), os produtos tecnológicos e as pessoas. O raciocínio vale tanto para a sociedade da informação quanto para o software livre.

É este tipo de abordagem que norteou o caminho percorrido nas incursões de campo desta jornada de pesquisa sobre a inclusão digital no Brasil, apresentada nos

46 Cabe ressaltar que não estou condenando este paradigma de software, uma vez que sou um entusiasta da causa e um usuário de longa data de sistemas construídos com tecnologias livres. De fato, essa pesquisa deve muito aos softwares livres, a começar pelo editor de texto (*LibreOffice Writer*) que me permite dar vida a essas palavras.

capítulos seguintes através da narrativa de diversas ações de inclusão digital na cidade do Rio de Janeiro. Como se verá, embora a retórica oficial tenha força e se faça presente nas ações, a heterogeneidade das redes que sustentam os projetos de inclusão digital no Brasil confere ao termo uma pluralidade de significações que configuram diferentes projetos de sociedades informacionais. Projetos em disputas e que urgem serem problematizados na proposição e na condução das políticas públicas relativas às TICs no Brasil.

3 INCLUSÕES DIGITAIS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

“A mentira não está no discurso, mas nas coisas”.

(Marco Polo, em trecho do livro *As Cidades Invisíveis*, de Italo Calvino, 1990)

Nos últimos 20 anos, sob a égide do discurso da inclusão digital, uma série de iniciativas foi colocada em prática no Brasil. Além das já citadas – CDI, Telecentros da prefeitura de SP, Sampa.org e EICs do Viva Rio –, as iniciativas se multiplicaram no número de formas e na escala, levadas à cabo, em parceria ou de forma exclusiva, por diversos atores, com destaque para ONGs, governos de diversos níveis e empresas.

Dada essa diversidade, mapear tais projetos não é tarefa simples – sem considerar que os critérios para os intitular como 'projetos de inclusão digital' são também diversos. Somente para se ter uma ideia, a revista ARede, importante ator no estabelecimento de um discurso da inclusão digital no país, em anuário referente ao ano de 2011, apresenta 17 projetos de âmbito federal, 22 de âmbito estadual e 22 ligados às capitais dos estados (DIAS, 2011). Em anuário referente ao ano de 2010, a mesma revista apresenta 57 projetos da sociedade civil, sendo 30 conduzidos pelo terceiro setor (ONGs) e 27 pelo setor privado (DIAS, 2011).

Diante da óbvia impossibilidade de acompanhar de perto todas essas iniciativas – e outras as quais certamente deixei de citar –, apresento, nas seções a seguir, uma breve descrição dos caminhos que percorri em minhas incursões ao campo, na busca por conhecer as realidades dos projetos de inclusão digital no Rio de Janeiro.

Em primeiro lugar, apresento o caso do Casa Brasil, um programa de inclusão digital do governo federal lançado em 2005. Para tanto, realizei visitas de campo em três de suas unidades, duas geridas por ONGs e uma gerida pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, procurando mapear suas trajetórias e descrever as atividades realizadas em cada uma delas. Em segundo lugar, apresento o caso do portal ONID (Observatório Nacional da Inclusão Digital), mantido pelo governo federal, e a controvérsia relativa ao lugar das lanhouses no portal e em outras iniciativas públicas de inclusão digital.

3.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL: O CASO DO PROGRAMA CASA BRASIL

Cena 4

A kombi segue seu curso pelas ruas da Zona Norte carioca. Comigo, seguem mais duas pessoas, além do motorista, no transporte alternativo que talvez já tenha se tornado o principal meio de locomoção nos bairros ditos suburbanos. Saio de Bonsucesso, em direção à Vigário Geral. No caminho, casas de um único andar; no máximo dois, simples, com muros baixos (embora seja possível perceber alguns altos e com grades) e quintais – geralmente sem jardim –, morros com muitas casas, favelas aqui e acolá, comércio intenso, muitas pessoas nas ruas, muita riqueza de cores e de gente. Embora nunca tenha estado em Vigário Geral, me sinto em casa. A sensação é reforçada pela presença quase constante da linha férrea, que parte da Central do Brasil em direção à Saracuruna. Trata-se de trecho da antiga Estrada de Ferro Leopoldina Railway. Peço ao motorista para descer na Praça Dois. Depois de 40 min chego a uma praça rodeada principalmente por lojas comerciais (mercados, casas de material de construção, cabeleireiros, bancos etc.). Olho em volta. Ao lado de um mercado, vislumbro um portão com uma faixa que me prende a atenção: "Casa Brasil". Me aproximo. Vejo um corredor a céu aberto e uma escada que leva a um sobrado. Bato palmas; ninguém responde. Depois de muito insistir, percebo que o portão está aberto e subo as escadas.

Previsto para ser implantado em áreas de “notória pobreza”, o Programa Casa Brasil teve seu primeiro e único edital de convocação publicado em junho de 2005⁴⁷. O edital abria chamada para o financiamento de propostas de projetos que tivessem como “finalidade promover o desenvolvimento e [a] universalização das tecnologias da informática e comunicação e a consequente inclusão social e a inclusão digital, por meio de atividade de extensão inovadora, disseminação e transferência de tecnologia” (CNPq,

47 Edital CNPq nº 041/2005, publicado no Diário Oficial da União (DOU), nº 117, 21 de junho de 2005. Seção 3, p. 5.

2005). Para atingir seus objetivos, o edital previa recursos para a criação de um espaço chamado *Casa Brasil*, “um espaço comunitário, gratuito e de acesso irrestrito, que [teria] como finalidade funcionar como um centro de aperfeiçoamento tecnológico, divulgação científica, ciência, cultura e lazer” (CNPq, 2005). Este espaço, ainda segundo o edital, deveria ser estruturado por módulos, compreendendo: um telecentro, uma biblioteca popular, um auditório, um estúdio multimídia, um laboratório de informática, montagem e manutenção e/ou um laboratório de ciências ou oficina de ciências e uma oficina de rádio.

Com sua proposta de criação de um espaço de cidadania centrado em torno em torno de uma certa cultura digital comunitária, o Casa Brasil encontra muitas semelhanças com outras iniciativas que veem/viram nos computadores um instrumento de liberdade, como, por exemplo, aquelas conduzidas pelos chamados “*hackers guerrilheiros*”, nos Estados Unidos das décadas de 1960 e 1970 (ROSZAK, 1988). O computador digital, analisado por Paul Edwards (1995) como um suporte para a criação do mundo fechado e centralizado da Guerra Fria, dominado pelo chamado complexo militar-industrial norte-americano – e como metáfora deste próprio mundo –, ganha nos anos da contracultura norte-americana, segundo Roszak, o status de “instrumento da política democrática”, um meio de permitir a “milhões de pessoas acesso a bancos de dados de todo o mundo, os quais – assim se encaminhava a argumentação – eram a condição essencial para uma cidadania autoconfiante” (ROSZAK, 1988, p. 225). De fato, o raciocínio destacado por Roszak (o acesso à informação por meio do computador como condição para a construção de uma cidadania autoconfiante) encontra muitas ressonâncias com as defesas inscritas no edital do Casa Brasil. São exemplos claros dessas ressonâncias as diretrizes colocadas no edital que previam (a) que a gestão da Casa Brasil deveria ser assumida pela comunidade, de forma colaborativa, a partir da instituição de um Conselho Gestor e (b) que a Casa Brasil servisse de espaço para o fomento de atividades econômicas ligadas à Economia Solidária, ou seja, pautadas pela autogestão cooperativa dos empreendimentos. Esses princípios norteadores para a organização político-econômica das unidades do Casa Brasil são desconstruidores do mundo centralizado e hierarquizado que os computadores ajudaram a manter até a década de 70 – e que, de certa forma, ainda mantém – e representam lutas históricas em defesa de uma maior participação dos indivíduos e movimentos sociais nos destinos das

organizações e (por que não dizê-lo) da própria humanidade⁴⁸.

Na busca por um projeto de inclusão digital para dar vida a esta dissertação, optei pelo Casa Brasil, em primeiro lugar, por reconhecer nele uma possibilidade ímpar para colocar em prática uma discussão que colocasse as tecnologias como protagonistas nas iniciativas de construção de uma sociedade menos desigual e mais plural. Em segundo lugar, o Casa Brasil era apresentado como um 'laboratório' para o que poderia tornar-se uma política pública de inclusão digital de amplitude nacional, o que fazia dele um caso ímpar para discutir, ainda que parcialmente, os limites e possibilidades das ações do poder público em iniciativas do gênero. Em terceiro e último lugar, o Rio de Janeiro contava, na época em que comecei a pesquisa, com três unidades do programa, o que aumentava consideravelmente minhas possibilidades de incursões ao campo.

A descrição de uma caminhada, de uma trilha repleta de sons, imagens, cores e gente, inserida logo no início deste capítulo, não é uma mera coincidência. Também não é coincidência o início da descrição do Programa Casa Brasil através de seu edital de convocação de propostas. Minha intenção é destacar, assim, duas estratégias muito comuns – certamente, não as únicas possíveis –, para se narrar a história de um projeto: a primeira procura colocar em cena a performance do projeto na prática, no complexo e muitas vezes difuso mundo de coisas e gente; a segunda, procura privilegiar as intenções originais colocadas em cena por aqueles que conceberam o projeto.

A estratégia que pretendo usar neste trabalho procura estabelecer uma ponte entre essas duas estratégias narrativas anteriormente destacadas. Da mesma forma que defendo ser essencial conhecer as intenções inscritas nos projetos que colocam em prática as políticas públicas, defendo que o mundo não é tão simples como em geral é apresentado. Sempre há disputas na definição dessas políticas, assim como em sua execução. Nada do que foi previamente definido está livre de desviar-se ou de ser desviado. Os interesses são elásticos e múltiplos. Além disso, há sempre a presença daquilo que poderíamos chamar de acaso. Daí, a importância de se acompanhar o movimento dos atores em ação, não só através daquilo que eles dizem fazer, mas na observação daquilo que eles efetivamente fazem. Uma estratégia semelhante à adotada por Latour (2000), para quem estudar a tecnociência implica seguir, como uma sombra, cientistas e engenheiros em ação – neste caso, de uma maneira mais geral, as pessoas

48 Para uma introdução à Economia Solidária, ver Singer (2002). Para uma apreciação etnográfica do movimento social da economia solidária no Brasil, ver Motta (2004).

em ação.

Por onde caminham? Com quem e com o quê os atores se alinham? São algumas das perguntas possíveis. As respostas, por sua vez, podem servir de guias para políticas públicas renovadas, embora sempre parciais em seu desejo de conformar a realidade, no sentido de que não é possível ter um controle total sobre seu desempenho. Assim, mesmo conceitos geralmente tidos como 'naturais', inquestionáveis ou dados – como, por exemplo, a 'inclusão digital' – devem ser problematizados. Fazê-lo não implica em desqualificar o trabalho daqueles que tem fé nesses conceitos e que os utilizam para a construção de suas versões de realidade. Não se trata, todavia, de aceitá-los em sua pretensa 'naturalidade'; nem, tampouco, de desconsiderar os efeitos desses conceitos quando servem de inspiração a políticas públicas.

Assim, nesta **Seção 3.1**, procuro exercitar uma estratégia híbrida para se tecer a narrativa de um projeto de inclusão digital e social. Híbrida no sentido de colocar em cena as articulações existentes entre os objetivos de uma política pública e sua consecução no complexo mundo de sons, cores, gente, suor e máquinas.

3.1.1 A Casa Brasil de Vigário Geral⁴⁹

Cena 5

Subo as escadas. À minha frente, em um espaço delimitado por divisórias plásticas, vislumbro através de um vidro três mulheres conversando. Me apresento. Uma das mulheres toma a palavra e diz que pode conversar comigo. Trata-se de Vilma, coordenadora-geral e fundadora da ONG. A sala, que serve de secretaria, embora não muito grande, é aconchegante. Dividimos o espaço com mais duas escrivaninhas, com seus respectivos computadores. Sentada em uma delas, Vilma me convida para sentar também.

⁴⁹ Uma versão preliminar do texto desta seção foi apresentada no IV Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade, em novembro de 2011. Para maiores detalhes, ver LIMA e CUKIERMAN (2011).

Quando pedi à Vilma⁵⁰ para relatar o processo de fundação de sua ONG, ela me pediu permissão para falar um pouco de sua história de vida. O pedido era um prato cheio para uma pesquisa que, como esta, propõe estudar projetos 'tecnológicos' segundo um olhar sociotécnico. Neste sentido, embora meu interesse inicial fosse o telecentro da ONG, seu relato conduziu esta pesquisa por veredas muito mais ricas e surpreendentes do que inicialmente imaginara. Seu relato começou em sua infância, em Vigário Geral.

Eu nasci aqui em Vigário Geral. [...] Eu fui muito pobre, muito pobre, sem ter condição nenhuma de estudar. Era uma dificuldade muito grande, porque meu pai era feirante [...] a gente queria estudar e não podia [...] Eu tinha um sonho, que seria fazer faculdade, de poder me formar e ter uma vida melhor (VILMA, 2010).

As dificuldades da infância, somadas a uma melhoria nas condições de vida –, proporcionada pelo acesso ao ensino superior –, fizeram germinar em Vilma a ideia de criar uma ONG. Em suas palavras,

[...] queria muito que em Vigário Geral as pessoas tivessem uma outra oportunidade, que eu não tive, por ser tão pobre. [...] Tive uma condição melhor depois que fiz minha faculdade, me casei, fui morar em outro lugar. [...] Foi quando eu pensei em criar uma ONG com a intenção de trazer pra cá uma estrutura, de botar aqui cursos... [...]. Então eu comecei a dar apoio pedagógico para aquelas crianças que não tinham condições de fazer um curso pré-vestibular, eu comecei um reforço escolar, montei uma biblioteca com livros, comecei a chamar as crianças pra lerem, pra fazer uma roda de leitura (VILMA, 2010).

A ONG fundada por Vilma, o Instituto de Desenvolvimento e Inclusão Social (IDIS), vivenciou um salto estrutural quando teve aceita sua proposta de implantação de uma Casa Brasil em Vigário Geral:

[...] A gente ganhou o edital e ele dava condições da gente ter computadores, de montar um laboratório de informática, de multimídia, um auditório, um laboratório de montagem e manutenção [de microcomputadores], uma biblioteca. [...] A gente ganhou este recurso, que dava mais pra gente a parte de equipamentos (VILMA, 2010).

50 O nome foi alterado para preservar a identidade da entrevistada, tal como previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cujo modelo encontra-se anexo ao fim desta dissertação.



Figura 3: Entrada principal da Casa Brasil de Vigário Geral.

Fonte: Foto do autor.

Através do relato de Vilma, percebemos claramente sua preocupação, dentre outras, com a infraestrutura. Neste sentido, era crucial a questão do aporte de recursos oferecido pelo edital do Programa Casa Brasil, que tinha previsão para durar somente um ano. Terminada essa fase, a ONG deveria manter a Casa Brasil por pelo menos mais dois anos. Em outras palavras, durante o primeiro ano do projeto, o governo federal, além da construção dos laboratórios/módulos, pagaria bolsas, através do CNPq. Em contrapartida, a instituição mantenedora – neste caso, a ONG –, arcaria com os custos de manutenção do espaço e com a administração da casa. Nos dois anos seguintes, o governo sairia de cena, mas a ONG deveria garantir a manutenção das atividades segundo o estabelecido no edital (CNPq, 1995).

Como, segundo Vilma, a ONG jamais teve alguma pretensão de lucro, a manutenção das atividades sempre fora garantida através de parcerias com órgãos governamentais e empresários. Em suas palavras: “Já tivemos parcerias com o

Ministério do Trabalho, com a prefeitura. E hoje tá um pouco parado, a gente tá com eleição⁵¹ aí... então, depois da eleição a gente tá fechando novas parcerias”.

Vilma revelou, emocionada, que a ONG estava passando por dificuldades financeiras e que já pensara em encerrar as atividades. Entretanto, como em época de eleição os governantes tendiam a mudar o foco para suas respectivas campanhas, ela tinha fé que, passado o período eleitoral, novas parcerias poderiam surgir.

A importância do poder público para a manutenção da Casa Brasil foi revelando-se aos poucos. No topo das escadas que conduziam ao espaço da ONG, por exemplo, destacavam-se as fotografias oficiais de Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente da república, e de Carlos Lupi, seu ministro do trabalho. Muitos cursos oferecidos pela ONG também estavam ligados a projetos governamentais, tais como o ProJovem⁵² e o PlanSeQ⁵³.

Perguntei à Vilma sobre a possibilidade de entrevistar pessoas que tivessem feito cursos oferecidos pela ONG, principalmente o de informática. Vilma confessou que não havia uma turma de informática ativa e que boa parte dos ex-alunos trabalhava durante o dia, o que dificultava o agendamento de uma entrevista. Entretanto, havia outros tipos de curso sendo oferecidos na época. Portanto, retornei à ONG em outro dia para realizar as entrevistas com os alunos.

51 A entrevista foi realizada na véspera das eleições de 2010 para cargos estaduais e federais.

52 O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) “destina-se a promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania”. As ações procuram articular “o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária, visando à formação integral do jovem, considerado como protagonista de sua formação” (SNJ, 2007).

53 O Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQ) é uma ação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), integrada ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ), cuja finalidade é atender à demandas emergenciais de qualificação profissional, junto a sindicatos, empresas, movimentos sociais, governos municipais e estaduais (MTE, 2008).

Cena 6

Maria: *Eu vim na inauguração [da Casa Brasil] [...]. Inscrevi meu filho para o curso de informática [...]. Depois uma outra pessoa falou pra mim que [também] tinha corte e costura aqui. [...] aí foi quando eu vim, porque na época eu só sabia que tinha [curso] de informática e eu acho que isso é muito complicado.*

Alberto: *Você tem computador em casa?*

Maria: *Meu filho tem, mas não sei nem ligar. [...] Ele não me ensina e acho que é uma coisa que eu também tenho medo. [...] Mas já tô pensando em ir lá ligar pra ter uma noção. [...] Vim fazer meu curso, porque eu preciso. [...] Qual meu sonho: tinha vontade de um dia assinar minha carteira. Com 48 anos, não assinei. Talvez pra uma pessoa de cima isso não signifique nada, mas pra mim isso é muito importante [...] ou então ter tipo uma microempresa pra mim; era meu sonho.*

Alberto: *A senhora pretende fazer eventualmente outros cursos daqui? Ou de repente este de informática?*

Maria: *Eu queria fazer talvez o de informática. Porque onde eu vou hoje, precisa. E se eu não souber, fico pra trás. Tipo uma cega, né? Porque quem não sabe é cega hoje [...]. Tudo que eu quero, tenho que pedir [...] Fico pedindo às minhas filhas, mas elas trabalham [...] Mesmo que lá em casa não tenha, tem a lan house. Mas eu não sei. Vou na lan house pra quê? Pra ficar pedindo aos outros?*

O diálogo da Cena 6, transcrito em Maria (2010), ocorreu durante uma oficina de costura, vinculada ao projeto PlanSeq. Ao todo, foram entrevistadas seis mulheres participantes do curso, todas moradoras de Vigário Geral. A maior parte delas estava ali para conseguir uma fonte de renda extra; várias eram donas de casa e procuravam uma qualificação que lhes permitisse conseguir um emprego. Ficaram sabendo sobre os cursos da Casa Brasil através da rede de amigos e de anúncios. O diálogo transcrito na Cena 6, em particular, mostra a complexidade das relações engendradas com o projeto Casa Brasil, visto que aquelas mulheres não estavam realizando um curso ligado às

TICs. Fica claro, por exemplo, que a porta de entrada de Maria na ONG foi o curso de informática. Assim como ela, outra entrevistada ressaltou o desejo de fazer o curso de informática, embora sem ter certeza de que viesse a conseguir uma vaga, em virtude da intensa procura pelo curso. Além disso, quase todas elas afirmaram ter computador em casa, com conexão à Internet.

Apesar de toda a minha insistência ao longo das entrevistas em tentar relacionar a inclusão digital às atividades e anseios daquelas senhoras, ficou claro que seu objetivo maior era a qualificação profissional em corte e costura, para, assim, poder realizar o sonho da carteira assinada ou do negócio próprio. Para elas, diferentemente do que defendia o edital do Casa Brasil, a relação entre inclusão digital e desenvolvimento social não era consequente ou causal. Para elas, não eram os *bits e bytes*, mas sim o 'agulhar' das máquinas de costura o principal meio de se alcançar o desenvolvimento socioeconômico. Informática, para elas, estava, em geral, associada a seus filhos.

Desta forma, a realidade encontrada na Casa Brasil de Vigário Geral coloca em cena relações não previstas no edital do programa, fortemente centrado no fomento à uma cultura digital universal⁵⁴. Este 'desvio' parece estar associado à precariedade do apoio financeiro da ONG, assim como também às demandas locais da comunidade, ou de certos grupos dela. Vilma destacou, por exemplo, que muitas vezes os empresários da região entram como parceiros em cursos para a formação de mão de obra:

Hoje a gente tá dando uma aula aqui que alguns empresários pagam; a gente qualifica os profissionais aqui da área. A gente monta a turma e dá curso de telemarketing, a gente dá curso de técnicas de venda, qualidade no atendimento ao cliente. Essa época agora [final de ano] eles [os empresários/comerciantes de Vigário Geral] vendem pra caramba (VILMA, 2010).

A inexistência, ainda que temporária, de cursos de informática no telecentro da

54 Não quero dizer que o projeto Casa Brasil tinha um caráter necessariamente universalizante, uma vez que uma das atribuições do proponente de uma unidade do projeto consistia, segundo o edital, em organizar um Conselho Gestor para a administração do espaço. Assim, “a comunidade toma conta da infra-estrutura pública e estabelece a construção coletiva e democrática das ações, tendo como base seus objetivos e princípios. [...] Será nas reuniões públicas do Conselho Gestor que o projeto será aprimorado com base nas opiniões, necessidades e expressões específicas de cada comunidade que participa das atividades da unidade” (PROJETO CASA BRASIL, 2008, p. 19). Vale ressaltar que em nenhum momento Vilma fez menção à instituição de um conselho gestor na unidade de Vigário Geral.

ONG, o auditório transformado em espaço para a realização de cursos de produção de adereços e o estúdio multimídia literalmente fechado materializam a precariedade da unidade⁵⁵. Diante dessa cena, todo o discurso em torno da inclusão social a partir da inclusão digital se desfaz no ar, como poeira. O que no edital era visto como consequência do projeto (acesso às TICs, gestão colaborativa e fomento ao cooperativismo levando à inclusão social) revela-se, na prática, como uma tarefa mais complexa.

Entretanto, onde observa-se precariedade pode-se vislumbrar também um conjunto de possibilidades, como as colocadas em cena pela articulação das ações da Casa Brasil de Vigário Geral com a realidade local, materializada nos cursos de corte e costura para mulheres em busca de uma qualificação profissional e da saída do lar, nos cursos de adereços – em uma cidade onde o carnaval é uma das maiores festas populares – e nos cursos ligados à demanda de empresários locais por profissionais com qualificação específica.

Essas articulações encontradas no sobrado da Praça Dois de Vigário Geral mostram bem que as relações entre políticas públicas de inclusão digital e desenvolvimento social não são consequentes ou causais. Entre os dois há vários caminhos possíveis e inesperados. Para se ter uma ideia de como vislumbrá-los, basta, por exemplo, ir a Vigário Geral, importante centro comercial e industrial da cidade do Rio de Janeiro – ao contrário do que faz supor um certo imaginário no qual o bairro aparece somente como um território deflagrado. De fato, um olhar mais atento pode vislumbrar que há uma pulsante divisão territorial no bairro, marcada pela linha férrea. Um olhar ao outro lado do muro cinzento que protege a linha férrea logo percebe as casas que lhe são praticamente 'coladas', com suas paredes de tijolos expostos, característica das favelas cariocas. De um lado, a parte 'urbanizada' do bairro, onde fica a Casa Brasil, e, do outro, a favela. Ambas ligadas por uma passarela, que se lança, soberana, sobre os trilhos. Este "outro lado" – também referenciado como "lá dentro de Vigário Geral" ou "comunidade" –, apareceu inúmeras vezes nos relatos das pessoas

55 Na época em que a pesquisa de campo para este trabalho foi realizada, a ONG estava oferecendo apenas dois cursos: um de adereços e outro de corte e costura, ambos ligados a projetos do Ministério do Trabalho e Emprego. Nenhum deles estava ligado à concepção inicial do Programa Casa Brasil, ou seja, de um centro voltado à inclusão social via inclusão digital. O curso de informática, em particular, estava parado por falta de verbas para manter um monitor/instrutor.

entrevistadas. Uma outra narrativa, mais enraizada nas entranhas daquela comunidade, certamente teria que tentar transpor esta divisão e trilhar o caminho da passarela, ligar os dois lados.

3.1.2 A busca por outras unidades do Casa Brasil

Seria auspicioso, para a presente pesquisa, encontrar um espaço comunitariamente administrado e organizado em torno do exercício de uma cultura digital. Todavia, a experiência de estar em Vigário Geral causou um 'resfriamento' nesse ímpeto inicial. Pretendia minimamente encontrar alguma atividade regular relacionada às TICs, bem como uma discussão ampla, por parte dos gestores locais, dos limites e possibilidades dos projetos de inclusão digital para o alcance de seus objetivos. Embora a ONG utilizasse a marca Casa Brasil, mantendo inclusive a identidade visual do programa, percebi em minha visita, sem pretender subestimar o valor das atividades ali desenvolvidas, apenas vestígios do projeto original.

Segundo informações do Programa Casa Brasil, a cidade do Rio de Janeiro era sede de outras unidades do projeto. Com o objetivo de construir uma narrativa mais rica, procurei me aproximar dessas unidades, onde poderia encontrar a política pública de inclusão digital conduzida de forma mais efetiva. A primeira dessas unidades seria mantida pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e funcionaria no Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência (CIAD) Mestre Candeia.

Cena 7

O CIAD Mestre Candeia está localizado próximo à Central do Brasil, na Avenida Presidente Vargas. O telecentro fica no andar térreo. Identifiquei-me na recepção do prédio e fui autorizado a entrar. A porta do telecentro estava aberta. Cerca de 10 homens, a maior parte na altura dos 20 anos, usavam os computadores. À porta, perguntei quem seria o responsável pelo telecentro. Um deles olhou para mim, retirando do ouvido o fone que usava. Disse que o responsável havia saído para o almoço, mas que eu podia entrar e esperá-lo sentado. Segui o conselho e aproveitei os cerca de 5 min de espera para observar o local. Havia cerca de 20 máquinas organizadas em fileiras. Os que tinham os monitores voltados para mim estavam em 'redes sociais' (orkut e facebook). Não consegui reconhecer o sistema operacional. Minha espera terminou quando um adolescente entrou na sala. Apresentei-me e ouvi dele que ajudava o monitor do telecentro nas tarefas. Logo depois, entrou um homem que apresentou-se como José, supervisor do projeto. Falei sobre minha pesquisa e meu interesse, destacando meu contato prévio com o projeto Casa Brasil através da unidade Vigário Geral. Ao ouvir sobre essa experiência, ele demonstrou surpresa, franzindo as sobrancelhas, pois tinha a informação de que o projeto de Vigário havia sido desativado. Retruquei que eles tinham problemas logísticos que levavam à intermitência das atividades. Segundo José, a Casa Brasil do CIAD passara às mãos do prefeitura, no âmbito do projeto Casa Rio Digital. Neste movimento de saída do Governo Federal, a unidade, que contava com outros aparatos como um centro de produção multimídia, por exemplo, passou a contar somente com o telecentro. Perguntei-lhe sobre sua disponibilidade para uma entrevista mais formal. Aceitou e marcamos a entrevista para a semana seguinte.

O CIAD Mestre Candeia é sede da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD), integrante da estrutura administrativa da Prefeitura do Rio de Janeiro. Nele, são desenvolvidas diversas ações em articulação com outras instâncias da administração pública, tais como as Secretarias Municipais de Saúde, Trabalho, e Educação e o Ministério da Previdência Social do Governo Federal (SMPD, 2013).

Tal como na experiência de campo de Vigário Geral, deparei-me com um

telecentro integrado a outro projeto, que dialogava, obviamente, com sua configuração anterior enquanto parte do Programa Casa Brasil, mas que apresentava diferenças marcantes quanto aos atores enredados, objetivos a alcançar e dinâmica das atividades. O trabalho que tive na entrevista, portanto, foi o de tentar acompanhar essas mudanças, de tentar ouvir os ecos do Casa Brasil e, ao mesmo tempo, colocar em cena as relações que sustentavam a(s) identidade(s) do projeto em sua nova configuração. Para tanto, comecei a entrevista pedindo a José que descrevesse a trilha que o havia levado até ali. Em suas palavras,

quando eu entrei na Casa Brasil, estava na faculdade. [...] estudava no ISERJ⁵⁶, [onde] fazia normal superior⁵⁷. Estava fazendo estágio na UERJ⁵⁸ e vi um aviso no quadro sobre o Casa Brasil CIAD Mestre Candeia, que estava procurando coordenadores para o laboratório de informática; me interessei e fui lá. Tinha uma seleção por entrevistas e quem entrevistava era um representante do governo federal, um representante da prefeitura da época e a coordenadora [da Casa Brasil]. Na seleção, acabei ficando com o laboratório de informática. Tive que ajudar a ministrar as aulas de montagem e manutenção; lá era o METAREC⁵⁹, que era a ideia de recuperar máquinas antigas [...]; reciclagem de computador. Depois, acabei ficando também dando curso no telecentro, de HTML e de arte digital, que é pra usar GIMP⁶⁰, porque lá tudo trabalhava em *software* livre (JOSÉ, 2012).

Os traços característicos de uma Casa Brasil são facilmente reconhecidos no relato de José. A gestão local – no caso, levada a cabo pela Prefeitura do Rio de Janeiro –, os cursos de montagem e manutenção de microcomputadores e o foco no *software* livre são exemplos claros. Como testemunha privilegiada daquele espaço e de suas

56 Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

57 Segundo o MEC, o Normal Superior é um “curso superior de graduação, na modalidade licenciatura. Tem por finalidade formar professores aptos a lecionar na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental”. Para detalhes, consultar <<http://sejaumprofessor.mec.gov.br/internas.php?area=como&id=formacao>>.

58 Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

59 METAREC é uma referência à metarreciclagem, que consiste em desconstruir o *hardware* de resíduos eletrônicos, cujas partes constituintes passam a servir de matéria-prima para a construção de outros artefatos, tendo como princípios a ação em rede e o uso de softwares livres e licenças abertas. Para maiores detalhes, consultar as páginas dos projetos METAREDE e METARECICLAGEM, disponíveis, respectivamente, em <<http://www.metarede.org>> e <<http://rede.metareciclagem.org/>>

60 Programa popular para a edição de imagens, licenciado segundo os princípios do *software* livre.

transformações, pedi a José para me descrever o perfil das pessoas que frequentavam a Casa Brasil. A resposta mostrou uma indissociabilidade entre a unidade e o espaço no qual funcionava.

Na Casa Brasil do CIAD Mestre Candeia o público é especial. Está em um prédio de inclusão de pessoas com deficiência. [...] [E]ram deficientes, tanto físicos, quanto mentais. Atendíamos muitos idosos também, que eram mães que levavam os filhos para tratamento no CIAD e acabavam fazendo nosso curso; adolescentes das escolas vizinhas... (JOSÉ, 2012).

O relato de José revela uma interessante diversidade no público atendido pela unidade, o que acabava, segundo ele mesmo, se refletindo em outros aspectos, como, por exemplo, na composição do Conselho Gestor.

O conselho gestor eram as mães dos atendidos pelo CIAD, da comunidade do entorno. Muitas eram idosas, tinham tempo livre [...]. Elas ajudaram a fazer um curso de cavaquinho no auditório, organizavam as formaturas e, na época, conseguiram organizar a feira solidária: a feira de artesanato que tinha no CIAD e trazia artesanato e alimentos naturais, sem agrotóxicos (JOSÉ, 2012).

As imagens evocadas pela entrevista são as de uma Casa Brasil efervescente, cuja administração parece ter sido de fato assumida pela comunidade, tal como previsto no edital do programa. Causou-me espanto, portanto, o relato de José sobre o destino da Casa Brasil uma vez terminado o apoio financeiro do Governo Federal:

Mais adiante, terminou o contrato com o Governo Federal e a Casa Brasil ficou sob [a responsabilidade única da] Prefeitura e aí o projeto ficou em 'banho maria' durante um ano, até dois mil e... a última turma da Casa Brasil se formou em 2009. Em 2010 ficou funcionando apenas o telecentro e não entrou nenhuma turma. No final de 2010, a Prefeitura começou a tirar o pessoal que estava lá e a colocar o projeto em outro patamar. Transformou a Casa Brasil em Casa Rio Digital (JOSÉ, 2012).

O que José chama de "outro patamar" pode ser identificado como uma mudança de concepção, sempre política, quanto ao que vem a ser inclusão digital. Se, na experiência de Vigário Geral, a precariedade do espaço estava relacionada ao término do aporte de recursos financeiros do Governo Federal, no caso do CIAD, o

término/transformação do projeto estava relacionado a uma defesa pela construção de uma inclusão digital distinta daquela pretendida pelos concebedores do Programa Casa Brasil. Isso fica claro em dois aspectos dessa mudança rumo a "outro patamar": a extinção do conselho gestor e a parceria com duas empresas privadas: a Intel e a Cisco⁶¹. Nas palavras de José,

com a mudança para o Governo Municipal, eles descartaram o conselho gestor. [...] A prefeitura começou em 2010 a criar vários telecentros, em parceria com a Intel e a Cisco. A Casa Brasil [do CIAD] serviu de modelo para a Casa Rio Digital e, a partir de 2011, começou a ter cursos lá na Casa Brasil com convênio que tivemos com a Intel. Passei a dar aula agora [...] sobre o uso crítico da informática – você não apenas aprendia a usar as ferramentas de informática, mas como usá-las criticamente, em benefício de sua comunidade – e a dar aulas de montagem e manutenção. Agora tem a certificação da Cisco. A prefeitura pagou pra eu fazer a certificação da Cisco, da Intel, para que eu pudesse ministrar os cursos; aí passei de coordenador de informática a supervisor de unidade. Em 2011 formamos um total de seis turmas: quatro da Intel e duas da Cisco (JOSÉ, 2012).

Para entender melhor esta mudança, fui atrás de informações oficiais – nos portais de comunicação da prefeitura do Rio e das empresas citadas. Descobri, por exemplo, que o projeto Casa Rio Digital é implementado pela Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia da Prefeitura do Rio de Janeiro (SECT). Segundo o portal do projeto, a Casa Rio Digital é

[u]m espaço equipado com microcomputadores conectados à internet em banda larga, utilizado diariamente para cursos, oficinas diversas e uso livre. Nele, qualquer cidadão/ã pode navegar pela internet, ter um endereço de correio eletrônico e usar os recursos mais modernos da informática para estudar, trabalhar, buscar entretenimento e se comunicar (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2013, grifos nossos).

Os principais cursos oferecidos no âmbito do projeto estão intimamente ligados a dois grande programas de responsabilidade social corporativos: o Intel Aprender e o *Cisco Networking Academy*.

Quando estive no telecentro do CIAD as atividades referentes aos programas de responsabilidade social dessas duas empresas não haviam começado (o telecentro estava

⁶¹ Na seção 'Notícias' do portal da SECT há uma notícia sobre a assinatura de convênio entre a prefeitura do Rio e as duas empresas (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2011a).

sendo usado somente em um regime de acesso livre, o que, segundo José, jamais havia deixado de acontecer). Diante deste cenário, optei por mapear as diretrizes dos programas em documentos das duas empresas, sabendo que, embora esse tipo de fonte não revele a performance das atividades, é possível, pelo menos, mapear os valores inscritos em sua retórica.

O Intel Aprender, por exemplo, é um programa de “alfabetização digital” de alcance internacional cuja meta é

ajudar jovens de oito a 18 anos, em comunidades com pouco ou nenhum acesso à tecnologia, a desenvolverem as habilidades necessárias ao sucesso no mundo do trabalho do século XXI por meio do domínio das ferramentas da informática, do pensamento crítico e da cooperação (INTEL, 2009).

O programa, segundo informações da empresa, é desenvolvido em um ambiente “informal”, totalizando mais de 90h de conteúdos, articulados em três módulos: o “Tecnologia e Comunidade”, o “Tecnologia em Ação” e o “Tecnologia e Empreendedorismo”. O primeiro módulo procura capacitar os alunos em ferramentas básicas de TI (editores de texto, planilhas eletrônicas, apresentações, etc.), tendo como mote a articulação de alguma questão comunitária, desenvolvida em trabalhos coletivos; o segundo, procura apresentar aos alunos as ferramentas de TI tipicamente utilizadas por profissionais das mais variadas formações (médicos, engenheiros, etc.). Por fim, o “Tecnologia e Empreendedorismo”, como o nome indica, procura apresentar o que é empreendedorismo, a partir de pesquisas e da criação de um plano de negócios.

O programa é defendido pela empresa a partir da noção de que “ter acesso não é suficiente. Os jovens precisam de uma forma cativante de adquirirem as habilidades necessárias para o sucesso na economia do conhecimento” (INTEL, 2009, grifos nossos). Ou seja, ainda que haja uma defesa relativa à articulação de questões comunitárias, o objetivo maior é inserir os alunos do curso em uma “economia do conhecimento” que, pelo menos a partir do material divulgado na internet pela empresa, não é objeto de problematização.

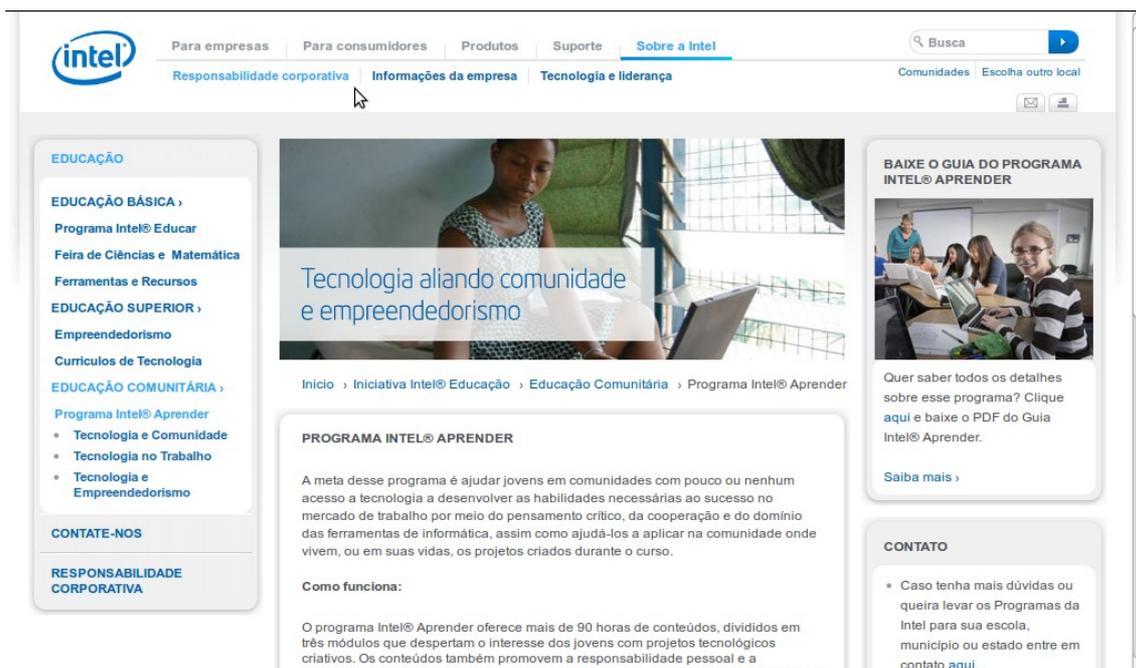


Figura 4: Portal em português da Intel na internet apresentando o Programa Intel Aprender. Destaque para o título da página: “Tecnologia aliando comunidade e empreendedorismo”.

Fonte: Intel.

O programa *Cisco Networking Academy* também é um programa de responsabilidade social, mantido pela empresa Cisco. De maneira muito semelhante ao programa da Intel, tem como objetivo a capacitação para a área de tecnologia da informação. Segundo o portal do programa, trata-se de

uma iniciativa de educação inovadora que oferece habilidades em TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação) para melhorar as oportunidades de carreiras e econômicas no mundo todo. O *Networking Academy* fornece cursos, ferramentas interativas e atividades práticas para preparar pessoas para carreiras de TIC e redes em praticamente todo tipo de indústria (CISCO, 2012a)⁶².

Para tanto, a Cisco estabelece parcerias com instituições educacionais (escolas, universidades, governos e ONGs), cujos espaços passam a denominar-se, no âmbito do programa, "academias". A essas instituições cabe “capacitar e dar suporte aos

⁶² Como não há referência ao ano de publicação deste conteúdo, o ano indicado corresponde ao de consulta. Esta estratégia foi utilizada para referenciar todos os conteúdos consultados no portal da Cisco.

instrutores, bem como treinar e preparar estudantes para obter as certificações” (CISCO, 2012b). O preparo e treinamento para as certificações é realizado a partir de cursos à distância que procuram prover aos alunos conhecimentos a respeito das tecnologias de rede da empresa. De uma maneira geral, a Cisco provê a metodologia de ensino, o material didático e o treinamento para os instrutores. As instituições, por sua vez, são responsáveis por oferecer a infraestrutura necessária para a realização dos cursos (sala de aula, computadores individuais, acesso à internet e um servidor local para armazenar o conteúdo do curso). Cabe ressaltar que há uma previsão de que a instituição parceira deva arcar com os custos de obtenção de equipamentos – da marca Cisco, como era de se esperar –, que serão utilizados nos cursos (Cisco, 2012b).

Programa Cisco Networking Academy
Rio de Janeiro

ACADEMIAS DO RIO DE JANEIRO - CAPITAL		
Academia	Telefone	Endereço
ACADEMIA SENAI-RJ CISCO SYSTEMS	(21) 2568-4121	Rua São Francisco Xavier, 417- Maracanã
ACADEMY SUPPORT	(21) 2522-1287	Rua Santa Luzia, 735
CASA BRASIL - CIAD MESTRE CANDEIA	(21) 2507-1499	Avenida Presidente Vargas, 1997 -- Térreo - Centro
CASA RIO DIGITAL - JOÃO XXIII	(21) 3107-7102	Avenida João XXIII, S/N (Próximo A Associação De Moradores)
CEFET-RJ	(21) 2569-4637	Avenida Maracanã, 229
CENTRO DE CIDADANIA RINALDO DE LAMARE	(21) 3111-1060	Avenida Niemeyer, 776 - São Conrado
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ATTITUDE SOCIAL	(21) 3105-0830	Estrada José Rucas, 1266 - Vila Cruzeiro
CENTRO DE TREINAMENTO ILEARN	(21) 2557-3810	Travessa Do Ouvidor, 17 - 3º Andar - Centro
CID - AMPEEC	(21) 5890-0005	Rua José Manoel Camisa Nova, 100 - Jardim São Luis
COLÉGIO ESCOLA TÉCNICA TRIANGULO	(21) 3016-1674	Rua João Vicente 1355 - Bento Ribeiro
DECEX	(21) 2519-5019	Praça Duque de Caxias, 25 - 5º Andar - Centro
ESCOLA SESC	(21) 3214-7402/ (21) 3214-7474	Avenida Ayrton Senna, 5677 - Jacarepaguá

Figura 5: Lista de "Academias Cisco" na capital do Rio de Janeiro, com destaque para a Casa Brasil/CIAD Mestre Candéia.

Fonte: CISCO (2012c).

Diferentemente do Intel Aprender, questões comunitárias e locais não passam pela concepção pedagógica do programa da Cisco. Como justificativa para a adesão ao projeto, a empresa apresenta vantagens para cada um de seus participantes. Para os instrutores, por exemplo, a empresa coloca como benefícios:

[c]urriculum sobre tecnologia de redes pronto, implantação imediata, inclusive com aulas práticas de laboratório. Aqueles que forem escolhidos para instrutores do Programa, farão parte do cadastro de instrutores certificados pela Cisco e poderão ser escolhidos por qualquer entidade participante do Programa, além de ficarem preparados para prestar os exames de certificação [da CISCO] (CISCO, 2012d).

Para as entidades educacionais parceiras (academias),

[o]ferta de alternativas para formação profissional especializada. Os alunos que estarão sendo treinados pelo Programa podem atuar como os mantenedores da rede da Academia. Possibilidade de crescimento de receita, via direta (novos cursos) ou indireta (complemento de cursos existentes). Possibilidade de oferecer alternativas de programas educacionais profissionalizantes para a comunidade (empresa social) (CISCO, 2012d).

Para os alunos,

[i]ndependente de qualquer exame de certificação, reconhecimento imediato como especialistas no gerenciamento, desenho e manutenção de redes de computadores. Condição privilegiada para obtenção dos certificados Cisco. Através do sistema do Programa (Academy Connection), os estudantes têm acesso a uma comunidade de usuários para compartilhar suas melhores práticas, resolver problemas e solicitar ajuda (CISCO, 2012d).

E, finalmente, para os clientes da empresa,

[o]ferece um Banco de Talentos altamente qualificado nos sistemas Cisco Systems. A Cisco Systems está aberta para receber apoio de todos os envolvidos no Ecossistema Cisco, seja pela oferta de bolsas para bons alunos ou por suporte financeiro para iniciar novas Academias (CISCO, 2012d).

Em nenhum momento, pelo menos não de maneira acessível, encontra-se o que a Cisco ganha com o programa. Embora, metodologicamente, seja arriscado fazer suposições a respeito dos interesses deste ou daquele agente, arriscaria dizer que alguns ganhos óbvios para a Cisco são a criação de uma demanda para seus exames de certificação, o fortalecimento de seu programa de certificação como um ponto de

passagem obrigatória para aqueles que desejam trabalhar na área de redes, o enredamento de trabalhadores recém qualificados na área de redes às tecnologias da Cisco e, como é comum em programas corporativos de responsabilidade social, o fortalecimento da marca perante a sociedade. O interessante é notar como a desgastada expressão “inclusão digital” é empregada pela empresa no material de divulgação do programa. Para exemplificar este emprego, resgatando a defesa que fiz às metáforas e alegorias no Capítulo 2, peço especial atenção à Figura 6, na qual um texto com a concepção de inclusão digital da empresa é colocado lado a lado à imagem de uma rede viária para automóveis, o que resgata a ideia da internet como uma 'autoestrada da informação'.

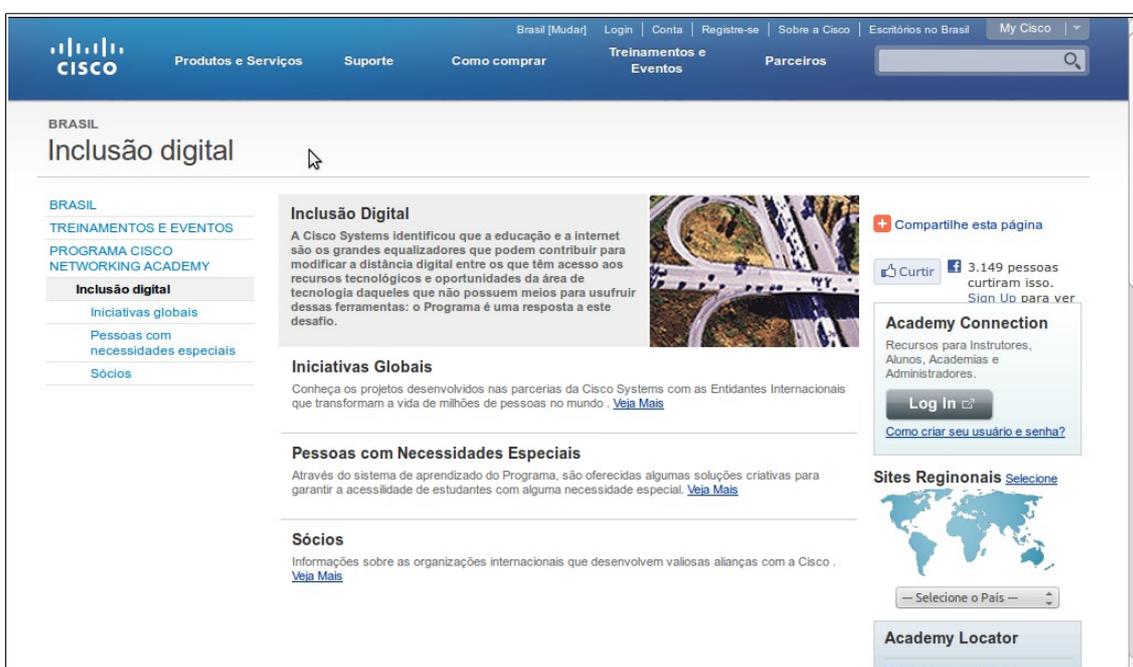


Figura 6: Página do portal da Cisco com texto sobre a concepção de inclusão digital da empresa, acompanhado de uma imagem de uma rede viária de automóveis.

Fonte: Cisco.

Uma leitura cuidadosa do material disponibilizado pelas empresas a respeito de seus programas mostra que a entrada em cena desses novos actantes, juntamente à saída do Governo Federal, reconfigura o telecentro do CIAD Mestre Candeia e o aproxima de uma visão na qual a inclusão digital relaciona-se com a capacitação para o mundo do

trabalho, em uma sociedade do conhecimento/informação pautada pelos princípios de uma economia de mercado de amplitude global. A defesa assemelha-se à presente no Livro Verde, tal como destacado no Capítulo 2, isto é, a sociedade da informação é uma realidade dada e cabe aos governos e indivíduos adequar-se a ela. Ainda que as empresas afirmem que suas ações estão articuladas com questões comunitárias – aspecto também destacado por José –, o foco está claramente na capacitação em ferramentas/tecnologias/modelos típicos da sociedade informacional que aí está e não de uma sociedade informacional a ser construída – o que afasta o telecentro do CIAD das diretrizes do Programa Casa Brasil, a saber, a autogestão comunitária do espaço e o uso de tecnologias livres nas atividades⁶³.

Este deslocamento fica claro no próprio relato de José, que, ao ser instigado a refletir sobre o futuro da inclusão digital, disse que

[a] tendência da [necessidade de uma] inclusão digital é desaparecer com o avanço econômico. Percebo que quanto mais a economia cresce, mais as pessoas compram o computador e não vão precisar de telecentro. Então, o futuro que vejo seria o espaço público do telecentro investir em outro tipo de curso. No caso, a prefeitura achou um caminho. Os cursos tem certificação de grandes empresas de informática, como a Intel e a Cisco, têm palestras de como fazer eventos. Acho que o futuro é dar mais conteúdo e mais atividades no telecentro, porque até pelo avanço econômico não haverá tanta necessidade de telecentro (JOSÉ, 2012).

Além de estar presente no relato de José, o deslocamento nos objetivos do telecentro confirma-se também na chamada para inscrições nos cursos de informática do projeto, na qual lê-se que "[a] iniciativa faz parte do Programa Casa Rio Digital da SECT que tem como proposta abrir portas para as oportunidades de trabalho" (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2011b, grifos nossos).

Insisto novamente na imagem dos ecos daquilo que foi o Programa Casa Brasil. Tanto em Vigário Geral quanto no CIAD, na ocasião em que visitei seus respectivos telecentros, os sons do programa original eram praticamente inaudíveis, reconhecíveis somente nos traços que revelavam nas paredes o seu passado e nos relatos daqueles que

63 Para uma discussão mais detalhada a respeito dos cursos oferecidos pela Intel e pela Cisco no CIAD, seria necessário um esforço de campo que procurasse acompanhar as atividades, esforço esse que ficou além do escopo desta pesquisa.

foram testemunhas de sua execução. Acompanhar esses traços, amplificar tais ecos, permite observar a transição entre uma configuração e outra dos projetos e a compreender, ainda que parcialmente, porque houve uma mudança de rumo. Em ambos os espaços, o término da parceria das instituições locais com o Governo Federal foram determinantes para a transformação das respectivas unidades do Casa Brasil.

Na primeira, a intermitência nas atividades relacionava-se, segundo o relato da gestora, com dificuldades de financiamento (uma vez terminado o aporte de recursos vindo de Brasília, a ONG passou a buscar outras parcerias, em outros programas sociais do governo e entre os empresários locais). Na segunda, em nenhum momento foram relatadas dificuldades financeiras – o que não é de se estranhar, tendo em vista que o gestor, no caso, é a prefeitura do Rio, detentora de um orçamento certamente maior que o da ONG –, sendo observada como elemento determinante para a nova configuração do telecentro a visão de inclusão digital da prefeitura, diferente, ainda que parcialmente, da sustentada pelos concebedores do Casa Brasil. Em outras palavras, uma vez terminada a parceria com o Governo Federal, que mantinha o CIAD preso às diretrizes do Casa Brasil, a prefeitura viu-se livre para redesenhar os objetivos e a dinâmica do telecentro.

3.1.3 Vendo o mundo lá do alto: breve relato sobre o primeiro encontro entre um pesquisador e seu “objeto”

Ao saber que estive em Vigário Geral, José se disse surpreso com a informação de que a Casa Brasil do bairro estaria de portas abertas – pois pensara que, na cidade, somente a do CIAD e a do Complexo do Alemão estariam funcionando. Esta última, completou, teria sido "assumida pela comunidade". Tendo essa pista em mãos, decidi visitar o Complexo do Alemão e conhecer a terceira unidade do Programa Casa Brasil no Rio de Janeiro. O relato seguinte é, na verdade, uma grande cena na qual procuro descrever detalhadamente essa aproximação, tendo como objetivo colocar em cena aspectos mais gerais relativos à comunidade e sua gente, bem como evidenciar a inseparabilidade entre pesquisador e o “objeto de pesquisa” nas reflexões geradas pelo encontro entre os dois.

Começo o relato destacando minha aproximação da unidade. Na ausência de

dados publicados sobre ela, consegui informações mais precisas através do Observatório Nacional da Inclusão Digital (ONID), portal na Internet que permite a localização de diversos telecentros do país⁶⁴ (vide Figura 7).



Figura 7: Mapa do ONID com a localização das unidades do Casa Brasil presentes na cidade do Rio de Janeiro.

Fonte: Reprodução feita pelo autor.

Descobri que a ONG Central Única das Favelas (Cufa) era a responsável pela gestão do Casa Brasil no Complexo do Alemão. Ao entrar em contato, fui atendido pelo Daniel, que se apresentou como instrutor de informática do telecentro. Adiantou-me que atualmente o telecentro estava ligado ao projeto *RAPensando*, patrocinado pela Petrobras através de seu programa de responsabilidade social corporativo. Disse-me que não poderia dar tantos detalhes sobre a fase Casa Brasil, uma vez que, na época, era somente aluno. Apesar disso, insisti em conhecer a situação atual do telecentro.

Seguindo as coordenadas de Daniel, vi-me na estação de trem de Bonsucesso, minha velha conhecida. Tenho uma relação íntima com aquela região da cidade (aqui, peço licença para um tom mais pessoal). Após migrar do nordeste, meus pais

64 O ONID será objeto de problematização desta pesquisa na Seção 3.2.

escolheram esse bairro para trabalhar; lá se conheceram. Entre tantas idas e vindas, chegamos a morar lá por alguns anos. Em Bonsucesso, fiz todo o ciclo do ensino fundamental. Em suma, estava em casa, todavia, diante de um elemento novo: o teleférico do Alemão. Nova atração turística da cidade, o teleférico foi finalizado e inaugurado alguns meses após a cinematográfica operação das Forças Armadas para retomar o controle territorial da região das mãos de traficantes de drogas⁶⁵. Ingressei em uma das cabines, sentei-me e fiquei apreciando a bela paisagem. Em pouco mais de cinco minutos cheguei em minha parada: 'Estação do Alemão'.



Figura 8: Embarque para o teleférico na estação de trem de Bonsucesso.

Fonte: Foto do autor.

65 Em novembro de 2010 o Complexo do Alemão foi ocupado por forças militares do Estado (Forças Armadas e polícias civil, militar e federal), em uma operação que teve como principal objetivo retomar o controle territorial do conjunto de favelas das mãos do tráfico de drogas (COSTA et al., 2010). As Forças Armadas permaneceram no Complexo até março de 2012, quando foi implantada no local uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). As visitas de campo foram realizadas poucos meses após a saída das Forças Armadas da comunidade. Para uma discussão CTS sobre as UPPs, ver ROCHA (2012).



Figura 9: Fileira de gôndolas em trecho do teleférico do Alemão.

Fonte: Foto do autor.



Figura 10: Vista do teleférico do Alemão. À direita, ao fundo, vê-se a Igreja da Penha.

Fonte: Foto do autor.

Após obter informações com moradores, tomei um beco que ficava em frente à estação e levava para a parte mais alta do morro. As construções nas proximidades da estação ficavam bem próximas umas das outras, formando um grande corpo denso de casas e pequenos comércios – bares e armazéns, em sua maioria. Conforme se vai subindo, as casas vão ficando mais raras e, também, mais simples. Já superada a subida, numa região mais plana, me vi em uma área 'rural'. À esquerda, uma mata cobria de verde a encosta, protegida por um cercado de cabos grossos, provavelmente de aço, com uma placa onde lia-se, em letras brancas sobre o fundo vermelho: “Área de proteção ambiental”. Nas proximidades desta área, em um grande campo de futebol de terra batida, um grupo de jovens se divertia em um bate bola. À direita, uma casa grande, de um único andar, e um grande galpão se destacavam na paisagem. Nas paredes brancas de ambas as construções lia-se, em grafites, o nome *Cufa*.

Um grupo de adolescentes irrompeu pela porta da casa. Logo depois, um jovem de vinte e poucos anos veio em minha direção, estendendo a mão e sorrindo. Era Daniel. Após as apresentações, mostrou-me o telecentro. As máquinas, cerca de dez, pareciam bem novas. Nas paredes, podia-se vislumbrar a faixa de cores típica do Programa Casa Brasil, ao qual o espaço estava ligado em seus primeiros anos de vida. Segundo Daniel, ali ocorriam as oficinas de informática. Após a apresentação do espaço, demos início à entrevista, realizada sob a sombra de uma árvore, na calçada que circundava o galpão, em frente ao campo de futebol. Para completar a pintura, tínhamos, à direita, uma vista espetacular do aeroporto do Galeão e da Igreja da Penha, com a Baía de Guanabara ao fundo. Após a entrevista, combinei meu retorno para entrevistar os coordenadores gerais da Cufa e do projeto RAPensando e sondar a possibilidade de acompanhar as atividades do telecentro. A tarde já se tornara pálida quando decidi voltar para casa. Na descida até a estação do teleférico fui acompanhado por uma das assistentes sociais da Cufa que prestava serviço às crianças atendidas pela ONG e às suas respectivas famílias. Em praticamente todo o percurso ela era abordada por crianças sorridentes gritando “tia, tia” e “Cufa, Cufa” e por adultos que acenavam para ela. Disse-me que aquela parte da comunidade – conhecida como Alto Alemão, por ser o ponto culminante do Complexo – era bem esquecida. A maneira como as pessoas a abordavam mostrava a aparente referência que a ONG representava para aquelas pessoas.

Essa primeira visita ao Complexo do Alemão despertou em mim uma série de pensamentos e lembranças que estavam adormecidos. Quase havia me esquecido da receptividade das favelas cariocas (pelo menos, das comunidades onde morei), assim como da simplicidade e da franqueza dessa gente batalhadora, acostumada a ver a cidade 'lá do alto', mas, muitas vezes, esquecida pelos que, no 'asfalto', são observados.



Figura 11: Fachada do galpão da Cufa no Complexo do Alemão.

Fonte: Foto do autor.

3.1.4 Por uma apreciação 'praxiográfica' das realidades: preparando caminhos e abrindo portas

Law (2004), inspirado nos trabalhos de Anemarie Mol, defende que “as realidades não são explicadas pelas práticas e crenças; são, em vez disso, produzidas nelas. Elas são produzidas e tem uma vida, em relações” (LAW, 2004, p. 59, grifos nossos)^{xlv}. Nessa perspectiva, a explicação sobre o que algo “é” só faz sentido quando se faz um deslocamento “de uma apreciação epistemológica da realidade para uma apreciação praxiográfica” (MOL, 2002, *apud* LAW, 2004, p. 59, grifos nossos)^{xlvi}, que

nos permita

investigar as vidas incertas e complexas de objetos em um mundo onde não há encerramento. Onde, querendo ou não, não há singularidade [...]. [Que nos permita] investigar a multiplicidade dos referidos objetos, as maneiras através das quais eles interagem uns com os outros (LAW, 2004, p. 59)^{xlvi}.

Como exercício desta 'praxiografia', realizei oito visitas ao Complexo do Alemão nas quais acompanhei as atividades desenvolvidas no telecentro da Cufa. Além deste acompanhamento, realizei entrevistas com o instrutor do telecentro, os coordenadores da Cufa e alunas que frequentavam a oficina de informática oferecida pela ONG.

Para garantir a permissão institucional para a realização da pesquisa, Daniel orientou-me a contatar os coordenadores gerais da ONG. Assim, vi-me no escritório central da Cufa, situado no bairro de Madureira, Zona Norte da cidade do Rio. Lá, fui recepcionado pela Regiane, responsável por articular a execução dos projetos da Cufa em suas diversas bases. Em sua entrevista, procurei reconstruir a rede que mantinha a Cufa unida ao Casa Brasil, bem como os fios que foram remanejados para recompor o novo tecido que encontrara na visita ao Alemão. Começou sua entrevista confirmando que, em 2005, a Cufa, em parceria com a Rede de Informações para o Terceiro Setor (RITS), integrou o Casa Brasil, com atividades em duas bases da ONG: Complexo do Alemão e Cidade de Deus. A reconstrução narrativa da unidade enquanto Casa Brasil foi por ela realizada através de comparações com a atual configuração da ONG. Disse-me, por exemplo, que o RAPensando não é um projeto exclusivamente da área de inclusão digital, mas

um projeto social voltado pra comunidades. Dentro do projeto RAPensando a gente inclui a informática. A gente tem DJ, informática, break, sala de leitura, artesanato, teatro. [...] Que é diferente da Casa Brasil, que é um projeto da inclusão digital, específico pra informática (REGIANE, 2012).

Em sua entrevista ficou claro que a área de informática teve seu destaque na era Casa Brasil, quando toda a manutenção era oferecida pelo governo federal e que, ao término da parceria com o governo federal, a Cufa viu-se sem recursos para administrar o legado do projeto. Em suas palavras,

[naquele] período era feita toda a manutenção do computador, desde a conexão à internet. Tudo era cedido por eles [do governo federal]; a

troca de um mouse... qualquer coisa. E aí, quando acabou o projeto, a Cufa ficou sem apoio para a área digital. Então, a gente recebeu algumas doações, alguns novos computadores, de empresas, mesmo privadas, e a gente tentou manter o telecentro com algumas máquinas, que já eram antigas na época. Hoje, a gente tem o apoio da Petrobras, através do projeto RAPensando, que agora já está na fase 2, mas, na primeira fase a gente teve uma compra; a gente renovou nossos computadores⁶⁶. Agora a gente trabalha com Windows 7, né, e não temos mais a manutenção de micros, porque não está incluso nesse projeto. A Cufa trabalha com apoio de projetos específicos, porque precisa se manter, né? Tem que pagar profissional, tem custo de equipamento... e hoje a gente tem esse telecentro na Cidade de Deus e no Complexo do Alemão (REGIANE, 2012, grifos nossos).

Tal como nas outras unidades do Casa Brasil que compõem o campo desta pesquisa, a da Cufa tomou novos rumos ao término da parceria com o governo federal, definidos pelo estabelecimento de uma nova parceria, com a Petrobras. Um exemplo claro dessa mudança foi a opção pelo Windows como sistema operacional. Nas palavras de Regiane,

antes, quando a gente trabalhava com o Linux, a gente tinha ainda uma dificuldade com a comunidade porque a maioria das pessoas, nas suas residências, nos locais de trabalho, não trabalhavam com o Linux. Apesar do sistema operacional ser parecido – o que muda é algumas ferramentas – as pessoas tinham essa resistência: “Poxa, vou ter um curso com Linux, mas eu não vou aproveitar isso!”. Porque, na verdade, a Cufa trabalha com isso, preparação para o mercado de trabalho. E nessa época, a gente trabalhava com Linux porque a gente tinha um apoio específico pra isso. Quando terminou a parceria com a Casa Brasil, aí resolvemos trabalhar com Windows porque era de fácil acesso aos moradores locais (REGIANE, 2012, grifos nossos).

A nova escolha de sistema operacional, nesse caso, mostra-se intimamente ligada a um pragmatismo que procura inserir as pessoas em um mercado de trabalho onde o software proprietário é predominante, o que difere totalmente da proposta do Casa Brasil, a saber, fomentar o uso de programas de código livre/aberto, a despeito de possíveis objeções do público-alvo do projeto. Tendo em vista esse novo foco, os telecentros passaram a receber a oficina de informática do projeto RAPensando, na qual

⁶⁶ Em consulta às configurações de hardware e software de uma das máquinas do telecentro obtive a seguinte lista: Sistema Operacional Windows 7, pacote de programas de escritório MS OFFICE 7, processador AMD Sempron 145 2,8 GHz, memória RAM de 2 GB e HD de 230 GB. Embora não seja exaustiva, essa configuração mostra que as máquinas estavam além daquilo que se espera para conduzir tarefas práticas na área de informática básica, embora as atividades se restringissem a esse tipo de atividade somente.

eram trabalhados conteúdos de informática básica, com destaque para o uso dos programas que compõem o pacote proprietário Microsoft Office.

O projeto apresenta alguns traços na internet. A Figura 12, por exemplo, mostra o portal do projeto. Na seção em que a oficina de informática é apresentada, lê-se que

[o]s cursos de informática oferecidos buscam promover a inclusão digital dos jovens das comunidades atendidas, visando uma maior acessibilidade ao mercado de trabalho. São cursos de educação para qualificação profissional, realizados em módulos que incluem como conteúdo programático: noções de informática; montagem e manutenção de micros; aplicativos; internet (CUFA, 2012, grifos nossos).

Tal como no projeto Casa Rio Digital, com o qual o telecentro do CIAD está envolvido, o RAPensando reposiciona o telecentro da Cufã para uma visão de inclusão digital que objetiva a inclusão de jovens no mercado de trabalho; novamente, estamos diante de uma visão distinta daquela defendida pelos concebedores do Programa Casa Brasil, que articula a inclusão digital com o exercício de uma cidadania comunitária, que pode estar relacionada, mas não restrita, à ideia de inserção no mundo do trabalho ou mercado de trabalho.



Figura 12: Portal do projeto RAPensando.

Além de esclarecer o lugar da inclusão digital nas ações/discursos da Cufa, minha visita ao escritório central da ONG serviu para confirmar a permissão para que eu desenvolvesse um trabalho de campo mais intenso na base do Complexo do Alemão. Meu objetivo era acompanhar de perto as atividades desenvolvidas no telecentro da base, registrando as ações das pessoas, seus discursos e toda a gama de artefatos que compunham seu universo material, assim como as relações desses materiais entre si e com as pessoas.

3.1.5 'Teleféricas' manhãs: relatos de um pesquisador no telecentro do Complexo do Alemão

Nesta seção, procuro destacar um pouco da experiência de subir duas vezes por semana o Alemão, no leve balançar das cabines do teleférico, através dos relatos compartilhados comigo pelo Daniel, responsável pelas oficinas de informática da base, e dos relatos das visitas em que acompanhei as atividades do telecentro.

Toda a trajetória de Daniel na área de TI está associada ao Casa Brasil. Sua identidade como monitor de informática do telecentro do Complexo do Alemão está intimamente ligada a este passado. E é ele mesmo que o coloca, quando diz que

quem conhece um coordenador de informática imagina que ele sempre sonhou com essa área, sempre se viu mexendo com fios ou algo parecido. No entanto, não foi minha realidade. Antes de trabalhar com informática [trabalhei na] área automotiva. Trabalhei desde os 12 anos com pintura de automóvel e depois, aos 15, [com] mecânica automotiva. [...] Através da Cufa, por coincidência ou não, eu tive essa primeira experiência com informática, fui conhecendo, me apaixonando, como aluno, em um projeto da Cufa [o Casa Brasil]. Conheci a informática, a área de suporte, manutenção (DANIEL, 2012).

A partir de seu encontro com as TICs na Casa Brasil, Daniel experimentou uma 'sensação de magia' que o atraiu para a área:

Hoje inclusive eu passei um filme chamado Piratas da Informática, que mostra que no início não havia monitor, esse *display* visual, e você devia imaginar o que estava acontecendo; isso era o mágico da informática e era o que pra mim acontecia. Eu colocava o computador pra funcionar, ligava, desmontava, montava, consertava, sem saber como usava ele ligado. Eu colocava pra ligar e dali já não sabia fazer mais nada. E daí, aos poucos, fui me aprofundando nessa área, até por ser necessário; são duas coisas interligadas. E por esse motivo fui evoluindo; e tudo isso através da Cufa (DANIEL, 2012).

Nos diálogos que tivemos nos intervalos das atividades do telecentro, Daniel compartilhou vários aspectos de sua trajetória, que permitiram-me conhecer a Casa Brasil e outros aspectos da vida no Complexo do Alemão, relacionados ou não às TICs. Uma das informações que mais atraiu minha atenção foi a de que ele havia integrado um embrião de cooperativa de manutenção de computadores na época do Casa Brasil. Em suas palavras,

assim que concluiu o curso [do Casa Brasil], que tinha a duração de seis meses, [...] montamos uma cooperativa de montagem e manutenção. A gente prestava serviço à comunidade. Oferecíamos a eles uma mão de obra e eles nos ofereciam a oportunidade de experiência. [...] Chega a ser fácil e simples pegar um computador lançado em 2011, 2012 mesmo, e mexer nele. [É] bem mais simples do que trabalhar com computadores que a comunidade, pelo menos na época, tinha possibilidade de comprar. Eram computadores muito antigos, muito precários. Às vezes, onde você deveria trocar uma peça você não podia. E porque? Porque o dono do computador não tinha dinheiro pra comprar e você tinha que arrumar um jeito de recolocar

aquela peça em uso (DANIEL, 2012).

Além de abrir-me as portas para que eu conhecesse a realidade do telecentro da Cufa, relatos como este permitiram-me ter uma visão do perfil de posse das TICs pelos moradores do Alemão na época do Casa Brasil. Os relatos de Daniel, ao lado da experiência de acompanhar de perto as atividades desenvolvidas na oficina de informática, produziram uma realidade relativa não somente ao que é a inclusão digital, mas também ao que é o próprio Complexo do Alemão. Narrar a história de um, nesse sentido, é narrar, **também**, a história do outro.

Cena 8

Cheguei no Morro do Alemão por volta das 9h. Na noite do dia em que defini o calendário de visitas, fiquei sabendo, através da imprensa, da morte de uma policial durante confronto armado com supostos traficantes, no que fora caracterizado pela imprensa como “um ataque à UPP”. Em virtude do ocorrido, o temido Batalhão de Operações Especiais (BOPE), da PM do Rio de Janeiro, estaria realizando incursões e revistas na comunidade na busca por suspeitos. Por tudo isso, embora já tivesse confirmado com Daniel a possibilidade de realizar o trabalho de pesquisa, senti, ao sair do teleférico, uma leve tensão e ansiedade no ar.

Na saída da estação reparei logo em dois micro-ônibus estacionados e, em preparação para entrar em um beco – o mesmo que eu utilizaria –, um grupo de mais ou menos quinze policiais com fuzis em punho. Eles seguiram pelas entranhas da comunidade. Como não sentia uma tensão grande entre eles – atenção redobrada sim, mas não tensão –, decidi seguir meu caminho, todavia, utilizando um beco que seguia paralelamente ao usado pelos policiais e que se mostrou, inclusive, um caminho menos tortuoso e mais rápido até a base da Cufa, na região conhecida como Pedra do Sapo, no Alto Alemão. Após cerca de cinco minutos de caminhada, cheguei a meu destino.

No primeiro dia de visita ao telecentro, Daniel apresentou-me as alunas da turma

que acompanharia: Helena, Emília e as gêmeas Tatiane e Telma⁶⁷. Todas com idades entre 12 e 13 anos e com relações entre si que precediam a Cufa (As gêmeas e Emília eram primas e esta última era amiga de escola de Helena). Também me apresentei, esclarecendo que era da UFRJ e que estava fazendo uma pesquisa sobre informática. Agradei-lhes pela oportunidade que estavam me concedendo e esclareci que acompanharia as aulas, fazendo anotações e, em um segundo momento, caso elas e as famílias concordassem, entrevistas. Senti que elas estavam tímidas, o que era compreensível, tendo em vista a presença de alguém estranho no telecentro, que não tinha nem o papel de instrutor, nem o de aluno. Confesso, também, que senti-me deslocado, sem saber muito bem como agir diante delas.

Neste dia e nos demais, sempre pela manhã, sentei-me em frente ao mesmo computador, em uma das 10 máquinas que ocupavam com folga o amplo espaço do telecentro. Nos intervalos, ou após o término das aulas, acabava travando conversa com Daniel. Em uma dessas conversas revelou-me mais detalhes sobre o projeto RAPensando. Disse-me que o projeto já havia completado um ciclo de um ano, desde sua retomada em novembro de 2011, com previsão de dois anos de duração. A oficina de informática tinha a duração de seis meses, sendo dividida em três módulos de igual duração: básico, intermediário e avançado. No módulo básico, os alunos tinham aulas sobre o uso do processador de texto *Word*, no intermediário, da planilha eletrônica *Excel* e, no avançado, do editor de apresentações *Powerpoint*.

⁶⁷ Para preservar-lhes a identidade, os nomes reais das alunas participantes da oficina de informática foram trocados por nomes fictícios. Cabe ressaltar que havia outras turmas de informática no projeto e que a opção por acompanhar uma única turma se deu, em primeiro lugar, pela restrição de horários em que poderia realizar a pesquisa, em virtude de minhas atividades profissionais, e, em segundo lugar, para permitir uma aproximação mais intensa das participantes da pesquisa, o que naturalmente leva tempo e não poderia ser feito com muitas turmas simultaneamente.



Figura 13: Telecentro da Cufa no Complexo do Alemão

O conteúdo trabalhado nas aulas que acompanhei era sobre o programa *Excel*. Tratava-se, portanto, de uma turma de nível intermediário. A dinâmica das aulas consistia na resolução de problemas de cálculo envolvendo planilhas. No geral, Daniel propunha uma tarefa, reservando um tempo para sua execução, ao final do qual conferia os resultados e fazia correções, se necessário.

Cena 9

Dando continuidade à aula, as meninas voltaram para suas mesas e abriram a planilha com a última “compra” realizada por elas. Como exercício, Daniel pediu que elas tirassem 2% do valor de cada produto e exibissem o valor resultante em uma coluna vizinha. A maioria entendeu a proposta de forma parcial. Daniel levantou-se e, ao lado delas, foi explicando como executar a tarefa. (...) Daniel pediu que elas desligassem o monitor e fossem até seu computador para terem uma prévia do Powerpoint, assunto do próximo módulo do curso.

No geral, as gêmeas e Emília pareciam ter maior desenvoltura na resolução das

tarefas do que Helena. Esta, segunda me informara Daniel, estava fazendo o curso pela 3ª vez, pois o abandonara em outras ocasiões. Embora Helena, ao ser interpelada sobre os atrasos, tenha dito que tinha dificuldades para acordar cedo, fiquei pensando até que ponto essa aparente diferença de intimidade com o computador poderia estar relacionada a diferentes níveis de acesso a ele em outros espaços. Em certa aula, por exemplo, Daniel propôs a realização de uma pesquisa sobre informática. Para tanto, permitiu que acessassem a internet – uma atitude excepcional, tendo em vista que a internet não constava da ementa do curso. Daniel lembrou-lhes que “não gostaria de ver o Facebook ou o Orkut abertos”. Elas confirmaram, mas Emília retrucou dizendo que “no Facebook também havia informação”. Daniel teve que concordar, mas pediu que elas não entrassem assim mesmo, dando preferência ao Google e à Wikipédia.

A breve discussão entre Emília e Daniel, além de demonstrar um conflito referente aos espaços considerados legítimos para se obter informação, evidencia a inserção de Emília nas redes de relacionamento *online*, fato confirmado logo depois quando pediu a Daniel permissão para fazer o trabalho em casa.

Em entrevista coletiva, as meninas revelaram esses e outros aspectos sobre sua inserção no universo das TICs e a relação que tinham com a Cufa. Sobre a utilização do computador em outros espaços, Helena informou que na escola havia computadores, mas que sua utilização era proibida. Em casa, ela possuía computador com acesso à internet via tecnologia 3G. De maneira semelhante, Emília, amiga de escola de Helena, disse que também possuía computador em casa “desde os 6 anos de idade”. As gêmeas Tatiane e Telma, primas de Emília, informaram utilizar o computador desde os 7 anos de idade, na casa de uma tia e, desde o ano de 2010, em sua própria casa. Disseram ter conexão de banda larga, embora não soubessem precisar a operadora. De maneira geral, foram atraídas para a Cufa por influência de amigas e/ou parentes que já participavam de atividades da ONG. Outro fator que teria influenciado em seu interesse para participarem da oficina de informática eram os pais, que desejavam que as filhas tivessem algum tipo de qualificação na área. Como esperava, quando pedi que me revelassem que tipo de atividades faziam quando utilizavam o computador, obtive como respostas majoritárias “jogar” e se relacionar com amigos via 'redes sociais', além de Emília, que utilizava também o *Photoshop*.

Da vivência no telecentro da Cufa ficou claro para mim que a presença das

meninas nas oficinas relacionava-se mais com a reafirmação de laços de amizade/parentesco do que com a necessidade de uma inclusão digital. As oficinas de informática básica não pareciam se configurar, para as jovens, como uma grande novidade, pois estavam acostumadas a utilizar recursos sem dúvida mais interessantes e instigantes no computador de casa do que os editores do Office, com destaque para a internet. Essa reafirmação de uma rede parental pode ser reconhecida no relato em que afirmam ter chegado à Cufa por influência de amigos e/ou parentes e pelo próprio laço que as unia, lembrando que algumas delas eram amigas de escola ou, então, tinham relações de parentesco próximas (irmãs e primas).

Nesse sentido, o telecentro da Cufa não se apresenta propriamente como um centro de promoção da inclusão digital, se entendido como um espaço para garantir acesso às TICs aos apartados de sua posse e/ou uso. Por outro lado, o telecentro funciona claramente como um espaço para a socialização das jovens que frequentam as oficinas de informática. Esse aspecto do telecentro, desviante dos objetivos típicos dos projetos de inclusão digital, ressona com experiências relatadas por outros estudos, como, por exemplo, o realizado por Moser (2009), no qual a autora descreve sua experiência etnográfica em laboratórios de informática voltados para a população sem teto de cidades canadenses que acabam se transformando em espaços para criar laços comunitários, preencher as horas ociosas e manter o contato com a família, quando, *a priori*, deveriam ser espaços para a capacitação no uso das TICs com o objetivo de (re)inserir os sem-teto no mundo do trabalho (vide Capítulo 2). Outra experiência que se mostra semelhante à vivenciada no telecentro da Cufa é a descrita pelo estudo etnográfico de Pereira (2007), onde uma lan house da cidade de Porto Alegre é descrita como espaço para o exercício da sociabilidade entre jovens, através, sobretudo, dos jogos *online*.

Oportunidades para fazer do telecentro da Cufa um espaço para experiências que superassem a simples oferta de conteúdo de informática básica poderiam surgir caso um ator se fizesse de fato presente: a internet de banda larga. Em uma fase de expansão da oferta de internet no Brasil – e, porque não dizê-lo, também no Alemão, como revelam os relatos das alunas do telecentro –, esta era, sem dúvida, uma ausência gritante. Segundo Daniel, “antes [da ocupação militar do Alemão] havia o 'gato net'. Agora, há diversas provedores privados e legalizados oferecendo o serviço. A Cufa tem uma

precária conexão via GESAC”.

O Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC) é um programa de inclusão digital do Governo Federal, sob coordenação do Ministério das Comunicações, que visa a universalização do acesso à Internet em todo o território nacional, com foco em localidades onde a infraestrutura dos serviços de comunicação é precária e onde há vulnerabilidade social. Para atingir seus objetivos, o programa possui uma série de iniciativas, que incluem desde a conexão de salas com computadores (denominados 'Pontos GESAC') à internet, via satélite, até um portal com diversos serviços baseados em software livre (PROGRAMA GESAC, 2011). O programa conta, segundo último levantamento realizado, com 11.500 pontos implantados em 4.900 municípios. Ainda segundo dados do programa, as velocidades disponibilizadas aos Pontos GESAC são de 512 kbps para download e 128 kbps para upload (PROGRAMA GESAC, 2011)⁶⁸.

Em uma avaliação mais profunda do serviço oferecido pelo GESAC, Daniel afirmou que

a gente não tem muito problema com relação à manutenção. O nosso maior problema é em relação ao sinal, que é pouco. Há um tempo atrás, inclusive, tentei solicitar um sinal melhor e eles disseram que não tinham mais possibilidade porque não tinha mais sinal disponível. Então, atualmente, esse é nosso maior problema. Queria ter um sinal maior para poder fazer mais coisas [...]. Como, por exemplo, colocar o sinal de internet sem fio. Mas isso não é possível. Quer dizer, possível até é, mas isso vai diminuir ainda mais o sinal. De repente, através dessa internet sem fio, com o sinal bom, disponibilizar pra comunidade usar também, colocar um acesso livre... (DANIEL, 2012, grifos nossos).

De fato, durante os dias em que lá estive, reparei que a internet não era utilizada nas oficinas de informática, servindo para uso da administração da base e para o uso esporádico da comunidade atendida pela ONG – por exemplo, quando, duas alunas da oficina de teatro entraram na sala para fazer uma pesquisa. Perguntado sobre a possibilidade de uma parceria com provedores locais, respondeu que “não percebia interesse nesse tipo de parceria, pois sempre que tentavam uma aproximação, um 'imprevisto' acontecia”. Daniel também fez uma crítica ao projeto de conexão 'livre'

68 Para maiores detalhes sobre o GESAC, consultar portal do programa em <http://www.gesac.gov.br/>.

anunciado pelo governo estadual⁶⁹, tendo em vista a necessidade de que os moradores arcassem parcialmente com custos de infraestrutura, o que poderia acabar limitando, segundo sua avaliação, o alcance desse tipo de projeto, pois muitos moradores de fato não teriam condições financeiras para fazer esse tipo de investimento.

Longe de esmiuçar os motivos que impediam o estabelecimento de uma conexão de internet mais rápida na base do Alemão, o destaque que Daniel dá a essa questão permite demonstrar o agenciamento dos artefatos na configuração daquilo que chamamos 'real'. De fato, a ausência de uma conexão mais rápida limitava as atividades do telecentro ao universo da capacitação em informática básica, *offline*, e impedia a experimentação de outros aspectos da cultura digital, com destaque àqueles relativos à comunicação *online*.

Isolada no alto do morro do Alemão, em um trecho da comunidade onde havia poucas residências, a base da Cufa, à luz dos objetivos alardeados pelos gestores do Casa Brasil e do GESAC, estava longe de se configurar como um espaço de inclusão digital, de exercício de uma cultura digital comunitária e autônoma pautada em ferramentas de *software* livre. Ainda que se possa argumentar que o contrato da Cufa com o Casa Brasil já havia se extinguido, é válido destacar o legado praticamente ausente do programa nas ações posteriores da ONG na área digital. De fato, tal como destacado por Regiane algumas páginas atrás, as ações da Cufa, no âmbito do projeto RAPensando, pareciam estar mais ligadas à necessidade de se executar um orçamento do que a um compromisso real para com a inclusão digital, e, ainda assim, não nos termos originalmente defendidos pelo programa Casa Brasil.

3.1.6 Buscando ressonâncias: limites e possibilidades das inclusões digitais a partir do Programa Casa Brasil

Quando comecei a busca pelas unidades cariocas do Programa Casa Brasil, meu principal objetivo era conhecer a(s) realidade(s) da inclusão digital em cada uma delas,

⁶⁹ Trata-se do projeto Rio Estado Digital, que tem a proposta de disponibilizar acesso à internet sem fio em diversas localidades da cidade, associada à oferta de cursos profissionalizantes na modalidade a distância. Para maiores detalhes, consultar o portal do projeto em <<http://www.rioestadodigital.rj.gov.br/>>.

colocando-as em diálogo com as proposições defendidas pelos concebedores do Programa no governo federal. Em cada uma das unidades, como era de se esperar, encontrei realidades específicas, ligadas, entretanto, por traços de semelhança. Como traço semelhante, através dos relatos de testemunhas-chave de cada local, reconhecemos ecos de unidades em pleno funcionamento enquanto havia durado a parceria com o governo federal e, o que é mais marcante, a desconfiguração de todas as unidades enquanto integrantes do Casa Brasil após o término desta parceria. É neste rearranjo pós parceria com o governo que encontramos, através da trajetória da pesquisa de campo, algumas das especificidades de cada unidade, das quais podemos listar (a) a intermitência das atividades de inclusão digital na unidade Vigário Geral, gerada, sobretudo, pela dificuldade de apoio financeiro à ONG mantenedora do telecentro; (b) a mudança de orientação na visão de inclusão digital da prefeitura do Rio, que inseriu a Casa Brasil do CIAD em programas de responsabilidade social de duas grande empresas multinacionais do setor de TI e (c) a reorientação das atividades do telecentro da Cufa do Complexo do Alemão para atender a uma alegada demanda local por conhecimentos básicos de informática, no contexto de um programa de responsabilidade social de uma grande empresa brasileira (Petrobras) onde a inclusão digital não está colocada como principal bandeira.

Esta reconfiguração das unidades do Casa Brasil demonstra também a multiplicidade da natureza dos agentes/actantes que mantêm coeso o tecido social e contribuem para a obduração, ainda que temporária, do fluxo que dá forma ao que chamamos realidade. Recursos financeiros, licenças de uso e suporte de programas de computador, velocidade de conexão à rede, expectativas do público atendido e discursos sobre o que vem a ser inclusão digital contribuem para a definição dos destinos de cada unidade e, porque não dizê-lo, para a própria produção de versões específicas de inclusão digital em cada uma delas. Também contribui para essa produção, a maneira como, enquanto pesquisador, aproximei-me de cada um desses espaços carregando no bojo o termo inclusão digital, semeando-o na tentativa de colher elementos para tecer uma narrativa capaz de lidar com a complexidade do tema.

Lembro que fui atraído para cada um dos telecentros aqui descritos pelo seu passado enquanto Casa Brasil, um programa que faz o uso explícito da expressão 'inclusão digital'. Entretanto, ressalto minha surpresa ao me aproximar de cada unidade

e perceber que o termo inclusão digital era colocado em cena mais intensamente por mim do que pelas pessoas que entrevistava, com exceção das pessoas que encontrei no CIAD. Esta constatação, longe de ser um problema, reforça a convicção de que o método de pesquisa não só descreve uma realidade, mas também a produz, o que demonstra a indissociabilidade entre o ato de pesquisar, o pesquisador e o próprio 'objeto' pesquisado. Como diria (LAW, 2004, p. 116), “o método não trabalha simplesmente a partir da detecção, mas também a partir da amplificação de uma realidade”^{xlvi}. Em outras palavras, voltando à imagem dos ecos do Casa Brasil, o que fiz, enquanto pesquisador, ao me aproximar de cada unidade, foi reforçar tais sons, em um trabalho de ressonância de uma certa versão de realidade, adormecida, mas presente em traços materiais tais como os relatos dos entrevistados, as placas nos computadores do telecentro da Cufa com a identificação do CNPq⁷⁰, a identidade visual do Programa Casa Brasil quase imperceptível sob outras camadas de tinta nas paredes de alguns dos telecentros e a própria presença dos telecentros em cada local. Para dar um exemplo mais radical, gostaria de destacar os próprios monitores dos telecentros como traços do Casa Brasil, uma vez que, a partir dos relatos, percebemos uma indissociabilidade entre a trajetória deles na área de TI e o programa (caso do José, do CIAD, e de Daniel, da Cufa).

A depender do olhar lançado sobre as realidades dos telecentros do Casa Brasil presentes nesta pesquisa, podemos atribuir a elas o caráter de experiências exitosas ou de fracassos. Um primeiro olhar, de natureza míope, focado nos aspectos mais específicos de cada unidade e distante da compreensão de que as unidades faziam parte de um programa público federal, poderia identificar diversos aspectos positivos, tais como (a) a criação de espaços de uso coletivo que mantêm, ainda que de maneira distinta da originalmente proposta, uma centralidade nas comunidade nas quais se inserem e (b) a formação, ainda que básica, de instrutores/educadores na área de TI, muitos advindos da própria comunidade onde os telecentros se inserem. Em relação ao primeiro aspecto, destaco especialmente o adjetivo “coletivo” porque, tal como observado nas seções anteriores, a posse de computadores e o acesso à banda larga parecem estar se tornando cada vez mais comuns nessas comunidades, o que enfraquece o discurso que coloca os projetos de inclusão digital como meios exclusivos de

70 Para lembrar, o CNPq foi um dos órgãos responsáveis pelo financiamento da infraestrutura do Programa Casa Brasil, incluindo-se aí o pagamento de bolsas.

propiciar acesso às TICs àqueles que não o tem. A experiência na Cufa, por exemplo, mostrou que, embora seja esta a articulação realizada pelos gestores do RAPensando, o interesse das alunas do telecentro pela oficina de informática parece estar mais ligado à reafirmação de laços de amizade e parentesco do que à necessidade de usar computadores e a internet, já que praticamente todas elas relataram ter acesso doméstico a essas tecnologias. O mesmo aspecto pode ser observado no telecentro do CIAD, cujo coordenador relatou que, na fase Casa Brasil pelo menos, o espaço era frequentado por significativo número de senhoras que levavam seus filhos para se tratarem na instituição, o que refletia-se, inclusive, em sua integração ao conselho gestor da unidade. Também no telecentro de Vigário Geral, o espaço, embora não mais centrado em torno da ideia de inclusão digital, contava com a participação da comunidade local, sobretudo senhoras, em oficinas ligadas à uma demanda local por mão de obra qualificada, com destaque para atividades de suporte ao carnaval (corte e costura e adereços). Embora particulares, esses casos demonstram um caminho interessante – certamente, não o único –, para a dinâmica de execução de projetos de inclusão digital que se propõem mais ligados às comunidades.

Um olhar voltado à apreciação mais geral do Programa Casa Brasil, por sua vez, poderia avaliar que as realidades experienciadas/produzidas por esta pesquisa representam um 'sinal amarelo' à pretensão inicial do projeto em tornar-se uma política pública de amplitude nacional. Diversos aspectos corroboram essa avaliação. Em primeiro lugar, poderíamos citar as dificuldades financeiras enfrentadas, sobretudo, pelo telecentro de Vigário Geral e, parcialmente, pela Cufa. Relatos de ambos os gestores colocaram em cena a dependência das ONGs de projetos específicos para se manter funcionando. Um programa como o Casa Brasil, com sua estrutura múltipla e modular, exige verbas para a manutenção de equipamentos, para o pagamento de bolsistas e coordenadores e para a garantia de uma articulação nacional das diversas unidades (fóruns para a troca de experiências, avaliação, formação de recursos humanos, etc.). Sem a garantia desses recursos, não há política pública que se sustente e a ideia de 'autonomia' presente na concepção do projeto transforma-se em 'isolamento'. De fato, ao fim do financiamento do governo federal, foi o que aconteceu nas unidades do programa aqui apresentadas. Outro aspecto que problematiza o caráter do Casa Brasil enquanto política pública diz respeito às dificuldades de se garantir uma ligação forte dos gestores

locais aos preceitos fundamentais do programa defendidos por seus concebedores, a saber, o compromisso com uma inclusão digital articulada com o uso do *software* livre, com a gestão comunitária dos espaços e com a economia solidária. O caso do CIAD é emblemático, nesse caso, pois mostra que mesmo diante de uma unidade de fato assumida pela comunidade e com orçamento próprio para se manter, ocorreu uma mudança radical no uso do telecentro em virtude da defesa da prefeitura por uma inclusão digital mais articulada com a ideia de formação profissional para a inserção no 'mercado de trabalho'.

Alguns desses aspectos foram identificados em uma avaliação parcial do programa realizada pela coordenação nacional do Casa Brasil, em 2007. Baseada em um modelo de avaliação criado especialmente para o projeto, a partir do qual foram elencados diversos indicadores, a coordenação nacional aplicou junto aos coordenadores de 40 unidades em funcionamento até aquela data⁷¹ um questionário com 256 itens, respondidos em encontro presencial. Os indicadores foram distribuídos em quatro grupos, referentes a diferentes dimensões do projeto, a saber: (a) Recursos ou insumos; (b) Gestão ou processos; (c) Resultados e (d) Inclusão social. Segundo o relatório que sintetiza essa pesquisa de opinião,

[o] questionário assumiu a forma de sentenças, em sua maioria objetivas e fechadas, que buscou levantar a opinião dos coordenadores sobre a adequação da infra-estrutura, dos processos de gestão e sobre a satisfação dos entrevistados quanto aos resultados parciais obtidos (PROJETO CASA BRASIL, 2008, p. 10)⁷².

A Figura 14 exibe um gráfico do relatório com os resultados dessa pesquisa, integrante do indicador intitulado “Desenvolvimento social de contexto”, parte da dimensão “inclusão social” e que relaciona-se com “o desenvolvimento social da Casa em seu contexto, isto é, no processo de relação das Unidades com seu entorno em termos de inclusão digital”⁷³. O índice de 82,5% de opiniões positivas relativas à sentença “A comunidade local é incentivada a participar e a tomar decisões” demonstra, pelo menos na opinião dos gestores locais, que havia um esforço para articular a gestão

71 Na lista de unidades, há uma menção à RITS/RJ, que é a unidade mantida em parceria com a Cufa, no Complexo do Alemão.

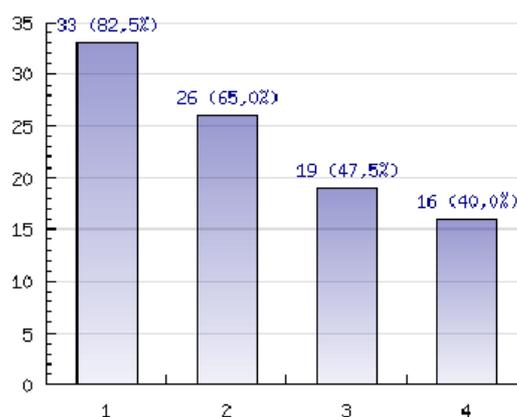
72 PROJETO CASA BRASIL. **Relatório Parcial de Avaliação:** Opinião dos Coordenadores das Unidades Casa Brasil em junho de 2007. Brasília, MCT/CNPq/ITI, 2008.

73 Ibid, p. 57.

das unidades à comunidade local, o que podemos interpretar como uma aproximação com a comunidade.

Em síntese dos resultados da avaliação, os autores do relatório reconhecem que as unidades “têm sido vistas na comunidade como um equipamento público de referência para capacitação em Tecnologia da Informação”⁷⁴. Além disso, também são identificados diversos outros resultados tidos como positivos, segundo a metodologia utilizada, como, por exemplo, a “instalação progressiva das Unidades”⁷⁵, a implementação de uma gestão administrativa e de financiamento e “a efetivação de cursos de capacitação dos usuários das Unidades que têm se caracterizado por serem ações orientadas ao uso autônomo das Tecnologias da Informação e Comunicação e aos serviços de governo eletrônico (e-gov)”⁷⁶.

Gráfico 31 - Opinião afirmativa sobre as atividades de incentivo à participação e ao empreendedorismo das comunidades locais



- 1 - A comunidade local é incentivada a participar e a tomar decisões
- 2 - A comunidade local é incentivada a gerir empreendimentos econômicos e sociais
- 3 - A comunidade local é articulada com outras comunidades
- 4 - A Casa promove ações para geração e recuperação de empreendimentos solidários

De uma maneira geral, os pontos elencados como positivos apontam para a implementação de fato das unidades em cada local, com a disponibilização de infraestrutura e de cursos para a comunidade. Apesar disso, outros resultados, apresentados no relatório como “pontos críticos”, colocam em cena algumas barreiras

74 Ibid, p. 65.

75 Ibid, p. 64.

76 Ibid, p. 65.

para a manutenção das unidades segundo as diretrizes estabelecidas pelo edital do Casa Brasil. Para produzir uma ressonância com as experiências de campo dessa dissertação, vale citar, por exemplo, o resultado referente ao indicador “gestão financeira e de sustentabilidade”, relativo à “gestão contábil e de prestação de contas; articulação de parceiros para fomento e sustentabilidade dos projetos (PROJETO CASA BRASIL, 2008, p. 17)”, que mostrou que nenhuma unidade busca a sustentabilidade através do cooperativismo/economia solidária. Outro ponto crítico destacado no relatório é o que aponta dificuldades enfrentadas pelas unidades para a implementação de uma gestão comunitária, o que, segundo as diretrizes do Casa Brasil, deveria ser realizado através da criação de um conselho gestor. Vale fazer uma citação mais longa:

[O]bserva-se uma dificuldade, segundo a opinião dos coordenadores em operacionalizar o princípio de Gestão colaborativa proposto pelo Projeto. Todos os itens relativos à efetivação do Conselho Gestor das Unidades ainda estão muito aquém da meta. Isso se comprova quando se sistematiza as opiniões dos coordenadores sobre a efetividade das competências e atribuições desse conselho nas Unidades. Em todos os quesitos o índice de aprovação positiva não ultrapassou a 24 (60%) das Unidades instaladas. Os piores índices estão concentrados nos aspectos de formalização dessas atribuições e competências. Apenas em 11 (27,5%) e em 9 (22%) os Conselhos Gestores se encontram com estatuto de funcionamento elaborado e publicado. Contudo, a situação mais preocupante diz respeito ao número de Regimento Interno dos Comitês aprovados e publicados. Segundo a opinião dos Coordenadores apenas em 2 (5%) Casas Brasil se observa efetivado esse item importante da gestão administrativa (PROJETO CASA BRASIL, 2008, p. 31)

Devo destacar que, das unidades apresentadas nessa pesquisa, em somente uma delas foi feita menção ao estabelecimento de um conselho gestor, o que, de alguma maneira, corrobora a pesquisa de opinião. Outro aspecto que a corrobora é o 'desvio' de todas as unidades do caminho proposto pelo Programa Casa Brasil. Como os próprios gestores afirmaram, as dificuldades para a obtenção de recursos financeiros fizeram com que a necessidade de financiamento falasse mais alto do que a observação de diretrizes (uso do *software* livre, gestão colaborativa e fortalecimento do cooperativismo). Nesse sentido, as forças que mantinham as unidades atadas às diretrizes do programa eram demasiado fracas para que se pudesse manter sua existência após o término da parceria com o governo federal.

Corrêa (2007), em trabalho que procura tecer uma narrativa que dê conta de

reconhecer a construção social das políticas públicas de inclusão digital, destaca que o Casa Brasil carregava, em sua concepção, a intenção de ser um projeto integrador de todas as ações de inclusão digital do governo federal, constituindo-se como a política pública oficial brasileira sobre o tema, como uma tentativa de ampliar a experiência prévia que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) havia tido com os telecentros na prefeitura de São Paulo. Apesar dessa intenção, o autor coloca em cena alguns acontecimentos que teriam enfraquecido essa pretensão inicial. O principal deles teria sido a “crise do mensalão”, que derrubou vários dos defensores do Casa Brasil no governo e remodelou a composição de vários órgãos, como revela a saída de Sergio Amadeu da direção do ITI, centro articulador do Casa Brasil na Presidência da República. Assim, Segundo Corrêa (2007, p. 127), antes mesmo da publicação do edital do projeto, os atores que o defendiam dentro do governo encontravam-se afastados ou exonerados de seus respectivos cargos:

[N]o ano de 2004 e ao longo de 2005, o Governo enfrentava uma das maiores crises políticas do Governo Lula, que veio a ser conhecida como a "crise do mensalão". A crise atingiu diretamente os principais apoiadores do projeto dentro da presidência. No dia 16 de Junho de 2005, José Dirceu anunciou sua saída da Casa Civil, de volta para a Câmara dos Deputados. Em 12 de setembro de 2005 foi a vez de Sérgio Amadeu do ITI deixar o Governo. A saída desses atores iria enfraquecer politicamente, não somente o projeto dentro do Governo, mas também a sustentação necessária para que o projeto continuasse sendo visto como a gênese de uma política pública de inclusão digital .

Além da falta de apoio político, ou, talvez, devido a ela, o programa foi vítima de um verdadeiro baque orçamentário, que acabou levando a uma diminuição de sua amplitude na ordem de 1/10 (de cerca de 1000 para quase 100 unidades). Assim, o Casa Brasil, que fora concebido como uma política pública de inclusão digital sólida, já nascia distante de seus objetivos, reduzido a um mero projeto piloto. Além da diminuição do orçamento previsto para a implementação do programa, os recursos, que deveriam ter sido liberados para execução no início de 2005, foram liberados somente em outubro daquele ano, e, para completar o quadro kafkiano da história, quando a licitação do projeto foi finalizada, os recursos não estavam mais disponíveis, pois tinham sido utilizados em outras ações do Ministério da Ciência e Tecnologia (CORRÊA, 2007).

Como o trabalho de Corrêa é de 2007, os resultados da avaliação do projeto Casa Brasil ainda não estavam disponíveis. Entretanto, alguns dos pontos críticos do projeto (destacados na avaliação realizada posteriormente pela coordenação nacional do projeto e vislumbrados no trabalho de campo da presente pesquisa) são antecipados nos relatos de algumas pessoas entrevistadas para a sua pesquisa, com destaque para os problemas de integração entre o governo federal e as instituições mantenedores das unidades e à menção de possível dificuldade de manutenção da estrutura uma vez terminado o aporte de recursos do governo federal.

Os problemas de integração relatados nas entrevistas realizadas por Corrêa (2007) são muito semelhantes aos mapeados pela presente pesquisa, referentes tanto a uma baixa articulação local dos objetivos políticos do projeto (trabalho com *software* livre, instituição de uma cultura gerencial de base comunitária, fortalecimento de iniciativas de economia solidária) quanto a diferenças de concepção sobre o que vem a ser inclusão digital (caso de prefeituras que podem mudar a orientação política do projeto, tirando o enfoque comunitário, por exemplo, ou trabalhando com *software* proprietário).

Sem querer estabelecer uma determinação entre os problemas antecipados por Corrêa (2007) desde o início do programa e as realidades colocadas em cena por esta dissertação, é impossível não identificar uma ligação entre eles, o que demonstra a presença de uma espécie de 'gene' que conferiu ao Programa Casa Brasil o status de uma política pública natimorta.

Uma metáfora útil para a avaliação dos limites e possibilidades postos em cena pela experiência do Casa Brasil é a do rizoma (cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995). Metáfora útil para contrapor-se a um olhar que qualificasse as unidades somente como desviantes das diretrizes estabelecidas no edital do programa, ainda que o período de vigência da parceria com o governo federal já tivesse chegado ao fim. Um olhar que seria extremamente condescendente ao edital, fiel a um modelo de pensamento radicular e essencialista, mais interessado em procurar diferenças/desvios em relação a um determinado padrão de Casa Brasil e que certamente não daria conta de colocar em cena as **relações** encontradas em cada unidade apresentada nesta pesquisa. O rizoma, por sua vez, permitiria considerar aquilo que os autores chamam de linhas de fuga, desterritorialização. Segundo eles, “um rizoma não pode ser justificado por nenhum

modelo gerativo. Ele é estranho a qualquer ideia de eixo genético ou de estrutura profunda (Deleuze; Guattari, 1995, p. 20)”. O rizoma permite vislumbrar as conexões horizontais e inesperadas entre elementos que a princípio não foram colocados juntos. Atentar para este jogo da complexidade, o jogo da vida, tal como exercitado nas narrativas aqui tecidas, poderia, por exemplo, levantar hipóteses para os motivos pelos quais apenas 76 das 90 unidades do Casa Brasil estavam ativas em 2009⁷⁷ e, quem sabe, permitir a criação de editais mais vinculados às questões locais e que enxerguem as articulações entre inclusão digital e desenvolvimento social de uma maneira menos determinística

Segundo Marco Aurélio de Carvalho, coordenador nacional do projeto, “um dos problemas do Casa Brasil é que as iniciativas que ganharam o edital nem sempre estiveram em conformidade com o que o edital determina. As organizações enxergam somente que o governo vai dar bolsa, equipamento, custeio para reformar os prédios, e não prestam atenção em seus compromissos: fazer ação com comunidades, adotar *software* livre, contribuir para a inclusão social” (CARVALHO; SILVA FILHO, 2010). Embora este seja um relato sem dúvida relevante, o mesmo suscita alguns questionamentos: será que os problemas do Casa Brasil residem somente nas dificuldades das organizações em seguir o estabelecido no edital? Ou será que, além das dificuldades enfrentadas pelas organizações locais, o poder público também não tem conseguido articular satisfatoriamente as diretrizes do edital com as particularidades de cada Casa Brasil? Afinal, não nos parece que a ação com comunidades e *software* livre sejam temas tão simples assim de serem fomentados/articulados.

Em suma, não 'estar em conformidade' com o que determina um edital é apenas a ponta de um iceberg. Afirmá-lo como o problema dá a impressão, à primeira vista, de uma postura autoritária, segundo a qual a realidade vivida teria de seguir à risca a realidade prevista. Mas, ainda mais grave, revela uma miopia típica do olhar estatal e planejador, muito afeito a planos e projetos, mas pouco avançado no sentido de

77 No final de 2009, o Casa Brasil passou por uma transferência de órgãos: do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) para o MCT, que antes somente o apoiava. O projeto, que vinha enfrentando sérias dificuldades orçamentárias, passou por uma revisão, quando foi decidido que das 76 unidades remanescentes, apenas 56 poderiam continuar suas atividades. As demais foram descontinuadas principalmente por não-conformidade com o edital do projeto (CARVALHO; SILVA FILHO, 2010).

monitorar a sua entrada em cena. Um edital 'em ação' configura e é configurado por enredamentos locais, ou dito de outra forma, um edital faz rizoma com o mundo onde é introduzido. Sem percebê-lo, a linguagem 'técnica' do administrador público acaba consolidando uma retórica oficial de 'não conformidade', fácil de ser aprisionada em instâncias burocráticas, e que, à revelia do administrador, acaba punindo os 'não conformados', em vez de ensejar uma atitude mais produtiva, a saber, a revisão ágil e flexível de sua intervenção através de editais (o que obviamente demandaria um diálogo mais intenso com os 'não conformados'). Mesmo o mais bem intencionado dos planos, como é o caso do projeto da Casa Brasil, (felizmente!) não tem como escapar às intempéries de um mundo em fluxo.

3.2 QUAIS SÃO OS AGENTES DA INCLUSÃO DIGITAL?: A CONTROVÉRSIA ENTRE TELECENTROS E *LAN HOUSES*

O Observatório Nacional da Inclusão Digital (ONID) é um portal mantido pelo Instituto de Pesquisa e Projetos Sociais e Tecnológicos (IPSO) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), através da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Seu principal objetivo é mapear as ações de inclusão digital no Brasil. Para se fazer presente no ONID, o projeto de inclusão digital deve (IPSO e MPOG, 2010):

- (oferecer) conexão à internet no estabelecimento, que tem que possuir mais que três computadores (a não ser em áreas remotas ou com problemas de energia);
- ser aberto à população, ainda que em tempo parcial (uma escola, por exemplo, desde que libere o acesso nos finais de semanas);
- não possuir fins lucrativos e, se cobrar por necessidade de sustentabilidade, é preciso informar o que é feito com os recursos.

Ao todo, o ONID possui mapeados e listados 94 programas de inclusão digital, o que compreende 8079 telecentros. Neste local, o telecentro parece ser o modelo de inclusão digital por excelência. Segundo o ONID,

[t]elecentros, muitas vezes também chamados de infocentros, são

locais de acesso à Internet e de utilização de outros recursos de informática. Abertos a uma comunidade local, oferecem cursos e, principalmente, uso livre dos equipamentos por um tempo determinado, em geral com orientadores para possíveis auxílios ao usuário (IPSO e MPOG, 2010).

A escolha por esse modelo pode ser compreendida através do relato de Rodrigo Assumpção, coordenador do Comitê Técnico de Inclusão Digital (CTID)⁷⁸. Segundo ele,

[o] observatório foi uma tarefa delegada a este grupo, à secretaria [de Logística e Tecnologia da Informação] (...), pelo CTID do governo federal; e este comitê estabeleceu premissas de atuação. E estas premissas ajudam até mesmo a fazer uma linha de corte. Qualquer pesquisa precisa ter uma linha de corte; o que está dentro da pesquisa e o que não está dentro da pesquisa (ASSUMPÇÃO, 2010)⁷⁹.

Ao detalhar os critérios de estabelecimento desta “linha de corte” da pesquisa encomendada ao ONID, Assumpção vai além e estabelece um contraponto entre o telecentro e uma outra entidade, a *lan house*:

Não é nossa tarefa mapear negócios [...] A finalidade de lucro impede, ou, pelo menos, obstaculiza, dificulta, ações de caráter comunitário [...]. Para um telecentro comunitário, o fato de uma pessoa estar ali há horas na frente do computador fazendo algo útil pra comunidade pode valer muito mais do que para uma *lan house* as horas que uma criança passa jogando um joguinho [...]. Eu não tenho nada contra o joguinho, acho que todo telecentro comunitário tem que permitir que a molecada jogue joguinho, mas numa *lan house* é até o contrário: há um estímulo pra que se fique neste uso superficial, porque esse uso superficial, conforme o tempo, entra recurso, mas não há um aprofundamento, nem do conhecimento tecnológico, nem do uso dessa tecnologia pra haver um retorno pra comunidade (ASSUMPÇÃO, 2010).

O relato ajuda a visualizar bem como as categorias de análise que escolhemos para definir nossa compreensão/ação sobre o mundo possuem uma natureza ontológica por excelência. O esclarecimento que Assumpção faz sobre as linhas de corte de uma pesquisa, definidoras do que estará dentro e do que estará fora da pesquisa, possui forte

78 O CTID “foi instituído no âmbito da Presidência da República e tem competência para estabelecer as diretrizes gerais de gestão e aplicação dos recursos financeiros destinados ao Programa de Inclusão Digital, assim como acompanhar e monitorar a implementação e desempenho dos projetos do Programa (Portal de Governo Eletrônico do Brasil, 2010)”.

79 Entrevista disponível no portal do ONID.

ressonância com a ideia de política ontológica utilizada por Law (2004), apresentada no Capítulo 2. A escolha do CTID em opor o modelo de telecentros às lan houses, e sua decisão em considerar somente os primeiros como exemplos verdadeiros de inclusão digital, empurra as últimas para fora da linha de corte, ou, utilizando o vocabulário de Law (2004), as alteriza. As lan houses, neste caso, não estariam legitimadas como locais da inclusão digital. No máximo, elas ajudariam a molecada a se divertir, ainda que a diversão do jogo seja vista como um uso “superficial” das TICs – sem que seja apresentado o que seria um uso 'profundo'. Resumindo, as lan houses são alterizadas da realidade da inclusão digital – pelo menos, da realidade performada pelo ONID e sua hinterlândia, lembrando que esta palavra, nesse contexto, designa as “relações materiais e literárias [...] que incluem informações sobre as realidades e as realidades em si” (LAW, 2004, p. 160)^{xlix} ou, para ser mais específico, a complexa e viva rede de entidades humanas e não-humanas que conforma a inclusão digital no contexto do ONID.

Esta dicotomia que o coordenador do CTID estabelece entre lan house e telecentro, entre uso superficial e útil, entre privado e público, esta necessidade que ele demonstra para desconstruir uma possível realidade das lan houses como lugares de inclusão digital, parece indicar que há outros espaços, outras hinterlândias, nas quais esta realidade é colocada em cena. Que hinterlândias são essas? Qual a sua materialidade? Que pessoas e discursos as compõem? Que relações as sustentam?

3.2.1 As lan houses se articulam

Cena 10

Rio de Janeiro. Novembro de 2010. Estamos em uma sala de reunião no Centro de Tecnologia e Sociedade da Fundação Getúlio Vargas (CTS/FGV). Enquanto guardamos a chegada de um pesquisador do CTS, aprecio a bela vista da praia de Botafogo. Na sala, além de mim, estão o Mario Brandão e um assessor de um deputado estadual ligado à causa das lan houses. Meu objetivo era conhecer o pessoal da FGV que estudava o fenômeno das lan houses nas periferias; não tinha a menor ideia do que seria discutido em breve. Quando o pesquisador chega, começa uma discussão a respeito de estratégias para se aprovar um projeto de lei estadual que derrubaria uma lei que impede a presença de lan houses num raio de 1 km de qualquer escola.

Mario Brandão é presidente da Associação Brasileira de Centros de Inclusão Digital (ABCID). Cheguei até ele quando fiz uma pesquisa no Google relacionando os termos 'inclusão digital' e 'lan houses'. Ao receber a resposta do motor de buscas, encontrei guarida em uma nova hinterlândia, na qual algumas novas entidades começaram a se fazer presentes. A primeira delas foi a ABCID. Segundo Brandão,

em 2004, 2005, uma empresa que trabalhava com *game houses* ao longo do mundo organizou um encontro em São Paulo (...) Acabei encontrando gente da Bahia, de Minas, de São Paulo, do Paraná, falando assim: *cara, não é só no Rio* [que há dificuldades] (...) A gente montou uma comunidade [no Orkut] pra interação, pra troca de informação (BRANDÃO, 2010).

As dificuldades relatadas por Brandão referiam-se a problemas com a justiça e com agentes policiais, pois, segundo ele, as lan houses eram identificadas como espaços de prática da pedofilia e de incentivo à violência através de jogos eletrônicos e até mesmo como culpadas pela evasão escolar. Em suas palavras, “nunca tinha ido numa delegacia até abrir uma lan house. Eu nunca tinha tido um tratamento de criminoso até que eu tivesse decidido enveredar por esse negócio [...]. Chegavam: *você tem internet então tem foto de criancinha pelada*” (BRANDÃO, 2010).

As interações realizadas na comunidade 'virtual' visavam sobretudo melhorar a imagem das lan houses, com “o propósito de ser o espaço onde a pessoa que fosse de

bem, que quisesse levar seu negócio à sério, pudesse encontrar todas as informações que quisesse sobre o mercado, sobre o ramo em que ele atua (BRANDÃO, 2010)”. Na comunidade, destacaram-se lideranças e surgiu então a ideia de criar uma associação de nível nacional para lutar pela melhoria das condições de trabalho, associando a atividade à inclusão digital.

O batismo da associação, curiosamente, funcionou como uma reinvenção do conceito de inclusão digital. A escolha, segundo Brandão, deu-se em primeiro lugar procurando um nome em português, pois as lan houses, em sua concepção, seriam um fenômeno tipicamente brasileiro⁸⁰. A escolha por CID (Centro de Inclusão Digital) se deu porque esta seria uma sigla “pegável” e porque dava a ideia de

um centro, uma aglutinação, que promove inclusão digital (...) Pra gente, inclusão digital é mais do que alfabetização digital (...) É tudo! (...) Os verdadeiros⁸¹ centros plurais neste processo são as lan houses (BRANDÃO, 2010).

Neste processo de reinvenção da inclusão digital, outros elementos também têm sido colocados em cena. Especial destaque deve ser dado às pesquisas de uso das TICs no Brasil, conduzidas pelo Comitê Gestor da Internet (CGI). Tais pesquisas tem revelado o papel central das lan houses no acesso ao computador e à Internet, sobretudo nas camadas da população com renda baixa (ver Capítulo 4).

Neste mesmo caminho, a Fundação Getúlio Vargas, através de seu Centro de Tecnologia e Sociedade, vem trabalhando em pesquisas relativas ao fenômeno das lan houses em algumas capitais. Em parecer destinado à Câmara dos Deputados, por

80 Na verdade, o fenômeno das lan houses, se entendido como a existência de centros públicos de acesso pago, usualmente denominados cybercafés, pode ser encontrado em outros países, o que, de certa maneira, enfraquece o argumento de Brandão. Para maiores detalhes, ver Pereira (2008).

81 O estatuto da ABCID, em seu Artigo 4, diz que “(a) Associação tem por objetivo incentivar a Inclusão Digital de modo a melhorar a qualidade de vida e a inclusão social que essa ação produz; e entende que para esse objetivo é preciso fomentar, divulgar e desenvolver projetos que resultem em identificar e congregar, para defesa de seus interesses, as empresas que se dediquem ao oferecimento do acesso compartilhado à internet e tecnologia, incluindo, mas não se limitando ao segmento de Lan Houses, Cyber Cafés, Cyber Games, EICs, e-Conveniência ou outras lojas ou centros de acesso e comunicação, para a difusão social da informação em benefício das comunidades onde estão inseridos esses Centros de Inclusão Digital, sendo esse fator gerador de direito ao acesso democrático à informação, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento da sociedade de forma geral (ABCID, 2008)”.

exemplo, foram identificados entraves às lan houses atribuídos à legislação⁸², na época da realização dessa pesquisa de campo, assim como foi discutido de que maneira poderiam ser implantadas

soluções legislativas capazes de fomentar o potencial de inclusão digital trazido pelo empreendedorismo, bem como utilizar tais empreendimentos como instrumento para a elaboração de políticas públicas, notadamente como agentes multiplicadores de formalização de outros negócios em seu entorno (LEMOS et al., 2010).

A Cena 10 é um indício da materialidade desta rede heterogênea, formada pelo estabelecimento de vínculos/traduições entre as lan houses e seus donos, o presidente da ABCID, a academia (na figura da FGV) e parlamentares, que colocam em cena uma realidade na qual esses estabelecimentos são identificados como agentes da inclusão digital. A maneira como Mario Brandão transita por esses espaços lembra muito a figura do cientista que trabalha fora de seu 'laboratório' para fazer com que as proposições produzidas dentro dele sejam reconhecidas como 'reais' e aparentem 'se difundir' pela sociedade como se tivessem força própria (LATOUR, 2000). Segundo essa visão, Brandão, no labor de fazer com que as lan houses sejam reconhecidas como legítimos centros de inclusão digital, precisa percorrer grandes distâncias e convencer um diverso e elevado número de atores da importância e veracidade de suas convicções.

A entrevista realizada com Brandão ocorreu na sede da ABCID, que fica na lan house administrada pelo próprio, no bairro da Abolição, Zona Norte do Rio de Janeiro. Além de local de trabalho, o espaço é também sua residência, o que mostra bem alguns dos traços marcantes deste tipo de negócio, isto é, o de estabelecimento familiar de pequeno porte, administrado, em geral, por empreendedores individuais e autônomos. Como característica que destacava a lan house de Brandão da maior parte dos estabelecimentos Brasil afora destacava-se o 'caráter formal' de seu negócio, entendendo-se 'caráter formal' como a existência de registro do estabelecimento nos órgãos de controle do Estado ou, em outras palavras, a existência de alvará de funcionamento. Citando matéria da Agência Câmara, o estudo da FGV “informa [, por

82 As restrições consideradas na parecer são inúmeras, tais como: (1) restrição ao acesso de crianças e adolescentes (portaria n. 14/2004 do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca do Rio de Janeiro); (2) processo burocrático para a obtenção de alvará de funcionamento; (2) Distância de pelo menos 1 km entre lan houses e estabelecimentos de ensino médio e fundamental (Lei Estadual do RJ n. 4.782/2006) (Lemos *et al.*, 2010).

exemplo ,] que das 108 mil lan houses em funcionamento no Brasil, menos de 1% possui alvará de funcionamento” (LEMOS et al., 2010).

Há diversos estudos acadêmicos sobre o fenômeno das lan houses no Brasil, que, explícita ou implicitamente, as relacionam à questão da inclusão/exclusão digital. Além dos estudos da FGV, Olívia Carvalho (2010), por exemplo, realizou um estudo etnográfico em uma lan house e em um telecentro do Morro do Estado, na cidade de Niterói, com o objetivo de investigar a contribuição desses dois tipos de estabelecimentos para a inclusão digital no Brasil. Vanessa Pereira (2008), por sua vez, realizou uma etnografia em uma lan house situada na cidade de Porto Alegre, com o objetivo de mapear as redes *online* e *offline* de jovens frequentadores desses espaços, destacando sobretudo o papel dos jogos na configuração dessas redes. Realizadas em áreas periféricas de duas importantes cidades brasileiras, os trabalhos das pesquisadoras reforçam a percepção de que as lan houses são um fenômeno social relevante, cuja investigação se faz necessária para se entender a construção de uma cultura digital brasileira. Além disso, ajudam a sedimentar a percepção das lan houses como fenômeno típico das “periferias”.

3.2.2 – Entre formalidade e informalidade, das casas de jogos aos centros de acesso pago: breve perfil das lan houses em uma comunidade carioca e seu lugar nas políticas públicas de inclusão digital.

Após realizar os primeiros movimentos de pesquisa referentes à busca por uma hinterlândia onde as lan houses pudessem ser consideradas elementos centrais para a configuração de uma inclusão digital, resolvi visitar lan houses em uma periferia próxima à UFRJ: a Maré. Assim, vi-me novamente no local onde começara a dar os primeiros passos desta pesquisa (ver Prelúdio).

Estive em uma das 16 comunidades que compõem o bairro. A primeira lan house que visitei ficava em um dos acessos à comunidade. O dono me informou que estava naquele ramo há cerca de quatro anos e que no início não oferecia serviço de lan house; e sim outros, como 'xerox', por exemplo. Fiquei mais interessado em seu relato quando

disse-me que havia administrado uma lan house no interior da comunidade e que “lá dentro era complicado”, dada a dificuldade de se manter como um serviço legalizado. Além disso, os “donos da comunidade”⁸³ haviam feito uma reunião, porque ele estaria praticando preços abaixo da maioria dos outros estabelecimentos. Destacou que, embora este não tivesse sido exatamente o motivo de sua transferência, “não morava lá” e, portanto, não precisava se submeter a certas “imposições”.

Esclareceu que o custo de manutenção da lan house “dentro” da comunidade era cerca de metade do que ele tinha na “pista”, isto é, fora da comunidade. “Na pista [, completou,] é legalizado”, dando a entender que, por conta da informalidade dos serviços de manutenção dentro da comunidade, os preços cobrados eram menores do que fora, uma vez que não era necessário arcar com os custos da formalização (impostos, alvarás, taxas, etc.)

Fez questão de pontuar que seu negócio não era “somente lan house” e que não possuía jogos instalados nas máquinas. O perfil dos clientes era de pessoas que trabalhavam nos arredores e que não queriam entrar na comunidade para ter acesso aos serviços. Ainda assim, informou que antigos e fiéis fregueses da comunidade costumavam aparecer em sua nova loja, procurando um lugar mais “tranquilo” para trabalhar, pois nas lan houses do interior da comunidade haveria muito barulho, com a constante presença de crianças ao redor das máquinas, envolvidas em jogos eletrônicos⁸⁴.

Em sua lan house, alguns dos serviços mais procurados eram: pesquisa escolar, 2ª via de conta, certidões diversas, matrícula escolar, além das redes sociais e do Youtube. Disse, ainda, que estava pensando em acabar com a lan house, pois “hoje em dia computador é barato; compra-se um com cerca de 500 reais e na comunidade tem o gato-net, com custo de acesso [à internet] reduzido”. Reconheceu, contudo, que dentro da comunidade o movimento era muito maior, mesmo diante da crescente facilidade em se obter recursos de TI.

Informou ainda que “tudo era legalizado”, mostrando o alvará e a cópia da

83 “Donos da comunidade” é uma clara referência aos traficantes de drogas que mantêm a comunidade sob domínio territorial.

84 Gostaria de destacar neste trecho o papel aglutinador que o jogo possui. Uma verdadeira comunidade. Sobre as relações entre jogos eletrônicos, lan houses e a configuração de comunidades de jovens entre/com estes elementos, ver o interessante estudo etnográfico de Pereira (2007).

legislação pendurados na parede. Esclareceu que as lan houses dentro da comunidade não precisavam fazer coisas que ele, como legalizado, precisava: cadastro de CPF e RG, impedimento de entrada de estudantes uniformizados, cadastro de CPF de responsável – quando o usuário é menor de idade –, dentre outras. Apesar disso, não se queixou da legislação, pois “lei é feita pra ser seguida”.

Perguntado sobre a existência de uma associação de lan houses, disse-me que já vira, pela internet, os sites do CDI e do SEBRAE, mas que não havia considerado suas propostas interessantes. Em uma rápida estimativa, informou que somente dentro da comunidade, em cuja entrada nos encontrávamos, havia cerca de 150 lan houses.

Dentro da comunidade visitei duas lan houses. A primeira, bem pequena (contei, rapidamente, umas oito máquinas), estava mergulhada na escuridão. Na porta, de vidro fumê, não havia nenhuma indicação de que ali funcionava uma lan house (eu só o sabia porque havia perguntado a um comerciante vizinho). Um homem com cerca de 35 anos abordou-me, demonstrando desconfiança quando entrei e perguntei pelo dono do estabelecimento (sua resposta foi: “algum problema?”). Esclareci quem era e de onde vinha. Disse-me que o dono não estava no momento e, como ele estava ocupado, talvez fosse melhor retornar em outro dia (reparei que ele ajudava uma mulher a preencher algum tipo de documento, no computador). A sala estava abarrotada de crianças e adolescentes. Reparei, de relance, que, embora a maioria estivesse jogando, muitos acessavam redes sociais.

Impressionante o comércio popular da comunidade; não deixa nada a dever, por exemplo, ao Saara, um dos principais centros de comércio popular do Rio de Janeiro. Conforme se vai adentrando a comunidade, o comércio vai ficando mais esparsa e as residências vão se fazendo mais presentes. A única coisa que não muda é o movimento intenso de pedestres e de motocicletas, que oferecem o chamado serviço de mototáxi, que permite aos moradores chegar rapidamente em suas residências acessadas muitas vezes por becos estreitos, onde um automóvel não poderia passar.

Encontrei uma outra lan house. A primeira diferença em relação à anterior é que havia na porta uma listagem com os serviços oferecidos. O espaço era ainda menor que no primeiro. Os micros estavam 'escondidos', mais exatamente no fundo da loja, e separados uns dos outros através de biombos, o que dificultava ver em detalhes o que estava se passando com as máquinas e seus usuários. De qualquer forma, pude observar

que o número de máquinas era menor do que na primeira loja: umas cinco, talvez. Uma mulher simpática me atendeu e, embora aparentemente desconfiada, aceitou participar da pesquisa.

Era proprietária do negócio há três anos. Disse estar satisfeita, embora o lucro não fosse “uma maravilha”. Trabalhava em horário comercial e não virava a noite como em outras lan houses da comunidade.

Ela restringia o uso de certos aplicativos, para evitar “bagunça” nas máquinas. Não havia jogos instalados, por exemplo, embora jogos on-line fossem permitidos. Aplicativos para a edição de documentos também só estavam disponíveis em sua máquina pessoal; o cliente tinha que pedir a ela para fazer o serviço no balcão. A maior parte dos clientes eram adultos. Chamou a atenção o ambiente luminoso, bem diferente da primeira lan house.

Perguntei se conhecia alguma entidade que reunisse os donos de lan houses, ao que respondeu negativamente, acrescentando que, como nunca esbarrara com uma iniciativa do gênero, não havia pensado em procurar uma. Também não conhecia ações governamentais referentes a lan houses, nem o termo 'inclusão digital'. Interessante destacar que ela era moradora da comunidade, assim como a maior parte dos usuários (os que não moravam na Maré eram trabalhadores do comércio local, que, em geral, usavam o espaço para acessar e-mails). A situação jurídica do estabelecimento, como esperado, era informal.

Essa breve caminhada na Maré colocou em cena dois perfis de lan houses. Fazendo um esforço classificatório, identifiquei (a) um perfil voltado mais para jogos, marcado pelo ambiente escuro e pela presença forte de jovens em busca de interação e diversão e (b) um perfil voltado mais para o acesso à internet e à oferta de serviços de escritório (como impressão de documentos e fotocópia). Esses perfis foram de alguma maneira construídos/mapeados/identificados pela pesquisa de Pereira (2008), onde é estabelecida uma dicotomia entre as lan houses e os cybercafés. Esses últimos, segundo a pesquisadora,

podem funcionar com menos do que cinco computadores, pois não têm o objetivo de conectar as pessoas num mesmo espaço físico para compartilhar um programa em comum [como nas lan houses, por exemplo]. Tais espaços são mais utilizados como veículo de acesso à rede da Internet (para olhar e-mails, pesquisar na Web, acessar banco online, participar de um chat, entrar no Orkut, no MSN). As máquinas

de um cybercafé tampouco necessitam de um desempenho de ponta como em uma lanhouse, (...) um requisito indispensável para os jogadores aficionados. (...) Outro aspecto comparativo (...) é a disposição dos computadores que, embora em ambos os casos sejam lado a lado, com mesas unidas, nos cybercafés são características as divisórias (...) entre as mesas dos computadores; já nas lans, elas são inexistentes (PEREIRA, 2008, p. 44).

Embora não seja o objetivo desta dissertação estabelecer uma identidade única para o que melhor caracteriza uma lanhouse ou um cybercafé, estar atento à política ontológica inerente a essas tentativas de classificação é um esforço necessário em uma pesquisa como esta. A dicotomia entre as categorias 'casa de jogos' e 'centro de acesso à Internet' foi também destacada, e problematizada, por Carvalho (2010), que lembra existir uma distinção semelhante no sistema de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Até 2010, as lan houses recebiam o código 9262-2, com o descritivo “EXPLORACAO DE JOGOS NO COMPUTADOR (LAN HOUSE), SERVICOS DE”⁸⁵, mesma classe atribuída a bingos e casas de jogos de azar, por exemplo. Esta situação criava ainda mais obstáculos à formalização desses estabelecimentos, como, por exemplo, os representados pela exigência de alvarás cujo processo de concessão se apresentava como uma entrave burocrático e até mesmo pela proibição ao ingresso de crianças e adolescentes (LEMOS et al., 2010). Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo sistema CNAE, a partir das discussões travadas na Comissão Especial dos Centros de Inclusão Digital (lan houses)⁸⁶, alterou o lugar das lan houses e afins no sistema (CONVERGÊNCIA DIGITAL, 2010). Com as mudanças, as lan houses e cibercafés passaram a ser classificadas em três categorias (subclasses, no vocabulário do sistema) distintas, a depender da atividade predominante. A Tabela abaixo lista essas categorias, com os códigos e respectivos descritivos.

85 Consulta ao sistema CNAE (banco de dados versão 1.0) realizada usando as palavras-chave “lan house” e “ciber café”. Disponível em <<http://www.cnae.ibge.gov.br/pesquisa.asp>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

86 Comissão da Câmara dos Deputados instituída com o objetivo de analisar o Projeto de Lei no 4361 de 2004.

Tabela 1: Códigos de descrição de lan houses e cybercafés no sistema CNAE⁸⁷.

Código da subclasse	Descrição
8299-7/07	“LAN HOUSE COM ACESSO À INTERNET PREDOMINANTE PARA APOIO ADMINISTRATIVO OU ESCRITÓRIO”
9329-8/04	“LAN HOUSE COM ACESSO À INTERNET PREDOMINANTEMENTE PARA JOGOS EM REDE” ou “CYBER CAFÉ COM PREDOMINANCIA DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS ELETRÔNICOS E ACESSO À INTERNET”
5611-2/02	“CYBER CAFÉ COM PREDOMINÂNCIA DE SERVIÇO DE BAR”

O novo sistema de classificação lida com a multiplicidade das atividades realizadas em lan houses e cybercafés a partir da ideia de 'serviço predominante'. Com isso, um mesmo estabelecimento pode ofertar, simultaneamente, os serviços de jogos em rede e de acesso à internet, desde que a atividade predominante na prática seja a prevista em seu código CNAE. A nova classificação alterou ainda a classe das casas de bingo, para 9200-3/01, dissociando-as definitivamente das casas de jogos eletrônicos com fins recreativos, como as lan houses.

Embora tais mudanças não sejam condição suficiente para que a legislação sobre as lan houses não se configure como um entrave à formalização desse tipo de estabelecimento, elas ajudam a mostrar como uma 'simples' mudança em categorias de classificação pode ter consequências práticas reais, como, por exemplo, a dissociação entre lan houses e casas de jogos de azar.

Com esses relatos, não pretendo de forma alguma colocar em cena um discurso único sobre o lugar das lan houses nas políticas públicas de inclusão digital. Gostaria de evocar a ideia de uma realidade fracional/múltipla, “mais do que uma e menos do que muitas” (LAW, 2004, p. 62)¹. Neste sentido, a realidade das lan houses estaria distante tanto da performatividade elaborada pela hinterlândia do ONID (na qual as lan houses

⁸⁷ Consulta ao sistema CNAE (banco de dados versão 2.1 – subclasses) realizada usando as palavras-chave “lan house” e “ciber café”. Disponível em <<http://www.cnae.ibge.gov.br/pesquisa.asp>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

são alterizadas), quanto da unicidade ressonante nos discursos daqueles que veem as lan houses como exemplos “verdadeiros” de uma suposta inclusão digital, como é o caso da ABCID. O próprio desconhecimento do termo 'inclusão digital', por parte de alguns proprietários de lan houses na Maré, expressa esta multiplicidade.

A constituição de políticas públicas de inclusão digital tendo como vetores as lan houses tem que levar em conta esta fracionalidade/multiplicidade. Caso não o façam, estarão muito provavelmente condenadas ao fracasso. Ao fazê-lo, por outro lado, embora não haja garantias de que serão bem sucedidas, creio que será muito maior a probabilidade de colocarem em cena uma inclusão digital mais ampla e plural e, talvez, o mais importante, uma inclusão digital que não soe como um projeto modernizante e civilizatório, vindo de cima para baixo. Afinal, encontramos uma série de discursos (O ONID é apenas um deles) que sempre se preocupam em dizer qual a maneira mais correta dos indivíduos se inserirem na cultura digital, mas dificilmente vemos uma construção em sentido contrário, baseada em um diálogo com os supostos excluídos. Baseados na ideia de que esses indivíduos não possuem cultura, nem conhecimento, e de que as TICs estariam levando tais bens a eles, esses discursos hegemônicos trazem consigo uma visão de impacto, isto é, das TICs vindo de lugar nenhum para modificar a comunidade, quando na verdade, tais políticas/tecnologias têm sim suas origens e intenções determinadas. A narrativa tecida neste trabalho indica que esta é uma visão que deve ser superada por uma outra mais flexível, que substitua a noção de inclusão por uma outra mais próxima da relação, da conexão parcial com práticas já enraizadas. Neste sentido, as perguntas sobre o papel das TICs nessas comunidades devem se preocupar em saber como se dão as relações dos indivíduos entre si e entre estes e as coisas que o rodeiam. No caso da Maré, por exemplo, tanto as políticas para as lan houses, quanto aquelas voltadas para telecentros poderiam se preocupar em saber como se articulam as crianças, os jogos, as escolas, as 'redes sociais' (virtuais ou não), as motocicletas que vem e vão, o comércio intenso, rico e colorido, os traficantes de drogas, os serviços públicos, etc.

Alguns movimentos neste sentido parecem estar se configurando. Além de legislações menos criminalizantes e que procuram formalizar o setor, começam a surgir, ainda que timidamente, políticas públicas que envolvem lan houses⁸⁸. Um projeto de lei

⁸⁸ Para discussões acerca de políticas públicas, em diversas áreas, envolvendo as lan houses, ver Cornils (2009). Para uma narrativa CTS da relação entre lan houses e inclusão digital, ver Soares (2012).

visando a regulamentação das lan houses (PL 4361/04), por exemplo, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda a apreciação do Senado Federal. Caso transformado em lei, as lan houses receberão incentivos à formalização, terão facilidades para a obtenção de financiamento público para a aquisição de máquinas e poderão realizar convênios com os entes federados (ALVES, 2010; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013). São movimentos que visam criar novas hinterlândias, onde são colocadas em cena novas concepções de inclusão digital, que não entram necessariamente em conflito com outras já estabilizadas. Não se trata de um modelo ou outro de inclusão digital; nem de modelos desconexos, independentes. Trata-se de pensar a intersecção/articulação entre eles, entra suas hinterlândias. Parafraseando Cecília Meireles: nem isto, nem aquilo; o entre.

4 LEGADOS NARRATIVOS E OS RUMOS DAS INCLUSÕES DIGITAIS NO BRASIL

“O critério fundamental para se avaliar uma explicação antropológica é: que tipo de saída ela deixa para aqueles de que ela fala?”⁸⁹”

(Eduardo Viveiros de Castro, 2013)

“Para nós, problemas e obstáculos não são motivos para desistir, mas sim desafios a serem vencidos, juntos com gente de cada região. Portanto, o nosso clamor por Inclusão Digital e participação social impõe-se, acima de tudo, como condição para uma sociedade mais justa e igualitária. A luta, certamente, continua e continuará!”

(Grito da Exclusão Digital, 2012)

Os projetos de inclusão digital apresentados no Capítulo 3, diversos em relação a objetivos, retóricas, formas de implementação, tecnologias utilizadas e pessoas envolvidas, mostram a complexidade inerente ao estudo da inclusão digital e a impossibilidade de se tecer uma realidade única sobre o tema no Brasil. Sendo assim, qualquer narrativa que se coloque sensível a essa complexidade deve evitar o movimento comum de reduzi-la, simplificá-la. Em uma perspectiva sociotécnica, problematizar a inclusão digital é um trabalho que deve ser realizado tendo em vista a seguinte lista, não exaustiva, de questões a serem consideradas:

- Que atores fazem uso da retórica da inclusão digital?

⁸⁹ Comentário feito pelo antropólogo em sua conta no Twitter em 13 mar. 2013. Disponível em: <<https://twitter.com/nemoid321/status/311900047283466240>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

- De que lugar eles falam/agem?
- Que atores são enredados (e/ou deixados de fora) na retórica da inclusão digital?
- Neste movimento, que redes são fortalecidas e/ou enfraquecidas? Ou, dito de outra forma, quais os mundos (des)construídos pelos projetos de inclusão digital? Ou, ainda, qual a política ontológica das retóricas da inclusão digital?

Na perseguição de respostas para essas perguntas foi sendo construída esta dissertação. Revisitando esse processo, foi apresentado no Capítulo 1, Prelúdio, um caso no qual foram antecipadas diversas questões que se fizeram presentes ao longo de toda a caminhada de pesquisa. Estão lá o raciocínio causal que relaciona inclusão digital à inclusão social; o envolvimento das ONGs e do poder público com o tema; as 'periferias' como território de implementação preferencial dos projetos; a presença, ainda que marginal, das lan houses, nas falas de diversos atores, e o interesse de grandes empresas da área de TI nesses territórios.

Tal como destacado no Capítulo 2, a retórica que estabelece uma causalidade entre acesso às TICs e desenvolvimento social pode ser relacionada a um forte determinismo tecnológico, que submete a configuração da sociedade às tecnologias, ignorando as múltiplas (in)determinações que se estabelecem no encontro entre humanos e máquinas. A partir dessa percepção, defini dois objetivos para esta dissertação, a saber: **(a) mapear a historiografia da 'inclusão digital'** e **(b) contribuir com elementos para a configuração de políticas públicas de inclusão digital renovadas, sensíveis a aspectos tais como: a complexidade da vida, o valor do conhecimento local e a agência dos artefatos.**

Uma vez colocados em cena os objetivos da dissertação, apresentei, ainda no Capítulo 2, uma revisão bibliográfica sobre o tema, destacando, sobretudo, a literatura de caráter CTS. Tal revisão permitiu a construção de uma narrativa onde foi possível construir uma história das origens do termo, cujos registros de fundação estão inscritos em documentos do governo norte-americano, que, por sua vez, inspiraram fortemente as ações e preocupações do governo brasileiro na área de TI no início do século 21 – inscritas, sobretudo, no Livro Verde, publicado em 2000.

Após (re)conhecer a historiografia sobre o tema, lancei-me em uma investigação praxiográfica (LAW, 2004), apresentada no Capítulo 3, sobre o Casa Brasil e sobre a

controvérsia a respeito do lugar das lan houses nas políticas públicas relativas ao tema.

Na aproximação do encerramento dessa dissertação, procuro destacar alguns aspectos das narrativas aqui tecidas que contribuam para o objetivo do trabalho. Em última instância, parafraseando o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, pergunto-me: **que tipo de saída o presente trabalho deixa para as políticas públicas de inclusão digital no Brasil e para os supostos excluídos?**

Para responder a pergunta, destacarei antes os traços sociotécnicos das narrativas, isto é, o conjunto de atores que constituem as redes apresentadas, as retóricas construídas e sua política ontológica. Embora esses aspectos já tenham sido destacados no Capítulo 3, o objetivo aqui é fazer um esboço de sistematização que permita criar vínculos entre os diversos casos e tecer um panorama geral dos esforços de inclusão digital no Brasil.

4.1 A INCLUSÃO DIGITAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

Um aspecto óbvio das ações de inclusão digital colocadas em cena neste trabalho é seu caráter de ação governamental ou de política pública, articulada, em maior ou menor grau, entre as diversas esferas de governo e a sociedade civil. Isto está explícito, por exemplo, no programa Casa Brasil, no GESAC e no ONID. Como anteriormente citado, este aspecto foi abordado pela pesquisa de Corrêa (2007), segundo o qual o Brasil não tinha, pelo menos até 2007, quando sua tese foi defendida, uma “estratégia nacional de inclusão digital” (CORRÊA, 2007, p. 8). Segundo sua narrativa, as ações sempre foram isoladas e muito pouco articuladas entre si. Nesta seção, procuro mapear alguns traços das ações do Governo Federal relativas à inclusão digital, através de análise da legislação e outros documentos sobre o tema.

Uma das primeiras ações a tratar explicitamente da inclusão digital, no âmbito do Governo Federal, foi a instituição do Comitê Técnico de Inclusão Digital (CTID), em outubro de 2003⁹⁰, como parte da estrutura do Comitê Executivo do Governo Eletrônico (CEGE) – instituído, por sua vez, no ano de 2000⁹¹, como um

90 Ver Decreto Não Numerado (DNN) de 29 de outubro de 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn10007.htm>. Acesso em: 13 abr. 2013.

91 Ver DNN de 18 de outubro de 2000. Disponível em

desdobramento das ações previstas no Livro Verde –, que tem como objetivo “formular políticas, estabelecer diretrizes, coordenar e articular as ações de implantação do Governo Eletrônico, voltado para a prestação de serviços e informações ao cidadão⁹²”. Segundo a legislação, a função do CTID, assim como dos outros comitês técnicos do CEGE, é “coordenar e articular o planejamento e a implementação de projetos e ações nas respectivas áreas de competência⁹³”. Por essa lógica, o governo federal vincula suas primeiras ações de inclusão digital à constituição do governo eletrônico, entendendo que não há como construir o segundo sem que se fomenta o primeiro. Cabe atentar, entretanto, que entre a constituição do CEGE e a criação de seus comitês técnicos, há uma mudança de governo. O primeiro é fruto das políticas e diretrizes da gestão de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O CTID, por sua vez, nasce na era Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT). Este fato, associado à chegada ao governo de militantes da inclusão digital oriundos de ONGs (CORRÊA, 2007), cria uma mudança no direcionamento que as políticas de governo eletrônico – e também de inclusão digital –, vinham tendo: da simples “prestação de serviços e informações ao cidadão” para uma visão referenciada nos “direitos coletivos” e na incorporação “[d]a promoção da participação e do controle social e [d]a indissociabilidade entre a prestação de serviços e sua afirmação como direito dos indivíduos e da sociedade⁹⁴”. O ONID, articulado no âmbito da CTID, é um dos frutos dessa visão renovada, neste caso, centrada nos telecentros e explicitamente contrária à incorporação de iniciativas como as lan houses (ver Capítulo 3).

O CEGE teve seu número de assentos ampliado através do Decreto Não Numerado de 21 de junho de 2002, com a inclusão do Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), responsável pela manutenção da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Dentro outras atribuições, cabe ao ITI

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Dnn9067.htm. Acesso em: 13 abr. 2013.

92 Ver Art. 1º do DNN de 18 de outubro de 2000.

93 Os demais comitês técnicos instituídos pelo DNN de 29 de outubro de 2003 receberam as seguintes denominações: Implementação do Software Livre; Integração de Sistemas; Sistemas Legados e Licenças de Software; Gestão de Sítios e Serviços On-line; Infra-Estrutura de Rede; Governo para Governo – G2G e Gestão de Conhecimentos e Informação Estratégica.

94 Consultar as Diretrizes do Programa de Governo Eletrônico do Brasil. Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/principios>. Acesso em: 13 abr. 2013.

[e]stimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital, como a popularização da certificação digital e a **inclusão digital**, atuando sobre questões como sistemas criptográficos, software livre, hardwares compatíveis com padrões abertos e universais, convergência digital de mídias, entre outras⁹⁵ (Grifos nossos).

Essa atribuição merece destaque por explicar, em parte, a posição do ITI na gestão do programa Casa Brasil, o que o configurava como um ator importante na construção das primeiras ações integradas de inclusão digital do Governo Federal (aparentemente, a inclusão digital não encontra-se mais no foco das ações do ITI, como demonstra a ausência do termo em seu Planejamento Estratégico para o período 2012-2014)⁹⁶.

Sob o ponto de vista legislativo, um dos primeiros dispositivos a tratar explicitamente de uma política pública de inclusão digital sobre o tema foi a Lei nº 11196/2005, que, dentre outras ações, instituiu o “Programa de Inclusão Digital” do Governo Federal. Sob a alcunha original de “MP do bem”⁹⁷, este dispositivo foi responsável por reduzir para zero “as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo” de diversos artefatos de computação, com destaque para computadores pessoais⁹⁸. Embora não seja uma ação de inclusão digital tal como os projetos estudados neste trabalho, este dispositivo legal

95 Para maiores detalhes, consultar o Portal do ITI. Disponível em <<http://www.iti.gov.br/>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

96 Para maiores detalhes, consultar o planejamento estratégico, disponível em <http://www.iti.gov.br/images/institucional/politicas/MAPA_ESTRAT%C3%89GICO_ITI-vf.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2013.

97 Antes de tornar-se lei, este dispositivo foi instituído a partir da Medida Provisória (MP) nº 252/2005, posteriormente convertida para a MP nº 255/2005. A Lei está disponível, com histórico de alterações, em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11196.htm>. Acesso em: 8 abr. 2013.

98 A referida lei estabelece as especificações técnicas dos aparelhos isentos dos impostos, que, de uma maneira geral, tendem a ser dispositivos mais básicos. Nos anos seguintes, foram incluídos no rol de aparelhos com isenção de impostos os *modems* (Lei nº 12431/2011), os *tablets* (Lei nº 12507/2011) e os celulares do tipo *smartphone* (Lei nº 12715/2012). Cabe ressaltar, ainda, que as empresas optantes pelo Simples Nacional, regime tributário voltado às microempresas e às empresas de pequeno porte, não podem se beneficiar da Lei do Bem na venda de seus produtos (Art. 30).

explicita o uso pelo governo da retórica da inclusão digital. Esse destaque justifica-se quando, com base nesta lei, é publicado o Decreto nº 6948/2009, que institui, “no âmbito da Presidência da República, o Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital” (CGPID)⁹⁹, ao qual compete “estabelecer as diretrizes gerais de gestão e aplicação dos recursos financeiros destinados ao Programa de Inclusão Digital [...] e projetos que o integram”, bem como “aprovar o plano anual de trabalho do Programa de Inclusão Digital” e realizar as tarefas de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução desse programa.

O decreto institui um Comitê com forte teor governamental e extremamente centralizado, tal como no CTID, tendo em vista a presença marcante da Presidência da República e de diversos ministérios¹⁰⁰ e a ausência de representantes da sociedade civil em sua constituição. Apesar de fazer referência à Lei nº 11196/2005 (“Lei do Bem”), ressalto que em momento algum esta última versa sobre a necessidade de instituição de um órgão tal como o CGPID, onde o Programa de Inclusão Digital é apresentado como um incentivo fiscal à compra de equipamentos e nada mais.

O Decreto nº 6948/2009 configura-se, assim, como uma reinterpretação do Programa e como um movimento em direção a uma maior articulação entre as ações de inclusão digital no Governo Federal. Esse movimento de reinterpretação, materializado no histórico de alterações desses dispositivos, mostra que a construção dessa política é dinâmica, o que leva as redes que a sustentam (e que por ela são sustentadas) a serem também mutáveis. Como exemplo desse dinamismo cabe ressaltar o Decreto nº 7175/2010¹⁰¹, que institui uma das mais ambiciosas ações de inclusão digital do governo federal, o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), que tem objetivos que

99 Decreto disponível, com histórico de alterações, em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6948.htm>. Acesso em: 8 abr. 2013.

100 Inicialmente, o Comitê era composto pelos seguintes órgãos: Casa Civil da Presidência da República; Gabinete Pessoal do Presidente da República; Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Ministério das Comunicações; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério da Educação; Ministério da Cultura e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Decreto nº 7175/2010 ampliou a participação para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e para os ministérios do do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Saúde e da Fazenda.

101 Decreto disponível, com histórico de alterações, em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7175.htm>. Acesso em: 8 abr. 2013.

compreendem, além da promoção da inclusão digital, a massificação do acesso a serviços de conexão à Internet em banda larga, o desenvolvimento econômico e social, a redução das desigualdades social e regional, a promoção da geração de emprego e renda, a ampliação dos serviços de Governo Eletrônico e o aumento da autonomia tecnológica do país. Para tanto, o CGPID, que antes era o responsável pelo Programa de Inclusão Digital previsto na “Lei do Bem”, passou a ser responsável, exclusivamente, pela gestão e pelo acompanhamento do PNBL.

Esta breve análise de leis e decretos, com foco em sua retórica e na caracterização das redes (comitês, fóruns, planos, comércio varejista) que esses dispositivos ajudam (ou não) a formar, contribui para conhecer, ainda que parcialmente, o perfil da política pública de inclusão digital que vem sendo construída no Brasil.

O programa Casa Brasil, por exemplo, é fruto de parte desses movimentos na cúpula do poder. Como já destacado anteriormente, o programa foi uma das primeiras ações que apontavam para a criação de uma política pública brasileira de inclusão digital. Sob a guarda da Casa Civil da Presidência da República, embora implementado em um cenário com sérias restrições orçamentárias e enfraquecido com a precoce saída de seus defensores da cúpula do governo, o Casa Brasil ajuda a entender esses esforços a partir da materialização, em um projeto, das diretrizes e valores inscritos na legislação e nos planos de ação.

Em um exercício de estabelecimento de vínculos entre as iniciativas públicas aqui apresentadas, podemos elencar alguns traços que contribuem para uma possível caracterização dessa política pública de inclusão digital: a parceria com ONGs e órgãos de outros níveis da administração pública (prefeituras, por exemplo); o telecentro comunitário como local privilegiado para a implementação das ações, a conexão via GESAC e o uso do software livre. Quanto mais intensos forem esses vínculos mais coerente será a política pública (embora essa intensidade não lhe garanta eficiência). Esse argumento pode ser exemplificado através do seguinte cenário: um telecentro de uma unidade do Casa Brasil administrada por uma ONG (ou prefeitura), cuja conexão se dá pelo GESAC e que se faz presente no mapa georreferenciado do ONID. As três unidades do Casa Brasil apresentadas integravam redes que possuíam, em maior ou menor grau, exatamente essas características, como mostrou a pesquisa de campo e como mostram o mapa do ONID com os telecentros do Rio de Janeiro (ver Figura 7) e o

relatório de conexão do GESAC referente ao ponto de presença da Casa Brasil da Cufa (Figura 15)¹⁰².

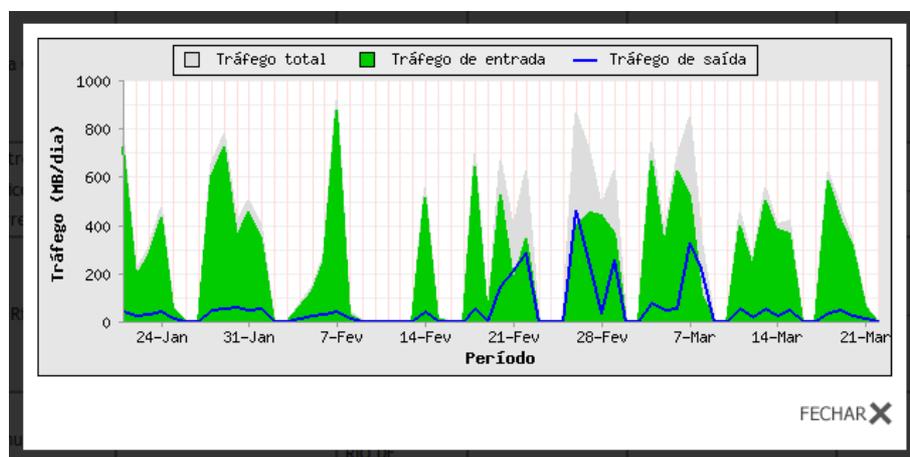


Figura 15: Relatório de tráfego do ponto de presença GESAC da Casa Brasil da Cufa, entre os dias 22 de janeiro e 22 de março de 2013, como traços/inscrições significativas da ligação do telecentro com o Governo Federal.

Fonte: <http://www.gesac.gov.br/trafego.php?gesacid=12404>. Acesso em: 22 mar. 2013.

Essas ações públicas, segundo Corrêa (2007), foram sendo construídas dentro e fora do governo a partir do trabalho de articulação política de militantes da inclusão digital que atuavam principalmente em ONGs e em outras esferas de governo. Ele destaca, ainda, as diversas edições da Oficina de Inclusão Digital (OID) como fóruns importantes na discussão dessas políticas públicas:

A história da inclusão digital no Brasil começa pela iniciativa das mais diversas Organizações Não-Governamentais existentes no país, ainda na década de 1990. Em maio de 2001 o Governo Federal organizou em Brasília, o Primeiro Seminário de Inclusão Digital, reunindo representantes de ONG's, técnicos e especialistas para discutir a inclusão digital no país. O seminário, transformado posteriormente em

¹⁰²Segundo a gestora local da unidade de Vigário Geral, a conexão também era realizada através do GESAC. Entretanto, a ausência da unidade na lista de pontos de presença divulgada no portal do GESAC, em consulta realizada em março de 2013, indica que, aparentemente, essa conexão foi desativada.

oficina, já se encontra na sua quinta edição, sempre liderado pelo Governo Federal e com a presença das mais diversas Organizações Não-Governamentais. Estivemos presentes na quinta oficina para a inclusão digital, realizada em Porto Alegre, em junho de 2006 e pudemos constatar a forte pressão dessas organizações junto aos representantes do Governo, no sentido da criação de uma política nacional de inclusão digital para o Brasil (CORRÊA, 2007, p. 14).

4.1.1 As OIDs e suas cartas abertas

A narrativa das ações de inclusão digital apresentadas nesta dissertação foram tecidas a partir do trabalho praxiográfico de visita às unidades, da realização de entrevistas, dos relatos de observação *in loco* e da leitura de documentos oficiais. Como um movimento de pesquisa 'enraizado' no campo, ganha-se, por um lado, uma descrição densa e plural das redes sociotécnicas dessas iniciativas, na linha do pesquisador míope da Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2005). Por outro lado, perde-se de vista a ligação que essas iniciativas possuem em um contexto mais amplo. A busca pela historicidade da legislação federal sobre o tema foi uma tentativa de situar os projetos nas políticas de estado. Apesar disso, esse movimento não é capaz de, sozinho, colocar em cena o trabalho militante que tem condicionado, ainda que parcialmente, a construção dessas políticas no governo federal. Esta sub-seção tem como objetivo realizar esse movimento

Os resultados das discussões realizadas nas OIDs podem ser encontrados, de maneira condensada, nas cartas abertas divulgadas, a partir de 2006, ao final do evento, e dão uma ideia dos valores que a militância da inclusão digital procurava incorporar às políticas públicas sobre o tema no Brasil.

A carta da 5ª OID, por exemplo, intitulada “Por um compromisso com a Inclusão Digital no Brasil”, destaca o descompasso entre as ações do governo federal e o Plano de Ação da Cúpula da Sociedade da Informação, ocorrida em 2003, do qual o Brasil é signatário e onde a comunicação é colocada como um “direito fundamental”. Apesar de reconhecer avanços na “construção do discurso” da inclusão digital e na inserção do software livre não somente nas ações referentes ao tema, mas também como estratégia de “economia de recursos públicos, (...) ponto de apoio para geração de trabalho e novas oportunidades para cidadãos, e para pequenas e médias empresas brasileiras”, os militantes avaliam que “[a] inclusão digital está em ações pontuais do governo federal,

mas com pouca integração entre os projetos em curso”. Para superar esse cenário, defendem uma série de ações visando “uma política pública de tecnologias de informação e comunicação a serviço da inclusão digital”.

Como se pode ver no Anexo B, a exaustiva lista de ações procura configurar não somente um discurso em favor da inserção dos “excluídos” na Sociedade da Informação, mas também uma verdadeira cultura digital, transversal em diversos aspectos às ações governamentais referentes às TICs e pautada em princípios tais como: a participação da sociedade civil, o uso de tecnologias livres, o protagonismo da sociedade civil na produção de conteúdo, a produção local de fatos e artefatos, a metarreciclagem de artefatos, o fomento ao associativismo e ao cooperativismo nas relações de trabalho, a instituição de marcos regulatórios, o respeito às minorias e aos conhecimentos tradicionais, o financiamento público e a transparência nas ações.

A opção por indicar caminhos norteadores para as políticas públicas de inclusão digital continuou presente nos três eventos seguintes, ocorridos entre 2007 e 2009, nas cidades de Salvador, Belém e Belo Horizonte, respectivamente (ver Anexos C, D e E). Além de reafirmar os princípios anteriores, as cartas adicionam outros, como, por exemplo: a defesa pela incorporação dos projetos de inclusão digital às iniciativas de municípios digitais; o apoio à realização da Conferência Nacional de Comunicação¹⁰³ e a exigência de que o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), em vias de ser lançado, tivesse caráter público e gratuito e atendesse a todo o território nacional, com pontos de presença em todos os municípios. Além de reivindicações, as cartas colocam em cena uma moção de repúdio ao Projeto de Lei 84/99¹⁰⁴ e preocupações referentes à efetividade do nascente projeto Telecentros.BR¹⁰⁵.

103A 1ª Conferência Nacional de Comunicação somente foi realizada em 2009.

104O PL 84/99, de autoria do então deputado Luiz Piauhyllino (PSDB/PE), ficou conhecido como Lei Azeredo, em referência a seu relator e defensor na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, o deputado Eduardo Azeredo (PSDB/MG). Alvo de muitas controvérsias, o projeto de lei chegou a ser denominado AI-5 Digital, por tratar como crime diversas práticas comuns no ciberespaço. Como fruto da mobilização realizada contra o projeto, ele foi transformado em lei em dezembro de 2012, em uma versão bem reduzida, na qual foram retirados os temas mais polêmicos.

105O Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades (Telecentros.BR), instituído pelo decreto n. 6991/2009, é atualmente a principal ação de inclusão digital do governo federal voltada aos telecentros comunitários. Sem a audaciosa infraestrutura proposta no Programa Casa Brasil, o

O documento formalizado ao final da 9ª OID, ocorrida em 2010 foi intitulado Tópicos de Brasília. Os referidos tópicos oscilam entre o caráter reivindicatório ao governo federal, tal como nas primeiras cartas, e entre encaminhamentos voltados mais para o interior do movimento, como uma espécie de reflexão da caminhada e definição de novos rumos. No primeiro grupo estão, por exemplo, a defesa pela universalização da inclusão digital; a exigência de “[e]leição de representantes da sociedade civil para o Comitê Técnico de Inclusão Digital e para o Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital, nos moldes do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)” e a exigência de acesso ao código fonte do ONID e de abertura de seu banco de dados, “para garantir a governança dos dados em períodos de alternância política”. No segundo grupo, foram destacados, por exemplo, a revisão da “forma com[o] está se estabelecendo as relações entre o governo e a sociedade civil”, com destaque para a proposição de uma lei específica para tratar convênios com o governo; a necessidade de atuação da militância “dentro de outros movimentos e outras conferências para conquistar capilaridade suficiente para [...] [a construção de] uma conferência nacional de Inclusão Digital e a construção de “encontros regionais ou estaduais, para preparar a oficina nacional, elegendo os delegados que serão financiados pela oficina para participar do encontro nacional”.

O perfil das cartas da OID mostra uma militância que, pelo menos de 2006 até 2009, articulava seu discurso pautando-se em defesas de caráter generalista e refletindo essas defesas na indicação de caminhos para as ações do governo federal. No ano seguinte, a carta da 9ª OID mostra uma militância que passa a problematizar sua relação com o governo federal, bem como a necessidade de encontrar aliados em outros fóruns, na busca pelo fortalecimento da causa e para garantir de fato a participação da sociedade civil nas definições das políticas públicas – daí, a exigência de participação nos Comitês do governo federal, responsáveis por efetivamente definir tais políticas. Além disso, há que se destacar a intenção de conferir capilaridade ao evento, com a organização de encontros regionais prévios, uma proposição que dificilmente partiria do

Telecentros.BR está focado apenas no estabelecimento de telecentros (ou no apoio aos já existentes), sendo previstos, além do financiamento para implantação/manutenção dos espaços, o estabelecimento de uma rede nacional de formação de monitores e o pagamento de bolsas para eles. Para maiores detalhes, consultar o decreto em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6991.htm>. Acesso em 10 jun. 2013.

governo federal, até então responsável por sua organização. Trata-se sem dúvida de um momento de tensão na relação entre a militância da inclusão digital e o governo federal.

Ter um espaço como a OID para dialogar com o governo federal e trocar experiências era sem dúvida algo importante, entretanto, era preciso ir além e de fato garantir a participação da sociedade civil nas instâncias de decisão política. Esse tom revisionista foi expressado inclusive na fala de Cezar Alvarez, representante do governo no evento, segundo matéria da revista *ARede*:

“Despeguem-se. Peçam o impossível”, provocou, durante a abertura da 9ª Oficina, dia 22, o coordenador dos programas de inclusão digital da Presidência da República, Cezar Alvarez, considerando que a última Oficina, realizada em Belo Horizonte, no ano passado, teve um caráter fortemente governista. Veteranos da luta pela inclusão digital concordam com ele. Com o aumento dos programas de inclusão digital de governo, nos últimos anos, grande parte da programação da oficina vem sendo dedicada a discutir e articular essas ações (LOPES, 2010).

Em 2011, acompanhei algumas discussões realizadas no âmbito da 10ª OID. Na primeira plenária do evento, intitulada “Cidades Digitais”, estava presente, além de representantes dos governos do Estado do Espírito Santo e do município de Vitória, anfitriões do evento, a titular da recém criada Secretaria de Inclusão Digital (SID) do Governo Federal, Lygia Pupatto. Instituída pelo Decreto nº 7462/2011, a SID nasceu acompanhada de uma alteração na estrutura regimental do Ministério das Comunicações¹⁰⁶. É neste decreto que aparece pela primeira vez, uma menção explícita a uma “Política Nacional de Inclusão Digital”:

Art. 1º O Ministério das Comunicações, órgão da administração federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos:
I - política nacional de telecomunicações;
II - política nacional de radiodifusão;
III - serviços postais, telecomunicações e radiodifusão; e
IV - política nacional de inclusão digital. (Grifos nossos)

Segundo o decreto, o Minicom passa a contar, em sua estrutura organizacional, com três “órgãos específicos singulares”: (a) a Secretaria de Serviços de Comunicação

¹⁰⁶Decreto disponível, com histórico de alterações, em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7462.htm>. Acesso em: 13 abr. 2013.

Eletrônica; (b) a Secretaria de Telecomunicações e (c) a Secretaria de Inclusão Digital (SID). À SID, em particular, compete

- I - formular e propor políticas, diretrizes, objetivos e metas relativos à inclusão digital do Governo Federal;
- II - planejar, coordenar, supervisionar e orientar as ações de inclusão digital do Governo Federal; e
- III - executar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal, em articulação com órgãos e instituições internos e externos.

Com este decreto, o governo federal tenta, mais uma vez, articular suas ações de inclusão digital pulverizadas em diversos ministérios – tarefa que, até então, fora delegada ao CGPID, e não se fez real, muito provavelmente, em virtude da atribuição da gestão do PNBL a este comitê, o que, em última instância, o desviou de seus objetivos iniciais. Com isso, a tarefa de construção de uma política nacional de inclusão digital sai da Casa Civil da Presidência da República e passa para os corredores do Ministério das Comunicações, com a garantia de recursos humanos delegados especificamente para tal, distribuídos em dois departamentos (voltados à articulação/formação e à infraestrutura). Além disso, com esse movimento, o governo federal atende a uma reivindicação antiga dos militantes da inclusão digital (ver Cartas da OID).

4.1.2 “E em nosso entendimento a estrutura é fundamental porque sem ela a conexão não existe”

Diante de tantas novidades, havia grande expectativa quanto à participação do governo federal, em especial da SID, na 10ª OID. Em sua fala na plenária sobre Cidades Digitais, Lygia Pupatto destacou o grande contingente da população ainda sem acesso à internet. Embora a secretária não tenha feito menção a nenhuma pesquisa que desse sustentação a esta constatação, o argumento encontra forte ressonância na pesquisa TIC Domicílios, conduzidas pelo CGI.br, como revela o gráfico da Figura 16, que mostra a evolução da posse de computadores e do acesso à internet nos domicílios, entre 2005 e 2008. É importante destacar que, apesar do aumento dos índices, em 2011, ano da última edição da pesquisa, somente 45 % dos domicílios tinham computador e 38 %

tinham acesso à internet.

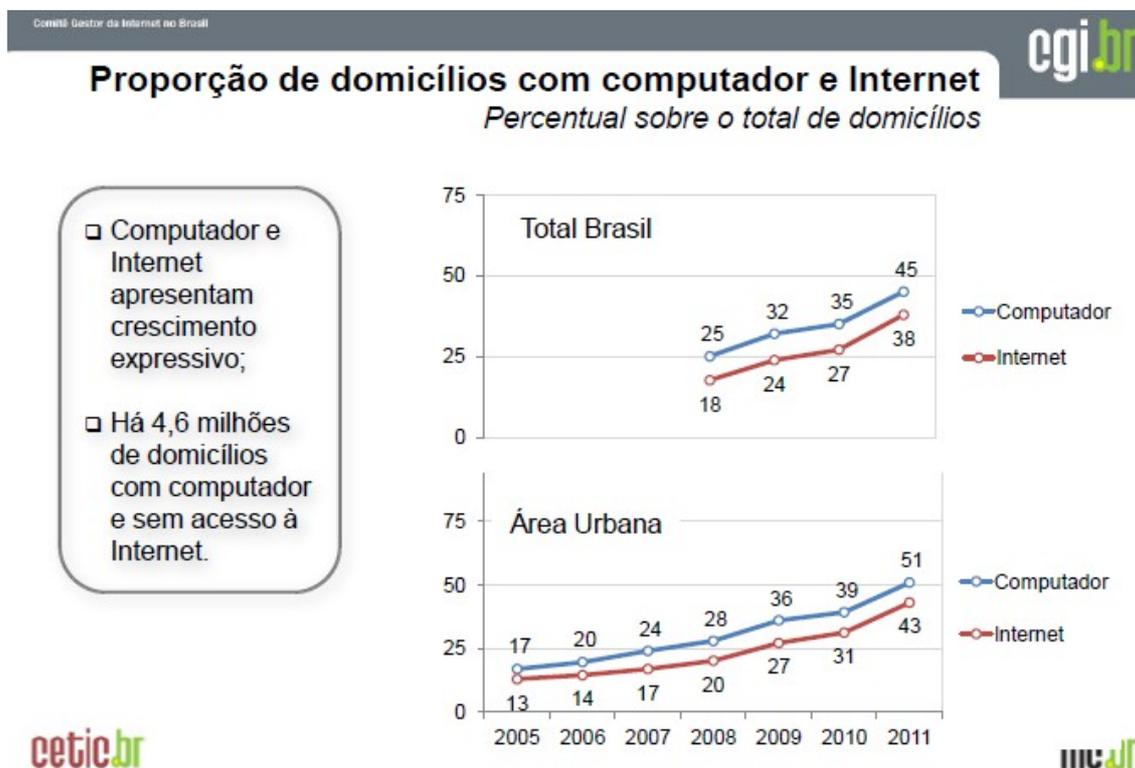


Figura 16: Proporção de domicílios com computador e Internet, entre 2005 e 2011.

Fonte: CGI.br

Tendo em vista esses dados, a secretária colocou em cena um discurso que configurou o nascente PNBL e as cidades digitais como ações de inclusão digital por excelência, com foco na infraestrutura. Em suas palavras,

temos ainda um desafio imenso pra fazer a conexão de infraestrutura no país e por isso foi criado no governo do presidente Lula o Plano Nacional de Banda Larga. E em nosso entendimento a estrutura é fundamental porque sem ela a conexão não existe¹⁰⁷.

Informou que o Minicom estava construindo uma concepção universal do que vinha a ser uma cidade digital, tendo em vista que cada prefeitura trazia uma visão

¹⁰⁷Discurso e debates ocorridos em 5 de dezembro de 2011 na plenária *Cidades Digitais*, que abriu a 10ª Oficina Para Inclusão Digital, realizada entre 5 e 7 de dezembro de 2011, na cidade de Vitória. Discurso e debate gravados a partir de transmissão ao vivo pela Web, em *streaming* de áudio, e convertidos para o formato .mp3.

diferente sobre o tema, com o traço comum de somente distribuir sinal gratuito, o que ela não considerava ser o papel de uma prefeitura. Em sua fala, adiantou alguns aspectos dessa concepção, destacando a necessidade de que as cidades digitais compreendessem serviços de governo eletrônico, objetivando primeiramente “a melhoria da gestão pública”, isto é, “a melhoria na capacidade de investimentos e também de servir a sociedade”, bem como “o controle da arrecadação financeira”, a economia de recursos e a diminuição no “tempo de resposta [na] prestação de serviços”. O segundo aspecto das cidades digitais, para a secretária, é que elas “tenham pontos de acesso gratuito à internet”.

Nesta linha, a secretária posiciona a até então principal ação de inclusão digital do governo federal, os telecentros comunitários, no âmbito do nascente programa de Cidades Digitais, ligado ao PNBL. Quanto a esse aspecto, informou que o Minicom iria “requalificar” os cerca de 8200 telecentros, presentes em 98% das cidades brasileiras, para que fossem um espaço de “desenvolvimento da cidadania”. Por fim, destacou a necessidade de instituição de um “programa de formação, tanto para os monitores que vão tocar os telecentros, quanto dos funcionários públicos daquelas prefeituras.

Após a fala da secretária, deu-se início a uma etapa de debates, na qual os presentes (representantes de ONGs, gestores públicos, monitores, pesquisadores, etc.) puderam se posicionar e dirigir perguntas aos componentes da mesa. A maior parte delas foram dirigidas para a secretária Lygia Pupatto e demonstraram mais uma preocupação com o futuro dos projetos de telecentros do que com o nascente projeto de Cidades Digitais, tema central da plenária.

Ao ser indagada, por um representante de uma empresa pública municipal, se existiam ações no âmbito da SID que buscavam padronizar o entendimento sobre o que é um telecentro, a secretária afirmou que já haviam redefinido o conceito de telecentro na secretaria, que, para ela, devem ter “mobiliário, equipamento e conexão” e que estavam fazendo um “*checklist* em todos os telecentros implantados via Ministério das Comunicações”. Esclareceu ainda que, quando foi criada a SID, havia dois projetos de telecentros: “um que já era do Ministério das Comunicações e outra parte que veio do Ministério do Planejamento, os Telecentros BR, que já vinha com esse conceito”. Terminou a fala dizendo que a SID iria “uniformizar todos os telecentros”.

Em outra participação, um secretário de agricultura de um município do Amapá

relatou problemas de infraestrutura nos telecentros de sua região, previstos em editais de 2009 e 2010, que “demoram muito a chegar e, quando chegam, chegam por partes”. Disse, como exemplo, que algumas casas digitais instaladas em seu município estavam com poucos móveis e sem equipamentos, o que gerava preocupação pois “alguns acabam se deteriorando e a empresa que entrega os equipamentos, quando os entrega, não faz a instalação. Os equipamentos ficam lá e se tornam obsoletos”. Antes que a secretária pudesse responder, a plateia aplaudiu efusivamente, como se o representante do município do Amapá tivesse falado por todos os presentes. A secretária esclareceu que muitos equipamentos não chegaram devido a erros no registro de endereços dos telecentros e que se viu obrigada a “parar tudo e resolver de uma maneira coordenada”, pois “são empresas diferentes [que fazem as entregas]. Em suas palavras, “chega o computador, mas não chega o mobiliário. Chega o mobiliário, mas não chega a conexão”. Disse ainda que a SID estava dialogando com as diversas empresas e confirmando a situação de cada local, verificando, por exemplo, se, além do espaço, havia energia elétrica disponível, recurso que, por mais incrível que pareça, nem sempre estava garantido.

Um representante de Belo Horizonte, coordenador local do programa do CNPq que concede bolsas para os monitores dos telecentros, relatou problemas com o Metasys¹⁰⁸. Segundo ele, “licitaram o modem 3G pra substituir o GESAC, mas o Metasys não aceita 3G”. Expressou preocupação em relação ao futuro do projeto, pois as bolsas dos monitores acabariam em dezembro de 2011. Para ele, “com a criação da secretaria, algumas coisas mudaram para melhor, mas outras trazem preocupação”. Sendo objetivo, perguntou “qual o volume de recursos/dinheiro para dar continuidade ao projeto [de telecentros] no ano de 2012”. Sem ser categórica, a secretária respondeu que estavam “em reunião constante com a rede nacional de formação” e que não iriam “cortar as coisas abruptamente”, pois tinham “responsabilidades”. Por fim, afirmou que “em decorrência dos problemas” estavam “repactuando com a rede nacional de formação”.

O tom do debate foi sem dúvida de uma comunidade apreensiva com as mudanças em curso e de uma secretaria com o grande desafio de articular uma política

¹⁰⁸Metasys é uma distribuição do sistema operacional Linux presente em muitos telecentros de projetos ligados ao governo federal. Para maiores detalhes, consultar o portal do projeto, disponível em: <<http://linuxminicom.sourceforge.net/>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

pública que, apesar de vir sendo construída há quase uma década, encontrava-se pulverizada em diversos órgãos do governo, desarticulada e com sérios problemas de infraestrutura e logísticos, como revela, por exemplo, a inacreditável situação de telecentros implantados em locais sem oferta de energia elétrica ou com equipamentos entregues mas fadados a permanecer encaixotados porque não previram, nas ações, a necessidade de realizar as devidas instalações.

4.1.3 O futuro das políticas públicas de inclusão digital – limites e possibilidades em um cenário de crise

Em novembro de 2012 foi realizada a 11ª edição da OID, na cidade de Porto Alegre. Pela primeira vez, o Governo Federal não participava de sua organização, que foi assumida por um conjunto de entidades da sociedade civil, a saber: Província Marista (SP), Programando o Futuro (GO), Instituto NUPEF (RJ), Cidadania Digital (RS), Projeto Saúde & Alegria (PA), Sampa.org (SP) e Associação Software Livre.Org (RS), como anfitriã¹⁰⁹. Nessa edição, o evento foi rebatizado para *Oficina para Inclusão Digital e Participação Social*. O relatório final do evento é um documento rico para se entender esta e outras mudanças, que não estão, obviamente, dissociadas das mudanças de tratamento que o tema inclusão digital vem sofrendo no seio do governo. Em particular, o “Grito da Inclusão Digital”, carta direcionada à Presidência da República com os principais anseios e defesas do coletivo presente no evento, confirma essa relação. O documento faz menção explícita a uma crise nos programas públicos de inclusão digital e à decisão do governo em não realizar mais a OID:

Durante o encontro [II Fórum da Internet no Brasil, realizado em julho de 2012], justamente no momento em que nós, ativistas da Inclusão

109Embora o Governo Federal não tenha participado da organização do evento, algumas entidades governamentais atuantes em projetos de inclusão digital foram patrocinadoras, como o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), a Fundação Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, anfitrião do evento. O patrocínio principal ficou sob responsabilidade do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) (OID, 2012).

Digital, clamávamos por uma discussão sobre a crise instaurada nos programas públicos da área, recebemos com surpresa a notícia de que “A Oficina”, já tradicional fórum desses debates, realizada há 10 anos pelas entidades da sociedade civil em parceria com os governos, havia sido cancelada (OID, 2012, p. 28, grifos nossos).

Tal crise, segundo a carta, está relacionada à inexistência de relação entre os ativistas da inclusão digital e o Ministério das Comunicações, sob o qual encontra-se a recém criada secretaria de Inclusão Digital, o que revela-se através da “falta de diálogo e de propostas de continuidade pactuadas com seus diversos parceiros do movimento social” (OID, 2012, p. 28). Trazendo elementos mais concretos da crise, a carta afirma que

[v]ínhamos, numa construção conjunta com um governo democrático e popular, e a opção pela descontinuidade dos programas e, especialmente desse diálogo e parceria, é um retrocesso nas conquistas da participação social. As evidências do abandono são alarmantes. Os números oficiais e públicos de que dispomos sobre o programa Telecentros.Br não são nada favoráveis: dos 8.472 telecentros aprovados no edital que abriu o programa, apenas 1.193 unidades estão em funcionamento, 2.800 entregas foram feitas e não instaladas e continuamos sem dados sobre entrega e funcionamento de conexão. [...] Esse mesmo clima reflete-se também nos programas de formação de monitores, os multiplicadores da inclusão. Anunciado o fim da Rede de Formação, o governo faz uma opção por substituir a formação em rede e contínua, solicitação antiga dos movimentos, por certificação online. (OID, 2012, p. 28).

A crise revela-se também na (quase) ausência de um representante da Secretaria de Inclusão Digital nas discussões. Sobre esse aspecto, o relatório informa que

[e]m mais uma ação política e “Participação Social na prática”, foi realizada uma reunião extraordinária com o único representante do Ministério das Comunicações que compareceu ao evento. Rogério Macedo, que inicialmente participaria somente da abertura, foi pressionado pelos representantes de diversas entidades da sociedade civil, ligados ou não ao programa Telecentros.Br, a retomar o diálogo em nome do Ministério. Como resultado de uma reunião de mais de duas horas, com cerca de 30 representantes da sociedade civil, o representante do MiniCom se comprometeu a dar um retorno, com uma data para a retomada do diálogo entre sociedade civil interessada e governo federal, agendando uma reunião em Brasília para tratar de questões pendentes. (OID, 2012, p. 27).

Tendo em vista que o programa Telecentros.Br é uma espécie de novo Casa Brasil, uma vez que trata-se do principal programa de inclusão digital (focada em

telecentros) do governo federal atualmente, as preocupações colocadas em cena pelos militantes presentes na 11ª OID constituem um alerta sério à construção de uma política pública de inclusão digital no Brasil.

Tecendo uma conexão com as experiências do Casa Brasil apresentadas nesse trabalho, em se confirmando as denúncias presentes no “Grito”, as ações da nova secretaria correm o risco de repetir erros do passado. Como vimos, as dificuldades financeiras que contribuíram para a descontinuidade do Casa Brasil nas diversas unidades são sintomáticas da necessidade de um programa de investimentos massivo e permanente em termos de formação de recursos humanos e garantia de infraestrutura. A transferência dessa responsabilidade de manutenção às ONGs mostrou-se desastrosa em diversos aspectos, tendo em vista a inexistência de uma fonte de custeio permanente dessas entidades, o que as leva a depender, sobretudo, de editais públicos que tem quase sempre dia e hora marcados para acabar.

Além disso, as dificuldades relatadas pelos gestores locais em garantir a gestão colaborativa das unidades – algo reconhecido inclusive pela avaliação final do programa –, mostram a necessidade de ações políticas mais intensas e, principalmente, mais próximas da realidade local, onde se discuta e se exercite, de fato, práticas de gestão colaborativa. Trata-se de uma ação míope esperar que a comunidade assuma naturalmente a gestão de um telecentro, sem que se olhe antes para as práticas de gestão enraizadas em cada local e sem que se discuta os caminhos para a construção de uma outra cultura organizacional.

O mesmo argumento vale para a pretensão de uso de tecnologias livres. Como vimos, por mais bem intencionados que sejam, esses esforços correm o risco de fracassar caso não se observe o grau de familiaridade que os supostos excluídos têm com as tecnologias de uma maneira geral. Naturalizar a compreensão de que as tecnologias livres são melhores que as proprietárias pode antes afastar do que aproximar as pessoas das primeiras. Há que se ter em mente que as redes que sustentam o uso das tecnologias proprietárias são ainda muito amplas e coesas; criar uma visão maniqueísta entre estas e as livres é um caminho perigoso para a construção de um outro mundo. O caminho, novamente, é tecnopolítico, trabalhar nas fronteiras, na mudança gradual, trazendo discussões que revelem a política intrínseca à escolha das tecnologias, em articulação com o cotidiano dos supostos 'excluídos'. Esse trabalho só é possível na

construção dialógica, onde se deve abandonar, inclusive, a naturalização de que a inclusão digital leva necessariamente à inclusão social, onde se deve questionar, antes, que sociedade queremos construir, que valores queremos reforçar e de que forma nossas escolhas tecnopolíticas contribuem para essa tarefa, algo que não deve de forma alguma ser colocado *a priori*, mas discutido e revisto permanentemente e, principalmente, localmente.

Tendo todas essas questões em mente, deixo como primeiro legado narrativo desta dissertação a defesa pela construção de uma política pública de inclusão digital que dialogue com as experiências colocadas em cena pelos militantes históricos da inclusão digital, representados sobretudo pelas ONGs, mas que não delegue unicamente a estas o dever de garantir a manutenção da infraestrutura, o que deve caber necessariamente ao Estado e suas diversas esferas. Para tanto, alinho-me aos militantes da inclusão digital, quando defendem ser

imprescindível que a Inclusão Digital seja percebida como um direito humano fundamental, assim como a educação, a saúde e o trabalho. Já tivemos mostras de que para isso é preciso que ela seja objeto de gestão colaborativa, envolvendo áreas técnicas e sociais do governo, e de outro lado a sociedade civil (OID, 2012, p. 29).

Além disso, alinhando-me novamente à militância da inclusão digital, defendo um marco regulatório das relações entre o Estado e a sociedade civil, onde estejam claros os deveres e responsabilidades de cada ator na condução das políticas públicas de inclusão digital. Esse aspecto é primordial tendo em vista os desvios que encontrei, por exemplo, nas concepções de inclusão digital nas unidades do Casa Brasil estudadas – que, embora não infringissem a legislação, afastavam as unidades de seus objetivos iniciais. Esta legislação regularia tanto as relações entre Estado e sociedade civil quanto as relações entre os diversos níveis do poder executivo. Assim, ficariam estabelecidos os papéis da União, dos Estados e dos Municípios na condução da política pública. Com isso, poderiam ser problematizadas, por exemplo, as mudanças unilaterais que a Prefeitura do Rio de Janeiro provocou na configuração da Casa Brasil do CIAD, ou, então, garantidas as atividades das unidades de Vigário Geral e do Alemão, com a revisão permanente dos caminhos efetivos para a construção de uma cultura digital colaborativa, comunitária e livre.

4.2 A INCLUSÃO DIGITAL COMO AÇÃO DO “MERCADO”

Embora as ações públicas, em articulação com as ONGs, tenham destaque nos projetos de inclusão digital tratados nesta pesquisa, atores que compõem o que poderíamos chamar de 'mercado' também fazem parte das redes da inclusão digital no Brasil. Em particular, merecem destaque as lan houses e as empresas multinacionais da indústria de TI (incluindo-se nesse grupo as empresas de telefonia). As primeiras, como visto, vêm se articulando para superar barreiras legislativas que tem dificultado sua formalização, como um caminho para a sua integração a políticas públicas de inclusão digital que as considerem como “centros de inclusão digital”. As segundas, vêm atuando sobretudo em ações de responsabilidade social corporativa¹¹⁰, onde a inclusão digital é vista como inclusão no mercado de trabalho, em uma sociedade do conhecimento organizada segundo os moldes do capitalismo informacional (CASLTELLES, 1999).

4.2.1 A lugar das lan houses nas políticas públicas de inclusão digital – regulamentação e complementaridade

A identidade das lan houses como CIDs encontra forte sustentação nos resultados das pesquisas desenvolvidos pelo CGI.br. A pesquisa TIC domicílios 2011, por exemplo, mostra que o “centro público de acesso pago” (Internet café, lan house ou similar) é o principal local de acesso individual à internet, nas classes D e E, com o percentual de 60% do total de usuários, assim como para 53% dos usuários com renda até 1 salário mínimo (ver Figura 17)¹¹¹.

¹¹⁰Embora esse aspecto não tenha sido abordado nesta dissertação, as empresas de telefonia também podem ser incluídas nesse grupo, uma vez que os dispositivos móveis tem se revelado, cada vez mais, como protagonistas da inclusão digital.

¹¹¹Pesquisa realizada entre os dias 1 de novembro de 2011 e 25 de janeiro de 2012, em todo o território nacional, por meio de questionários estruturados, com perguntas fechadas e aplicados face a face nos domicílios dos entrevistados.

Percentual (%)		Domicílio	Lanhouse
TOTAL		67	28
Área	Urbana	69	28
	Rural	41	39
Região	Sudeste	73	23
	Nordeste	52	41
	Sul	72	22
	Norte	50	44
	Centro-Oeste	63	34
	Renda familiar	Até 1 SM	27
	Mais de 1 SM até 2 SM	49	41
	Mais de 2 SM até 3 SM	61	31
	Mais de 3 SM até 5 SM	74	24
	Mais de 5 SM até 10 SM	85	19
	Mais de 10 SM	91	10
Classe social	A	98	8
	B	84	16
	C	58	34
	DE	21	60

Figura 17: Local de acesso individual à internet (Lan Houses vs. Domicílios).

Fonte: CGI.br.

Esse acesso relevante entre os indivíduos com menor poder aquisitivo vem sendo observado desde 2005, quando o CGI.br começou a mapear o perfil de acesso e uso das TICs no Brasil. Em 2010, o comitê organizou uma pesquisa voltada exclusivamente para o fenômeno das lan houses (pesquisa TIC lanhouses 2010). No documento onde são apresentados os resultados dessa pesquisa, as lan houses aparecem como negócios familiares predominantemente informais, com até três funcionários, onde destaca-se a oferta dos seguintes serviços: “jogos e aplicativos de comunicação (Skype, MSN etc), serviços de cópia e impressão, cursos de informática e Internet e também serviços de conveniência, como recarga de celular” (PESQUISA, 2010, p. 17). Segundo o CGI.br, os dados mostram que

[a]lém de levarem a Internet para essa população, as lanhouses podem oferecer uma gama de serviços importantes para pessoas que, até então, estavam impossibilitadas de utilizá-los; podem levar cultura para um país no qual mais de 90% dos municípios não possuem

sequer uma sala de cinema e mais de duas mil cidades não têm bibliotecas, segundo o Ministério da Cultura. Por fim, elas podem também oferecer educação digital, por meio de cursos de informática, reduzindo uma das principais barreiras para a inclusão digital no Brasil: as habilidades com o computador e a Internet (PESQUISA, 2010, p. 19).

Considerando o total da população que acessa a internet no Brasil, a série histórica referente ao local de acesso mostra que, desde 2007, o acesso domiciliar vem crescendo ao mesmo tempo em que o acesso pago vem diminuindo (ver Figura 18). Apesar dessa mudança global de cenário ao longo dos anos, a ainda elevada importância das lan houses para o acesso à internet das classes DE mostra a urgência, já destacada no Capítulo 3, da formalização desse tipo de estabelecimento, com garantia de sustentabilidade e articulação com ações governamentais de inclusão digital. Esse movimento, além de fortalecer esta importante rede de pequenos empreendimentos locais espalhados por todo o país, pode complementar as políticas públicas, necessariamente gratuitas, citadas na seção anterior. Outro fator que reafirma essa urgência e a ideia de complementaridade é a ainda baixa relevância, quando comparada a outras modalidades de acesso, dos telecentros, cuja contribuição ao acesso à internet não passou de 6% desde 2005¹¹² (Figura 18)¹¹³.

112O baixo percentual do acesso à internet via telecentros demonstra a precariedade das ações governamentais de inclusão digital.

113Em cada ano, a distribuição do acesso foi obtida a partir de múltiplas respostas (ou seja, o entrevistado poderia indicar mais de um local de acesso à internet). Além dos locais de acesso indicados na figura (domicílio, lan house e telecentro), o entrevistado poderia indicar também o trabalho, a casa de outra pessoa, a escola e o telefone celular.

GRÁFICO 8. LOCAL DE ACESSO À INTERNET – ÁREA URBANA (2005 – 2011)
 Percentual sobre o total de usuários da Internet

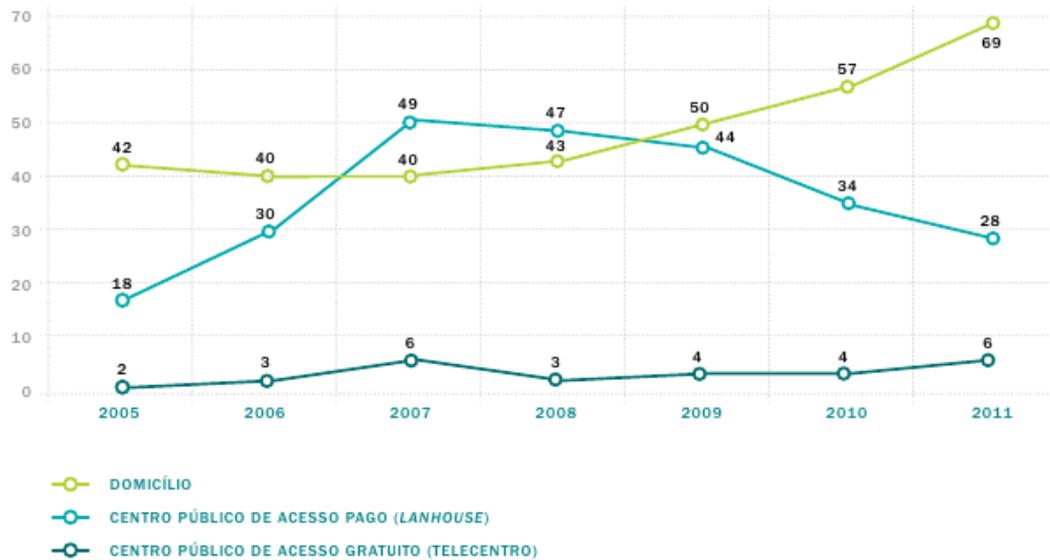


Figura 18: Local de acesso à internet - área urbana (entre 2005 e 2007).

Fonte: CGI.br.

Os caminhos para colocar em cena o papel das lan houses como centros de inclusão digital foram mapeados na pesquisa de campo, construídos pela própria militância dos donos dos estabelecimentos que vêm aliando-se a parlamentares e pesquisadores sensíveis ao tema, grupo dentro do qual me incluo. Tais caminhos, além de derrubar as barreiras legislativas que impedem a formalização e a sustentabilidade das lan houses, devem compatibilizá-las ideologicamente com as políticas públicas de inclusão digital, estabelecendo uma tradução (LATOURET, 2000) entre ambas. Nesta linha, o CGI.br, por exemplo, destacou a predominância do uso de programas proprietários nas lan houses e viu nesse dado um cenário perfeito para fomentar o uso do software livre, “explorando o benefício da diversidade e da legalidade oferecido pelos sistemas gratuitos de código aberto e do processo colaborativo de construção de conhecimento, que poderiam aproximar a lanhouse dos seus usuários mais assíduos e avançados” (PESQUISA, 2010, p. 24). Outros caminhos, como já destacado no Capítulo 3, estão presentes no projeto de lei nº 4361/04, onde as lan houses são declaradas como “de especial interesse social para universalização do acesso à rede

mundial de computadores – internet para fins de garantir o exercício da cidadania” (PL 4361/04) e onde estão previstos dispositivos através dos quais

[a] União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão implantar parcerias com os Centros de Inclusão Digital – CID (Lan Houses) para desenvolvimento de atividades educacionais, culturais, de utilidade pública, de interesse do cidadão e da administração, com vistas na universalização do acesso à internet, especialmente em programas de complementação pedagógica, bem como para assegurar acessibilidade a pessoas com deficiência (PL 4361/04).

Além disso, estão previstas maneiras de certificar as lan houses que se configurarem como CIDs, como demonstra o Art. 7º do PL:

Os Municípios, organizações e associações representativas dos Centros de Inclusão Digital – CID (Lan Houses) poderão criar selos de qualificação, a serem conferidos às Lan Houses que cumprirem os propósitos desta Lei ou que se caracterizem como de promoção de bem-estar social (PL 4361/04).

4.2.2 A inclusão digital nas ações das mega-corporações de TI e seu não-lugar nas políticas públicas de inclusão digital

Em artigo publicado em 2006, Cukierman considera a “inclusão digital de mercado” como “o acesso às TIC’s [...] propiciado pela oferta no mercado de artefatos mais baratos, especialmente para as parcelas da população com “algum” poder aquisitivo (de uma forma geral, são aquelas que pertencem à classe C)” (CUKIERMAN, 2006, p. 53). Em seu trabalho, destaca como indicativo deste movimento o foco que empresas de celulares como a Nokia e a Motorola vinham dando ao mercado de aparelhos de baixo custo em países emergentes como o Brasil, voltados principalmente ao consumidor de baixa renda. Além disso, cita outras ações, tais como a *Iniciativa 50x15*, da AMD, que procurava “desenvolver novas tecnologias e soluções que ajud[assem] a viabilizar o acesso de baixo custo à Internet e aos recursos de computação para 50% da população mundial até o ano 2015” (CUKIERMAN, 2006, p. 55) e o programa Computador Para Todos, do Governo Federal, que ofereceu subsídios fiscais

para a redução do preço dos computadores no mercado varejista.

As ações da Intel e da Cisco junto à Prefeitura do Rio de Janeiro apresentadas neste trabalho são exemplos da participação das multinacionais da indústria de TI nas redes das inclusões digitais e agregam ao cenário pintado por Cukierman (2006) a dimensão da responsabilidade social corporativa. Apesar de distintas na forma, todas essas iniciativas têm uma característica comum: fazem uso da retórica da inclusão digital a partir do argumento de que é necessário incluir os indivíduos na Sociedade da Informação mas não apresentam essa sociedade como um corpo em construção, onde, por isso mesmo, há sérias disputas políticas em jogo. Pelo contrário, naturalizam a imagem da neutralidade técnica e apresentam as TICs como benesses capazes de resolver todos os problemas dos excluídos.

Mais do que de preocupações assistencialistas, tais ações brotam de um objetivo maior, a saber: ampliar o universo de clientes dessas empresas em todo o mundo e o consequente aumento de sua margem de lucros. Esse objetivo fica claro, por exemplo, na fala de Hector Ruiz, presidente e CEO da AMD:

Nossa ‘Iniciativa 50x15’ é mais que meramente fazer o bem pelo mundo. Foi idealizada para exercer um efeito mais permanente — o de ajudar a viabilizar oportunidades econômicas e reinvestimentos em mercados com alto índice de crescimento —, principalmente na fabricação e distribuição locais. Esta abordagem foi elaborada com base em incentivos e estratégias que são, não só de boas intenções, mas também de bons negócios (HECTOR apud CUKIERMAN, 2006, grifos nossos).

A inclusão digital, nesse caso, representa somente uma inclusão no mercado consumidor global das TICs, e é nesse ponto que reside o principal problema desse tipo de iniciativa para a construção das políticas públicas de inclusão digital. Ainda que se possa argumentar, por exemplo, que a redução do custo de acesso às TICs pode ser considerada uma ação positiva, por, em teoria, ampliar a posse desses recursos, há que se ter em mente que essa ação não contempla a observância da política ontológica inerente à construção/escolha/uso deles. Olhando-se por esse ângulo, o argumento da positividade cai por terra. Aliando-me a Cukierman (2006, p. 58),

[u]ma possível inclusão pode ser a de engolfar vastos contingentes populacionais no mercado de consumo. Mas outras inclusões, aquelas pelas quais pugnamos, reivindicam direitos culturais que não se

reduzam a simples direitos de consumidor mas sim que estejam direcionados à consolidação de uma cultura de paz e democracia. Quando é este o caso, torna-se fundamental compreender que o ciberespaço não possui uma “natureza” dada de antemão. Podemos – e devemos – escolher que tipo de ciberespaço queremos e quais as liberdades que desejamos assegurar. Todas essas escolhas dizem respeito à arquitetura, à qual tipo de código deveria governar o ciberespaço. Neste sentido, o código constitui-se como a forma mais significativa de lei, e, portanto, cabe aos formuladores de leis e de políticas, e especialmente aos cidadãos, decidirem quais os valores a serem incorporados pelo código.

Por esse ângulo, vejo pouco espaço para a articulação entre as ações de inclusão digital da indústria de TI e as políticas públicas referentes ao tema. Se queremos destacar o processo de construção contínua do ciberespaço e a política ontológica inerente a essa construção, devemos ter o poder de influir na definição dos códigos que regem seu comportamento, que só refletirão os anseios, locais, da população brasileira se houver, de fato, um processo dialógico com a sociedade. Um processo que misture chips, placas de computadores, celulares, protocolos, linguagens de programação, leis, pessoas, comunidades e instituições governamentais e produtivas na busca pela produção local de conhecimento e pela redução das desigualdades sociais e econômicas. Os caminhos defendidos pela militância da inclusão digital aproximam-se muito mais desse processo do que as ações das mega-corporações, por defenderem o uso das tecnologias livres nas ações de inclusão digital e a necessária participação social na definição e condução dessas ações. Voltando ao Grito dos Excluídos,

[...] sabendo que Inclusão Digital só faz sentido se viabiliza acesso ao conhecimento e promove a emancipação cidadã, produzindo sujeitos críticos e participativos, reforçamos ainda que é imperativo que tenhamos padrões abertos e licenças que promovam a colaboração e o compartilhamento, por meio de uma plataforma em tecnologias livres (OID, 2012, p. 29).

Por essa lógica, os indivíduos são colocados como sujeitos ativos na construção do ciberespaço, considerando-se, é claro, todas as ressalvas feitas anteriormente sobre a construção dessa política pública de inclusão digital. Construir ações governamentais a partir das ações das corporações de TI, neste caso, é correr o risco de reificar a posição do Brasil como receptor dos fatos e artefatos produzidos além-mar e, possivelmente, submeter o cidadão ao papel de mero consumidor, o que, em última instância, pode

tensionar ainda mais a divisão existente entre os países produtores de tecnologia e aqueles fadados a seu consumo e reprodução.

4.3 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS – DA INCLUSÃO DIGITAL À CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DIGITAL LIVRE

Como destacado anteriormente, um dos objetivos desta dissertação foi contribuir com elementos para a configuração de políticas públicas de inclusão digital renovadas, sensíveis a aspectos tais como: a complexidade da vida, o valor do conhecimento local e a agência dos artefatos. Ao destacar tais aspectos, situo esta pesquisa na ação militante que se propõe a intervir na(s) realidade(s), sempre passíveis de mudanças.

Considerando que as conclusões deste trabalho encontram-se distribuídas ao longo de sua leitura/redação, sendo difícil, portanto, dissociá-las de seus contextos, apresento a seguir uma última reflexão acerca do lugar da metáfora da inclusão/exclusão digital na construção de uma sociedade da informação sustentada pelas defesas da militância da inclusão digital no Brasil.

Uma mudança que vem sendo observada nas realidades tratadas neste trabalho diz respeito ao aumento, ainda que lento, dos índices de acesso às TICs. Ainda que a retórica da inclusão digital mais militante coloque em cena a defesa por uma inclusão que vá além da questão do acesso, essa mudança de cenário pressiona as políticas públicas para que de fato articulem a retórica à prática. Supondo uma realidade onde (quase) todos estejam conectados, dificilmente se sustentaria a defesa pelo investimento em uma rede de telecentros, por exemplo, se estes tivessem o foco somente em acesso. Afinal, o que levaria as pessoas até um telecentro se, de casa, através de um celular, no trabalho ou na escola, elas poderiam (podem) se inserir sem maiores problemas no ciberespaço? Colocando a questão de outra maneira, qual o destino das políticas públicas de inclusão digital em um mundo sem excluídos digitais? A resposta parece difícil de ser alcançada devido a problemas semânticos. Se é interesse da militância da inclusão digital ir além da questão do acesso e defender a construção de políticas públicas que levem a um ciberespaço livre, que contribua para a participação social nos fóruns de decisão política e para a redução das desigualdades sociais, a metáfora da

inclusão digital não parece contemplar toda essa complexa agenda tecnopolítica. Neste sentido, sem deixar de reconhecer sua importância histórica, é preciso problematizar a metáfora e construir uma outra que reforce o exercício/construção de uma **cultura digital livre** capaz de colocar em cena questões importantes, tais como: (a) a multiplicidade de maneiras através das quais alguém pode se incluir digitalmente, (b) a não causalidade entre inclusão digital e a redução de desigualdades sociais, (c) o tipo de relação social que se está reforçando através do ato de incluir, ou, colocando o argumento de maneira diferente, a sociedade da informação que se está reificando através do ato de inclusão e (d) os diversos e complexos universos sociais onde o suposto excluído está, de fato, incluído, e que são negados pela metáfora da inclusão/exclusão.

Faço a proposta na defesa de uma política pública de construção/fomento de uma cultura digital livre que seja reconhecida não somente nas ações voltadas aos despossuídos dos recursos de informática, mas que se faça presente também, de maneira transversal, em outras políticas públicas, de diversas áreas, tais como educação, saúde e cultura, e também no cotidiano da população. Um exemplo de transversalidade da retórica de fomento a uma cultura digital livre é a do software livre, presente tanto nas políticas de inclusão digital quanto nas diretrizes de uso de softwares no serviço público¹¹⁴. Com isso, garante-se que a retórica da inclusão digital, que reforça a ideia de algo voltado somente para os “pobres”, transforme-se em uma proposta de mudança mais ampla e radical, que coloque no centro das atenções a necessidade de se reconhecer a política intrínseca dos artefatos e que a Sociedade da Informação, antes de uma externalidade acabada na qual deve-se ou não estar inserido, deve ser objeto de permanente problematização e (re)construção.

¹¹⁴Ver, por exemplo, a iniciativa do Software Público Brasileiro, disponível em <http://www.softwarepublico.gov.br/>.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vania. Comissão aprova regulamentação de lan houses. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 8 dez. 2010. Disponível em:

<<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/CIENCIA-E-TECNOLOGIA/151943-COMISSAO-APROVA-REGULAMENTACAO-DE-LAN-HOUSES.html>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL (ABCID). **Estatuto**, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em <<http://www.abcid.org.br/estatuto>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

ASSUMPÇÃO, Rodrigo. [**Sobre o ONID**]. Rio de Janeiro, 2010. Entrevista disponível em <<http://www.onid.org.br/media/portal/flash/dewplayer.swf?son=http://www.onid.org.br/media/portal/arquivos/audios/rodrigoassumpcao.mp3>>. Gravada para mídia digital local (em disco) em 8 nov. 2010.

AZEVEDO, Jefferson Manhães de. **TICs, Comunidades, Estado, Esfera Pública e Governança: casos de inclusão digital no Brasil**. 2009. 232 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Sistemas e Computação)–Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BRANDÃO, Mário. [**Sobre a ABCID**]. Rio de Janeiro, 2010. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima em 11 nov. 2010.

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Briec Bay. In LAW, John. **Power, action and belief: a new sociology of knowledge?** London: Routledge, 1986, pp.196-223.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PL 4361/2004**. Brasília, DF, Brasil, 2013. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=268907>>. Acesso em: 4 jan. 2013.

CARVALHO, Marco Aurélio de; SILVA FILHO, Roosevelt Tomé. Os novos rumos do Casa Brasil. **A Rede**, ano 6, n. 57, pp. 18-22, abril de 2010. Entrevista concedida a

Patrícia Cornils. Disponível em: <<http://www.aredede.inf.br/inclusao/edicoes-antteriores/159-edicao-aredede-no-57-abril-de-2010/2853-entrevista>>. Acesso em: 07 nov. 2010.

CARVALHO, Olívia Bandeira de Melo. Os “incluídos digitais” são “incluídos sociais”? Estado, mercado e a inserção dos indivíduos na sociedade da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 19–31, mar. 2009.

_____. **“Jogar, encontrar os amigos ou espalhar o currículo por aí”**: uma etnografia na lan house e no telecentro. 2010. Paginação irregular. Dissertação (Mestrado em Comunicação)–Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENTRAL ÚNICA DAS FAVELAS (CUFA). **Fotos das oficinas de informática**. 2012. Disponível em: <<http://www.rapensando.com.br/?pag=informatica>>. Acesso em: 29 dez. 2012.

CISCO. **Programa Cisco Networking Academy – Como Participar?** 2012a. Disponível em: <http://www.cisco.com/web/BR/educacao/netacad/participar/como_participar.html>. Acesso em: 14 dez. 2012.

_____. **Programa Cisco Networking Academy – Como Academia**. 2012b. Disponível em: <http://www.cisco.com/web/BR/educacao/netacad/participar/como_academia.html>. Acesso em: 14 dez. 2012.

_____. **Programa Cisco Networking Academy – Rio de Janeiro**. 2012c. Disponível em: <http://www.cisco.com/web/BR/educacao/netacad/Programa/funciona/info_academias_rj.html>. Acesso em: 14 dez. 2012.

_____. **Informações Gerais do Programa – Benefícios do Programa**. 2012d. Disponível em: <http://www.cisco.com/web/BR/educacao/netacad/Programa/Programa_info/info_beneficios.htm>. Acesso em: 14 dez. 2012.

CLARK, Lynn Schofield; DEMONT-HEINRICH, Christof, WEBBER, Scott A. Ethnographic Interviews on the Digital Divide. **New media & society**, v. 6, n. 4, p. 529-547, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Edital nº 041/2005. **Diário Oficial da União (DOU)**, nº 117, Seção 3, p. 5, 21 de junho de 2005. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=5&data=21/06/2005>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

CONVERGÊNCIA DIGITAL. IBGE reclassifica atividade das Lan Houses. **Convergência Digital**, 24 mai. 2010. Disponível em: <<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=22703&sid=14>> . Acesso em: 15 mar. 2013.

CORNILS, Patrícia. Lanhouses em nova fase. **ARede**, ano 4, n. 44 (Jan/Fev), pp. 12-18, 2009. Disponível em: <<http://www.aredo.inf.br/inclusao/edicao-no44-jan-fev2009/1616-capa-lanhouses-em-nova-fase>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

CORRÊA, Romulo de Amorim. **A construção social dos programas públicos de inclusão digital**. 2007. 168 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

COSTA, Ana Claudia; BRUNET, Daniel; MAGALHÃES, Luiz Ernesto e MENDES, Taís. Polícia invade Complexo do Alemão. **O Globo**, 28 nov. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/policia-invade-complexo-do-alemao-2919504>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

CUKIERMAN, Henrique Luiz. Direitos culturais e inclusões digitais. **Proposta** – Revista trimestral de debate da FASE, Rio de Janeiro , n. 109, p. 50-56, jun. 2006.

CUKIERMAN, Henrique Luiz, TEIXEIRA, Cássio, PRIKLADNICKI, Rafael. Um Olhar Sociotécnico sobre a Engenharia de Software. **RITA** – Revista de Informática Teórica e Aplicada, v. 14, n. 2, p. 199-219, 2007.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

CÚPULA DAS AMÉRICAS. **Declaração da Cidade de Quebec**. 2001a. Disponível

em: <http://www.summit-americas.org/iii_summit/iii_summit_dec_pt.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2010.

CÚPULA DAS AMÉRICAS. **Plano de Ação**. 2001b. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/iii_summit/iii_summit_poa_pt.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2010.

DANIEL (pseudônimo). [**Sobre participação na Casa Brasil da Cufa**]. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima em 12 mai. 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v.1, São Paulo: Editora 34, 1995.

DIAS, Lia Ribeiro. **Anuário ARede de inclusão digital: projetos da sociedade civil**. São Paulo: Momento Editorial, 2010. Disponível em: <http://www.arede.inf.br/pdfs/Anuario%20ARede_2011.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2012.

DIAS, Lia Ribeiro. **Anuário ARede de inclusão digital: projetos do setor público**. São Paulo: Bit Social, 2011. Disponível em <<http://www.arede.inf.br/images/anuario2012/AnuarioARed201.pdf>>. Acesso: em 17 mar 2012.

DONOS DE LAN HOUSES (anônimos). **Sobre a experiência de administrar uma lan house** [1 e 8 dez. 2010]. Rio de Janeiro, 2010. Caderno de campo. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima.

EDWARDS, Paul N. **The Closed World: Computers and the Politics of Discourse in Cold War America**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

FERREIRA, Jonatas; ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Democracia Digital: Para Além da Ideia de Justiça Distributiva. In: MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita (Orgs.). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

GUNKEL, David J. Second Thoughts: Toward a Critique of the Digital Divide, **New media & society**, v. 5, n. 4, p. 499-522, 2003.

HARAWAY, Donna Jeanne. A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-

Feminism in the Late Twentieth Century. In: HARAWAY, Donna Jeanne. **Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature**. New York, USA, Routledge, pp. 149-181, 1991.

HEINHARD, Nicolau; MACADAR, Marie Anne. Governance and Management in the Sao Paulo Public Telecenter Network. **Information Technology for Development**, v. 12, n. 3, p. 241–246, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISAS E PROJETOS SOCIAIS E TECNOLÓGICOS (IPSO); MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Observatório Nacional da Inclusão Digital**. 2010. Disponível em: <<http://www.onid.org.br>>. Acesso em: 16 out. 2010.

INTEL. **Programa Intel® Aprender** - O conhecimento do século XXI em um Programa de ensino comunitário. Intel Corporation, 2009. Disponível em: <http://download.intel.com/education/learn/IntelLearnBrochure_Portuguese.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2012.

JOSÉ (pseudônimo). [**Sobre a Casa Brasil do CIAD Mestre Candeia**]. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima, via *skype*, em 13 fev. 2012.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory**. New York: Oxford University Press, 1995.

_____. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LAW, John. Notes on the theory of the actor-network: Ordering, strategy, and heterogeneity. **Systemic Practice and Action Research**, v. 5, n. 4, p. 379-393, ago. 1992.

_____. **After method: mess in social science research**. London; New York: Routledge, 2004.

_____. **Making a mess with method**. Version of 19th January 2006. Disponível em <<http://www.heterogeneities.net/publications/Law2006MakingaMesswithMethod.pdf>>. Acesso em: 17 mar 2012.

LEMOS, Ronaldo; MARTINI, Paula. LAN house: a new wave of social inclusion in Brazil. **Information Technologies & International Development**, v. 6, Special Edition, p. 31-35, 2010.

LEMOS, Ronaldo; MONCAU, Luiz Fernando Marrey; FERRAZ, Joana Varon; CAVALLI, Cássio. **Comissão Especial Centros de Inclusão Digital - Lan House: Diagnóstico e Proposta de Discussão para Formalização do Setor**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio/Centro de Tecnologia e Sociedade, 2010.

LESSIG, Lawrence. **Code: and other laws of cyberspace**. New York; Basic Books, 1999.

LIMA, Alberto Jorge Silva de; CUKIERMAN, Henrique Luiz. Entre a inclusão digital e o desenvolvimento social: uma visita à Casa Brasil de Vigário Geral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE, 4., 2011, Curitiba. **Anais do IV Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade**. Curitiba: UTFPR, 2011. Disponível em <<http://www.esocite.org.br/eventos/tecsoc2011/cd-anais/arquivos/pdfs/artigos/gt023-entrea.pdf>>. Acesso em: 17 mar 2012.

LIMA, Alberto Jorge Silva de; CUKIERMAN, Henrique Luiz. Da integração das Américas a um cemitério de pipas: a construção de um projeto de inclusão digital na Favela da Maré. **Rev. iberoam. cienc. tecnol. Soc**, v. 6, n. 18, 2012. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-00132012000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 jul. 2012.

LIVINGSTONE, Sonia, HELSPER, Ellen. Gradations in digital inclusion: children, young people and the digital divide. **New Media & Society**, v. 9, n. 4, pp: 671-696, 2001.

LOPES, ÁUREA. Oficina de inclusão digital propõe resgate do protagonismo social. **ARede**, São Paulo, 24 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.aredo.inf.br/noticias/1798-oficina-de-inclusao-digital-propoe-resgate-do-protagonismo-social>>. Acesso em: 17 abr. 2013.

MARIA (pseudônimo). [**Sobre participação na Casa Brasil de Vigário Geral**]. Rio de Janeiro, 2010. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima em 22 out. 2010.

MARQUES, Ivan da Costa. Engenharias brasileiras e a recepção de fatos e artefatos In: LIANZA, Sidney, ADDOR, Felipe (Org.). **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005, pp. 13-26.

MARTIN, Emily. The Egg and the Sperm: How Science Has Constructed a Romance Based on Stereotypical Male-Female Roles. **Signs**, v. 16, n. 3, pp. 485–501, 1991.

MATTOS, Beatriz Arosa. [**Sobre telecentro da ACM**]. Rio de Janeiro, 2010. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima em 12 mai. 2010

MORAES, Luís Felipe Magalhães de. [**Sobre projeto de conexão de favelas à Rede Rio**]. Rio de Janeiro, 2010. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima e Henrique Luiz Cukierman em 4 mai. 2010.

MOSER, Mary Anne. Text “Superpowers”: A Study of Computers in Homeless Shelters. **Science, Technology, & Human Values**, v. 34, n. 6, pp. 705–740, 2009.

MOTTA, Eugênia de Souza Mello Guimarães. A ‘**outra economia**’: um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária. 2004. 102 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Conheça o Plano Nacional de Qualificação – PNQ**. Brasília: MTE, 2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pnq/conheca.asp>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

NATIONAL TELECOMMUNICATIONS AND INFORMATION ADMINISTRATION (NTIA). **Falling Through the Net: A Survey of the ‘Have-nots’ in Rural and Urban America**. US Department of Commerce, Washington, D.C., 1995. Disponível em <<http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/fallingthru.html>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

_____. **Falling Through the Net II: New Data on the Digital Divide**. US Department of Commerce, Washington, D.C., 1998. Disponível em <<http://www.ntia.doc.gov/ntiahome/net2/falling.html>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

_____. **Falling through the Net: Defining the Digital Divide**. US Department of Commerce, Washington, D.C., 1999. Disponível em <<http://www.ntia.doc.gov/report/1999/falling-through-net-defining-digital-divide>>. Acesso em: 23 fev.2012.

PEREIRA, Vanessa Andrade. Entre games e folgações: apontamentos de uma

antropóloga na lan house. **Etnográfica**, v. 11, n. 2 (Nov), pp. 327-352, 2007.

_____. **Na Lan House, “porque jogar sozinho não tem graça”**: estudo das redes sociais juvenis on e off line. 2008. 362 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PESQUISA sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: TIC lanhouses 2010. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012.

PESQUISA sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2011. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2012.

PORTAL DE GOVERNO ELETRÔNICO DO BRASIL. **Inclusão Digital**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: Brasília, D.F., 2010. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br/comites-tecnicos/inclusao-digital>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **SMPD - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência - Conheça a secretaria**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smpd/exibeconteudo?article-id=93793>>. Acesso em: <10 dez. 2012>.

_____. **SECT – Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia – SECT, CISCO e INTEL celebram convênio no CCRDL**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sect/exibeconteudo?id=2026366>>. Acesso em: <10 dez. 2012>.

_____. **SECT – Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia – Inscrições abertas para cursos de informática nas Casas Rio Digital**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2011b. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sect/exibeconteudo?id=2122275>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

_____. **Casa Rio Digital – O Projeto**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <<http://www.casariodigital.uff.br/index.php/projeto>>. Acesso em: <26 jul. 2013>.

PROGRAMA GESAC. **Manual do Ponto GESAC**. Brasília: Ministério das

Comunicações, 2011. Disponível em
<http://www.gesac.gov.br/images/publicacoes/Manual_do_Gesac_2011_-_versao_Web.pdf>. Acesso em 22 fev. 2013.

PROGRAMA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (SOCINFO). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

PROJETO CASA BRASIL. **Como fazer um conselho gestor funcionar**. Brasília: Casa Brasil, 2008. Disponível em:
<http://www.casabrasil.gov.br/manual_conselho_gestor.pdf>. Último acesso em: 07 de novembro de 2010.

_____. **Relatório Parcial de Avaliação**: Opinião dos Coordenadores das Unidades Casa Brasil em junho de 2007. Brasília, MCT/CNPq/ITI, 2008.

REDES DA MARÉ. **A Maré**. 2010. Disponível em: <<http://redesdamare.org.br/?cat=28>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

REGIANE (pseudônimo). [**Sobre a Casa Brasil da Cufa**]. Rio de Janeiro, 2012. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima em 18 jun. 2012.

ROCHA, Iara de Salvo. **Unidades de polícia pacificadora**: controvérsias que tecem a vida urbana. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social)–Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ROJAS, Katrina; BOTELHO, Antonio José; TÁVARA, Ignacio. **External Review of the Institute for Connectivity in the Americas**: Final Report. 2005a Disponível em: http://www.idrc.ca/uploads/user-S/11368387131Report_and_Appendix.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2010.

_____. **PI External Reviews**: Summary of Report. 2005b. Disponível em: http://www.idrc.ca/uploads/user-S/12154443531Finding_PI_external_reviews_connectivity_in_the_americas.pdf. Acesso em 13 de maio de 2010.

ROSZAK, Theodore. O computador e a contra-cultura. In: ROSZAK, Theodore, **O culto da informação** – o folclore dos computadores e a verdadeira arte de pensar. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1998, Capítulo 7.

SANTOS, Edvalter Souza. **Desigualdade social e inclusão digital no Brasil**. 2006. 228 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)–Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sociotécnico da informação digital e genética**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

SASSI, Sinikka. Cultural differentiation or social segregation? Four approaches to the digital divide, **New Media & Society**, v. 7, n. 5, pp: 684-700, 2005.

SAWHNEY, Harmmeet; SURI, Venkata Ratnadeep. Lateral Connectivity at the Margins: Ritual Communication and Liminality on Aboriginal Networks. **Science, Technology, & Society**, v. 13, n. 2, pp. 345-368, 2008.

SCHNEIDER, Ricardo. [**Sobre participação no projeto de conexão de favelas à Rede Rio**]. Rio de Janeiro, 2010. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima, via telefone, em 2 mai. 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (SMPD). **Programas e projetos** – CIAD Mestre Candeia. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www0.rio.rj.gov.br/funlar/index.php?catid=39&blogid=3#prg192>>. Acesso em: <26 jul. 2013>.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE (SNJ). **ProJovem Urbano** – Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2007. Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br/site/index.php>>. Acesso em: 07 nov. 2010.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In HETKOWSKI, Tânia Maria (org.), **Políticas públicas & inclusão digital**, Salvador, Brasil, EDUFBA, 2008.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu

Abramo, 2002.

SISMONDO, Sergio. Science and Technology Studies and an Engaged Program. In HACKETT, Edward J.; AMSTERDAMSKA, Olga; LYNCH, Michael; WAJCMAN, Judy. (eds.). **The handbook of science and technology studies**. 3rd ed., The MIT Press, Cambridge, USA, 2008.

SISTEMA desenvolvido pela COPPE leva internet de alta velocidade a comunidades carentes. **Planeta COPPE**, 1 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planeta.coppe.ufrj.br/artigo.php?artigo=484>. Acesso em: 1 abr. 2010.

SOARES, Carla Danielle Monteiro. **Análise da rede de atores na trajetória de implantação de lan houses no Brasil e seu possível papel de agente propiciador de inclusão digital**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado Executivo em Gestão Empresarial), Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

STALLMAN, Richard. Is Digital Inclusion a Good Thing? How Can We Make Sure It Is. **IEEE Communications Magazine**, v. 48, n. 2 (Fev), pp. 112–118, 2010.

STAR, Susan Leigh.; GRIESEMER, James R. Institutional Ecology, 'Translations' and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. **Social Studies of Science**, v. 19, n. 3, pp. 387-420, 1989.

STEWART, Concetta M., GIL-EGUI, Gisela, TIAN, Yan, PILEGGI, Mairi Innes. Framing the digital divide: a comparison of US and EU policy approaches. **New Media & Society**, v.8, n.5, pp. 731–751, 2006.

STONE, Glenn Davis. Contradictions in the Last Mile : Suicide, Culture, and E-Agriculture in Rural India. **Science, Technology, & Human Values**, v. 36, n. 6, pp. 759–790, 2011.

TRIPP, Lisa M. 'The computer is not for you to be looking around, it is for schoolwork': Challenges for digital inclusion as Latino immigrant families negotiate children's access to the internet. **New media & society**, v. 13, n. 4, pp. 552–567, 2011.

VILMA (pseudônimo). [**Sobre a Casa Brasil de Vigário Geral**]. Rio de Janeiro, 2010. Entrevista concedida a Alberto Jorge Silva de Lima em 6 out. 2010.

VIVA RIO. **Estação Futuro**. 2002. Disponível em:
<<http://www.vivario.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=22&infoid=58>>.
Acesso em: 13 jun. 2006.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social**: a exclusão digital em debate.
São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006

WYATT, Sally. Danger! Metaphors at Work in Economics, Geophysiology, and the Internet. **Science, Technology, & Human Values**, v. 29, n. 2, p. 242-261, 2004.

ANEXOS

ANEXO A – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UTILIZADO NA PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (em duas vias)

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada: *Inclusões digitais no Brasil: narrativas, performatividade e política ontológica*, que tem como um de seus objetivos: descrever como se dá a concepção e a realização de projetos de inclusão digital no Brasil.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os dados coletados serão utilizados apenas NESTA pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder entrevistas e disponibilizar documentos e informações relativas à sua participação em projetos de inclusão digital ou afins. Quando houver entrevista, esta será gravada em mídia eletrônica que será guardada por cinco (05) anos e descartada após esse período.

Você não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionada à sua participação. O benefício relacionado à sua participação será o de aumentar o conhecimento científico para a área de pesquisa.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone/e-mail e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Alberto Jorge Silva de Lima
Pesquisador, Mestrando da Linha de Pesquisa Informática e Sociedade
Programa de Engenharia de Sistemas e Computação - PESC/COPPE
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Cel:
e-mail: alberto@cos.ufrj.br

_____, _____ de _____ de 2012.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Sujeito da Pesquisa (ou responsável, se menor de idade)

ANEXO B – CARTA DA 5ª OID

Carta de Porto Alegre

Por um compromisso com a Inclusão Digital no Brasil

A carta a seguir expressa o consenso e o compromisso de mobilização dos participantes da V Oficina de Inclusão Digital realizada em Porto Alegre entre 5 e 9 de junho de 2006. A carta será entregue aos atuais gestores públicos, aos candidatos e candidatas à Presidência da República, aos governos dos Estados brasileiros e ao Congresso Nacional, solicitando o compromisso público com a Inclusão Digital.

"O Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação de 2003 destaca como objetivo central a construção de uma sociedade da informação que inclua a todos, e que coloque a comunicação como um direito humano fundamental, que mostre o potencial do conhecimento e das tecnologias à serviço do desenvolvimento humano contidos nas Metas do Milênio da ONU.

O Brasil precisa resgatar a coerência entre os acordos firmados e as decisões políticas nacionais. O alcance e a dimensão dos projetos de inclusão digital no país não estão respondendo à complexidade e a enorme demanda em todo o território nacional. Graves problemas de infra-estrutura e grandes áreas geográficas sem acesso a serviços de internet vão criando cidadãos excluídos da sociedade da informação.

Desde a realização da primeira Oficina de Inclusão Digital, em 2001, podemos dizer que alcançamos pequenas metas que propusemos. Avanços se deram na construção do discurso e em algumas iniciativas. O software livre foi compreendido por setores importantes do governo brasileiro como estratégia para a inclusão digital, para economia de recursos públicos e também como ponto de apoio para geração de trabalho e novas oportunidades para cidadãos, e para pequenas e médias empresas brasileiras. A inclusão digital está em ações pontuais do governo federal, mas com pouca integração entre os projetos em curso.

O Brasil precisa de uma política pública unificada que inclua a cidadania na sociedade da informação.

Sendo assim, reivindicamos um conjunto de ações gerais para uma política pública de tecnologias de informação e comunicação a serviço da inclusão digital:

1 – Que os governos municipais, estaduais e federal desenvolvam e implementem Planos de Inclusão Digital como forma de unificar, racionalizar e otimizar os recursos públicos. Para isso, seria fator de importância a criação (especificamente para esse fim) de Órgão ou Secretaria – com recursos garantidos no orçamento. É importante para a sociedade civil uma definição precisa da coordenação governamental responsável pelas ações de inclusão digital;

2 – Que os governos discutam amplamente com as entidades da sociedade civil e implementem marcos regulatórios de políticas públicas que apoiem a sustentabilidade de iniciativas de inclusão digital no contexto das discontinuidades geradas pelas mudanças de gestão;

3 – Parceria institucional com os programas governamentais de assistência social para que os beneficiários sejam incluídos na sociedade da informação por ser parcela considerável do público-alvo de uma política nacional de Inclusão Digital;

4 - Liberação dos fundos públicos, em especial do FUST, de fomento para o desenvolvimento social e econômico no campo das Tecnologias de Informação e Comunicação;

5 – O combate à exploração comercial abusiva dos custos de banda de internet;

6 - A criação em lei do Conselho Nacional de Inclusão Digital, com ampla participação de entidades da sociedade civil e movimentos sociais. O Conselho participará da definição das principais diretrizes da política pública de inclusão digital do país, bem como no cogerenciamento dos recursos públicos previstos para esse fim. A iniciativa deve ser replicada nos estados e municípios;

7 – O uso e a migração do Software Livre para as iniciativas públicas e governamentais de Inclusão Digital;

8 - Uma política industrial de desenvolvimento das Tecnologias de Informação como

forma de geração de trabalho e renda, assim como o fortalecimento da autonomia na produção dessas tecnologias;

9 – Garantir recursos públicos que dêem continuidade e priorizem as conexões compartilhadas, redes e telecentros comunitários de acesso público e gratuito;

10 – O monitoramento rigoroso das metas de universalização dos novos contratos de concessão de telefonia fixa, incluindo a instalação dos PST's (Postos de Serviços de Telecomunicações) em parceria com gestores locais para aproveitar a infra-estrutura e transformá-los em telecentros comunitários;

11 – Que as iniciativas de Inclusão Digital se aliem a um verdadeiro processo de democratização dos meios de comunicação, reconhecendo e incrementando as rádios comunitárias;

12 - Que as iniciativas de Inclusão Digital garantam a participação da comunidade em que estão localizadas;

13 – Que as políticas de Inclusão Digital fomentem o associativismo, o cooperativismo e as ações de Economia Solidária;

14 - Iniciativas de Inclusão Digital que promovam as línguas, os dialetos, as identidades culturais e étnicas;

15 – A criação de instrumentos de monitoramento de políticas públicas. Que os planos de inclusão digital venham acompanhados com avanços de políticas de governo eletrônico, ocasionando uma maior participação da sociedade na esfera pública;

16 – Que os ambientes de inclusão digital estejam de acordo com o Decreto Lei no. 5296/04 de acessibilidade, que garante às PPD's (Pessoas Portadoras de Deficiência) o acesso aos bens e serviços públicos;

17 – O reconhecimento do Fórum Permanente de Inclusão Digital como representante da sociedade civil organizada na elaboração e discussão de políticas públicas de Inclusão Digital;

18 – O estabelecimento de políticas e ações de acondicionamento de equipamentos e meta-reciclagem como premissa de uma nova forma de se relacionar com a tecnologia e com o meio-ambiente;

19 – O incentivo de iniciativas de Inclusão Digital relacionadas à formação, produção e compartilhamento de conhecimento e de conteúdo;

20 – Um sistema brasileiro de TV Digital que garanta a participação, a produção e a

difusão de conteúdos livres pela sociedade civil como um serviço de inclusão digital;

21 – Que as políticas públicas de Inclusão Digital incluam as questões de gênero, raça, GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), os povos indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e as comunidades de pescadores artesanais".

Rits, Sampa.org, Cemina, Coletivo Digital, Província Marista, Fundação Pensamento Digital, Cidadania Digital, MST e representantes de telecentros, 9 de junho de 2006

ANEXO C – CARTA DA 6ª OID

Nesta sexta edição da Oficina de Inclusão Digital, entidades da sociedade civil envolvidas com os temas centrais das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento humano, econômico e social, apresentam sua pauta para a formulação de uma política pública integradora neste campo. Esta carta expressa o consenso, trabalhado a partir dos avanços já consolidados na V Oficina de Porto Alegre, e os que a subscrevem assumem o compromisso público de fazê-la circular amplamente entre gestores públicos nas diferentes esferas governamentais e repercutila junto aos demais organismos da sociedade civil.

Desde a realização da primeira Oficina para Inclusão Digital, em 2001, vimos alcançando parte das metas que nos propusemos. Superamos obstáculos e divergências e conseguimos construir um discurso comum que vem orientando ações e iniciativas. A Inclusão Digital está presente em várias ações do Governo Federal que hoje apontam para construção de uma política que busca construir convergências e vencer obstáculos que se apresentam como comuns.

Nós vimos insistindo que o Brasil precisa de uma política pública integrada que coloque a cidadania no horizonte da sociedade da informação. Sendo assim, reivindicamos um conjunto de ações gerais para uma política pública de tecnologias de informação e comunicação a serviço da inclusão digital:

1. Que todas as esferas de governo desenvolvam e implementem Planos de Inclusão Digital como forma de integrar ações, racionalizar e otimizar recursos públicos. É importante que a sociedade civil visualize de forma precisa que ente governamental coordena e responde pelas ações de inclusão digital, de forma a poder participar do debate, contribuir e fiscalizar;
2. Que se amplie e dissemine o debate com toda sociedade civil visando construir consenso que avance o processo de implementação de marcos regulatórios de políticas públicas que assegurem a sustentabilidade e permanência de iniciativas de Inclusão

Digital, superando os obstáculos que se interpõem num contexto de descontinuidade geradas pelas mudanças de gestão;

3. Os diversos programas sociais e políticas públicas, voltados para assistência social, criança e adolescente, inserção produtiva, educação de jovens e adultos devem ter como um de seus componentes ações de inclusão digital;

4. Liberação imediata dos fundos públicos, em especial do FUST, para a implantação de programas e projetos de inclusão digital por parte dos governos federal, estaduais e municipais, bem como diretamente por organizações da sociedade civil;

5. Uma política pública decisiva que estimule a redução significativa dos preços de conexão à Internet, tanto para o usuário final como para os provedores locais de serviços de Internet;

6. O uso e a migração para Software Livre nas iniciativas públicas e governamentais de Inclusão Digital;

7. Fortalecer uma política industrial de desenvolvimento no campo das Tecnologias de Informação e Comunicação visando a geração de trabalho e renda e priorizando autonomia na produção dessas tecnologias;

8. Assegurar recursos públicos e um marco legal habilitador para a implementação de estratégias de municípios digitais que contemplem projetos de inclusão digital públicos e gratuitos como redes de conexão à internet comunitárias, telecentros comunitários e conexões compartilhadas;

9. O monitoramento sistemático e regular das metas de universalização dos contratos de concessão, com vistas a garantir amplas facilidades para iniciativas locais de inclusão digital;

10. Acesso isonômico aos pontos de presença das espinhas dorsais em cada município, tanto para provedores de serviços locais como para iniciativas de inclusão digital, bem como garantia regulatória que esses pontos de presença tenham banda de alta disponibilidade à medida que expandam sua utilização no município;

11. Que as iniciativas de Inclusão Digital se aliem a um verdadeiro processo de democratização dos meios de comunicação, reconhecendo e incrementando as rádios comunitárias;

12. Que as iniciativas de Inclusão Digital assegurem uma gestão participativa das comunidades onde estão localizadas;

13. Que as políticas de Inclusão Digital fomentem o associativismo, o cooperativismo e as ações de Economia Solidária;
14. Fortalecer e incentivar iniciativas de inclusão digital que promovam as línguas, os dialetos, as identidades culturais e étnicas;
15. Que os planos de inclusão digital venham acompanhados de medidas efetivas de promoção da transparência e acesso à informação pública e de avanços de políticas de governo eletrônico, ocasionando uma maior participação da sociedade na esfera pública;
16. Que os ambientes de inclusão digital estejam de acordo com o decreto Lei no. 5296/04 de acessibilidade, que garante às pessoas com deficiência o acesso aos bens e serviços públicos;
17. O estabelecimento de políticas e ações de recondicionamento de equipamentos e metareciclagem como premissas de uma nova forma de se relacionar com a tecnologia e com o meio ambiente;
18. O incentivo de iniciativas de Inclusão Digital relacionadas à formação, produção e compartilhamento de conteúdo e de conhecimento;
19. Que a implantação da TV digital garanta a interatividade plena a todos os cidadãos e cidadãs, viabilizando a interface entre TV e serviços IP, além da produção e difusão de conteúdos livres pela sociedade civil, com a garantia de canais públicos de veiculação e liberdade de cópia para materiais com licenças abertas;
20. Que as políticas públicas de Inclusão Digital incluam as questões de gênero, raça, GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), os povos indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e as comunidades de pescadores artesanais;
21. O Governo Federal deve, de forma efetiva, investir e alavancar investimentos para iniciativas de Inclusão Digital através da criação de um sistema que viabilize recursos para a remuneração dos que trabalham diretamente nas unidades instaladas dos projetos;
22. Incentivar a criação de redes de formação continuada dos recursos humanos que trabalham em projetos de Inclusão Digital, assim como de redes de compartilhamento e de trocas de experiências e conteúdos;
23. Que os Planos de Inclusão Digital e programas de expansão de conectividade e infraestrutura lógica fomentados pela esfera pública cheguem às regiões remotas e isoladas;
24. Apoiar a consolidação do sistema brasileiro de governança da Internet, conduzido

pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), para estimular o debate nacional sobre os temas da governança da Internet discutidos nos fóruns internacionais;

25. Certos da necessidade de debater os desafios da convergência tecnológica e apontar as diretrizes para reorganização do marco regulatório e construção de políticas públicas de comunicação, e visando à garantia do direito à comunicação das cidadãs e cidadãos brasileiros, defendemos a realização de uma Conferência Nacional de Comunicação ampla, democrática e participativa, construída a partir de etapas locais e regionais, com apoio e participação dos setores envolvidos em projetos de inclusão digital;

26. Reivindicamos a criação em lei do Conselho Nacional de Inclusão Digital, com ampla participação de entidades da sociedade civil e movimentos sociais. O Conselho deve participar da definição das principais diretrizes da política pública de inclusão digital do país, bem como do cogerenciamento dos recursos públicos previstos para esse fim. A iniciativa deve ser replicada nos Estados e Municípios.

Subscrevem essa carta:

Cidadania Digital

Coletivo Digital

Intervozes

Rede Livre

Rede Marista de Solidariedade (RS)

Rits

Sampa.org

Salvador , 29 de novembro de 2007

ANEXO D – CARTA DA 7ª OID

Nesta sétima edição da Oficina de inclusão digital, entidades da sociedade civil envolvidas com os temas centrais das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento humano, econômico e social, apresentam sua pauta para a formulação de uma política pública, integradora neste campo. Esta carta expressa um consenso trabalhado a partir dos avanços já consolidados na 6ª Oficina de Salvador. Os que subscrevem assumem o compromisso público de fazê-la circular amplamente entre gestores públicos nas diferentes esferas governamentais e repercutila junto às demais entidades da sociedade civil.

Carta de Belém do Pará – 7ª Oficina para Inclusão Digital

Desde a realização da primeira Oficina para inclusão digital, em 2001, o país vem alcançando parte das metas propostas pela sociedade civil para inclusão digital. Exemplos disso são as iniciativas de recondicionamento de equipamentos e metareciclagem; o uso e a migração para Software Livre nas iniciativas públicas e governamentais de inclusão digital; a política de desenvolvimento de Software Públicos e a criação de um Grupo de Trabalho para definir a integração das iniciativas de inclusão digital no País.

Superando obstáculos e divergências, construímos um discurso comum que orienta nossas ações. A inclusão digital está presente em várias ações do Governo Federal, que agora convergem para uma ação unificada.

Mas há uma questão grave, que tem impacto negativo sobre a causa da inclusão digital. Esta carta repudia o Projeto de Lei 84/99 (exPLC 89/03), que trata "dos crimes contra a segurança dos sistemas informatizados". Aprovado no Senado no dia 9 de julho, este projeto continua em tramitação no Congresso Nacional. Entendemos que esta proposta inviabiliza a inclusão digital no Brasil. O projeto é nocivo para a sociedade, porque trata o compartilhamento de conhecimento como crime, sem a existência de uma legislação

que trate de direitos na internet.

Os artigos 285A, 285B, 163A, 171 e 22 implantam uma situação de vigilantismo na rede. Os defensores do projeto dizem que eles visam impedir ações criminais na internet, mas eles não serão eficazes para isso. Na verdade, abrem espaço para a violação de direitos civis básicos. Em síntese, o projeto coloca em risco a política de ampliação das redes abertas comunitárias de banda larga, a liberdade de compartilhamento, de expressão, de criação, de acesso, de privacidade e o direito ao anonimato.

Diante disso, reiteramos nosso repúdio ao Projeto de Lei em questão. Propomos que ele seja retirado da pauta, porque sua aprovação vai coibir o avanço da liberdade de expressão e de criação. Propomos ainda que se abra um debate público com todos os interessados, na busca da criação de uma nova lei que regule adequadamente o tema. Sem ferir as redes abertas, a liberdade de expressão e a inclusão e a cultura digital.

Nós insistimos que o Brasil precisa de uma política pública integrada que coloque a cidadania no horizonte da sociedade da informação. Sendo assim, reivindicamos um conjunto de ações gerais para uma política pública de tecnologias de informação e comunicação a serviço da inclusão digital:

1. Que todas as esferas de governo desenvolvam e implementem planos de inclusão digital como forma de integrar ações, racionalizar e otimizar recursos públicos. É importante que a sociedade civil visualize de forma precisa qual ente governamental coordena e responde pelas ações de inclusão digital, de forma a poder participar do debate, contribuir e fiscalizar;
2. Que se amplie e dissemine o debate com toda sociedade civil visando construir consenso para avançar na implementação de marcos regulatórios e de políticas públicas que assegurem a sustentabilidade e permanência de iniciativas de inclusão digital. Isso vai superar os obstáculos que se interpõem num contexto de descontinuidades geradas pelas mudanças de gestão;
3. Que os diversos programas sociais e políticas públicas, voltados para assistência

social, criança e adolescente, inserção produtiva, educação de jovens e adultos tenham como um de seus componentes as ações de inclusão digital;

4. Liberação imediata dos fundos públicos, em especial do FUST, para a implantação de programas e projetos de inclusão digital por parte dos governos federal, estaduais e municipais, bem como diretamente por organizações da sociedade civil;

5. Uma política pública que estimule a redução significativa dos preços de conexão à Internet, tanto para o usuário final como para os provedores locais de serviços de Internet;

6. Assegurar recursos públicos e um marco legal habilitador para a implementação de estratégias de municípios digitais que contemplem projetos de inclusão digital públicos e gratuitos como redes de conexão à internet comunitárias, telecentros comunitários e conexões compartilhadas;

7. Monitoramento sistemático e regular das metas de universalização dos contratos de concessão na área de telecomunicações, para garantir amplas facilidades para iniciativas locais de inclusão digital;

8. Acesso isonômico aos pontos de presença das espinhas dorsais em cada município, tanto para provedores de serviços locais como para iniciativas de inclusão digital, bem como garantia regulatória que esses pontos de presença tenham banda de alta disponibilidade à medida que expandam sua utilização no município;

9. Que as iniciativas de inclusão digital se aliem a um verdadeiro processo de democratização dos meios de comunicação, reconhecendo e incrementando as rádios comunitárias;

10. Que as iniciativas de inclusão digital assegurem uma gestão participativa das comunidades onde estão localizadas e que este seja um critério preponderante nos editais públicos;

11. Que as políticas de inclusão digital fomentem o associativismo, o cooperativismo e as ações de economia solidária;

12. Fortalecer e incentivar iniciativas de inclusão digital que promovam as línguas, os dialetos, as identidades culturais, regionais e étnicas;

13. Que os planos de inclusão digital venham acompanhados de medidas efetivas de promoção da transparência e acesso livre à informação pública e de avanços de políticas de governo eletrônico, ocasionando uma maior participação da sociedade na esfera

pública;

14. Que os ambientes de inclusão digital estejam de acordo com a legislação vigente no país e acordos internacionais que tratam a questão da acessibilidade, garantindo às pessoas com deficiência o acesso aos bens e serviços públicos;

15. Implementar ações eficazes junto aos incluídos digitalmente, trabalhando de forma crítica e construtiva o tema da conscientização sócioambiental;

16. Incentivo a iniciativas de inclusão digital relacionadas à formação, produção e compartilhamento de informação, conteúdo e de conhecimento;

17. Que o desenvolvimento da TV digital garanta a interatividade plena a todos os cidadãos e cidadãs, viabilizando a interface entre TV e serviços IP, além da produção e difusão de conteúdos livres pela sociedade civil, com a garantia de canais públicos de veiculação disponíveis no espectro em todos os municípios em que a tecnologia for implementada e sem limitação de cópias em alta definição para materiais com licenças abertas;

18. Que as políticas públicas de inclusão digital incluam as questões de gênero, raça, LGBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), os povos indígenas, quilombolas, assentamentos rurais e as comunidades de pescadores;

19. O Governo Federal deve, de forma efetiva, investir e alavancar investimentos para iniciativas de inclusão digital através da criação de um sistema que viabilize recursos para a remuneração dos que trabalham diretamente nas unidades instalada dos projetos;

20. Incentivar a criação de redes de formação continuada dos recursos humanos que trabalham em projetos de inclusão digital, assim como de redes de compartilhamento e de trocas de experiências e conteúdos;

21. Que os planos de inclusão digital e programas de expansão de conectividade e infraestrutura lógica fomentados pela esfera pública cheguem às regiões remotas e isoladas, bem como localidades de baixa densidade populacional;

22. Apoiar a consolidação do sistema brasileiro de governança da Internet, conduzido pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), para estimular o debate nacional sobre os temas da governança da Internet discutidos nos fóruns internacionais;

23. Reafirmamos a defesa da realização de uma Conferência Nacional de Comunicação ampla, democrática e participativa, construída a partir de etapas locais e regionais, com apoio e participação dos setores envolvidos em projetos de inclusão digital;

24. Reivindicamos a criação em lei do Conselho Nacional de Inclusão Digital, com ampla participação de entidades da sociedade civil e movimentos sociais. O conselho deve participar da definição das principais diretrizes da política pública de inclusão digital do país, bem como do cogerenciamento dos recursos públicos previstos para esse fim. A iniciativa deve ser replicada nos Estados e Municípios;

25. Que os planos e ações de inclusão digital venham acompanhados de metodologias e projetos pedagógicos, que levem em conta as particularidades regionais, e agregue possibilidades de integrar didática, formação humana e profissional.

Subscrevem esta carta:

- Cidadania Digital
- Coletivo Digital
- Intervezes
- Associação Software Livre
- Rede Marista de Solidariedade (RS)
- Rits – Rede de Informação para o Terceiro Setor
- Sampa.org
- Projeto Saúde & Alegria

ANEXO E – CARTA DA 8ª OID

Carta de Belo Horizonte

Nesta oitava edição da Oficina de Inclusão Digital (OID), as entidades da sociedade civil envolvidas com os temas centrais das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento humano, econômico e social, apresentam sua pauta para a formulação de uma política pública nacional, integradora deste campo.

Reconhecemos que, desde a realização da primeira Oficina para Inclusão Digital (OID) em 2001, principalmente nos últimos anos, estamos alcançando e conquistando avanços significativos, através de um grande esforço coletivo e unitário para superar a exclusão digital e social em nosso País. Exemplos disto, são as diversas iniciativas públicas, governamentais e não governamentais de inclusão digital.

Superando obstáculos e divergências, percebese a construção de diretrizes comuns. De fato, a inclusão digital está presente em várias ações do Governo Federal e de outras esferas públicas. Todas convergem realmente para uma ação unificada.

Almejamos que o Projeto Telecentros.BR, o Plano Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades em vias de ser lançado pelo Governo Federal possa, além de contemplar e atender aos sempre reivindicados problemas de infraestrutura material das unidades de inclusão digital, também contemple o apoio à formação humana, capacitadora e requalificadora de forma integral, ampla e universal.

E que os editais a serem divulgados em breve, estejam disponibilizados, como hoje acontece com a maioria dos projetos geridos de maneira exitosa pela sociedade civil: em rede, consorciados e participativos.

Projeto de Lei 84/99 (exPLC 89/03)

Reafirmamos que esta grave questão nos preocupa sobremaneira, porque tem um impacto negativo sobre a causa da inclusão digital.

A Carta de Belo Horizonte repudia veementemente o Projeto de Lei 84/99 (exPLC 89/03), que trata "dos crimes contra a segurança dos sistemas informatizados". Aprovado pelo Senado Federal no dia 09 de julho de 2009, este Projeto atualmente tramita no Congresso Nacional.

Entendemos que esta proposta inviabiliza a inclusão digital no Brasil. O projeto é nocivo para a sociedade, porque trata o compartilhamento do conhecimento como crime, sem a existência de uma legislação que trate de direitos na Internet.

O PL abre espaço para a violação de direitos civis básicos e coloca em risco a política de ampliação das redes abertas comunitárias de banda larga, a liberdade de compartilhamento, de expressão, de criação, de acesso, de privacidade e do direito ao anonimato.

Diante disto, reiteramos nosso repúdio a este Projeto de Lei.

REDE PÚBLICA DE BANDA LARGA

Que as ações em curso do Governo Federal para levar uma banda larga de qualidade para todas as regiões do Brasil se consolide de fato, e que seja pública, democrática e de acesso universal.

É nítido o esforço do Governo Federal em garantir a ampliação do serviço de Banda Larga no Brasil. O Plano Nacional de Banda Larga vem preencher e uma lacuna que a iniciativa privada não conseguiu preencher, e jamais preencherá.

Mas para que o Plano dê certo, é preciso que ele seja prestado em regime público por meio de diversas tecnologias, com metas de qualidade, controle de preços e garantia de continuidade, com pontos de presença gratuitos em todos os municípios brasileiros para garantir sua universalização.

O Plano de Banda Larga a ser aprovado deve garantir a criação de infraestrutura pública para prestação de serviços ao governo e a todos os cidadãos. Só assim teremos uma verdadeira universalização da Banda Larga no País.

Nós insistimos que o Brasil necessita de uma política pública integrada que coloque a cidadania no horizonte da sociedade da informação.

Subscvem esta Carta:

Cidadania Digital, Coletivo Digital, Intervezes, Rede Marista de Solidariedade (RS), Sampa.org, UNICEPAN, CRC Circuito Jovem (Recife), Província Marista Centro Norte, CRC CESMAR e NACIPAZ (Natureza, Cidadania e Paz).

ANEXO F – CARTA DA 9ª OID

I. Novo patamar: os três programas e os próximos dez anos.

II. Garantir, qualquer que seja o governo, a universalização da inclusão digital para o povo brasileiro.

III. Rever a forma com está se estabelecendo as relações entre o governo e a sociedade civil.

a. Exemplo 1: complementar os grandes convênios com prêmios menores que não comprometam a continuidade das entidades.

b. Exemplo 2: a criação de uma lei específica para tratar convênios com a sociedade civil.

IV. O nosso movimento mantém-se autônomo e independente, mas deve continuar a atuar dentro de outros movimentos e outras conferências para conquistar capilaridade suficiente para construirmos uma conferência nacional de Inclusão Digital.

V. Apropriação, por parte das iniciativas de Inclusão Digital, do Fórum da Cultura Digital Brasileira como um ambiente de construção de políticas públicas para a cultura e a ID.

VI. Construir encontros regionais ou estaduais, para preparar a oficina nacional, elegendo os delegados que serão financiados pela oficina para participar do encontro nacional.

VII. Buscar financiamento para a participação dos conselhos gestores e entidades locais na Oficina Nacional de Inclusão Digital.

VIII. Rever o formato da oficina, para que as atividades formativas não conflitem com as atividades de discussão política da inclusão digital. Além de ampliar os espaços onde

as entidades locais possam expressar suas dificuldades e propor soluções.

IX. Dentro do Telecentros.BR propor a descentralização das atividades formativas e a criação de redes temáticas como uma rede de manutenção e suporte, que será necessária nos próximos meses.

X. Eleição de representantes da sociedade civil para o Comitê Técnico de Inclusão Digital e para o Comitê Gestor do Programa de Inclusão.

XI. Digital, nos moldes do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.BR). Os representantes da sociedade civil devem ter assegurados de forma permanente direito a voz e voto dentro desses comitês.¹¹⁵

XII. Que o Fórum Brasil Conectado transmita em tempo real suas reuniões e tenha estratégias para a incorporação das propostas advindas da sociedade civil.

XIII. Publicação dos códigos fonte do ONID e permitir o acesso ao seu banco de dados para garantir a governança dos dados em períodos de alternância política.

Organizações signatárias:

- Sampa.org
- Cidadania Digital
- Coletivo Digital
- Fórum Nacional dos Pontos de Cultura
- Fórum da Cultura Digital Brasileira
- Comitê de Educação para a Democratização da Informática – São Paulo/SP
- Programando o Futuro
- Pontão de Cultura Minuano
- Rede Marista de Solidariedade
- IPSO

¹¹⁵Provavelmente, os itens X e XI são, na verdade, um único item, erroneamente separado.

ANEXO G – CARTA DA 11ª OID

Grito da Exclusão Digital

À Presidenta Dilma Rousseff

A jornada vitoriosa que culminou na realização da 11ª Oficina para Inclusão Digital e Participação Social se iniciou no II Fórum da Internet. Organizado pelo CGI.br no início de julho, o evento reuniu em Olinda ativistas das TICs e da Inclusão Digital de todo o país, em plenárias lotadas.

Durante o encontro, justamente no momento em que nós, ativistas da Inclusão Digital, clamávamos por uma discussão sobre a crise instaurada nos programas públicos da área, recebemos com surpresa a notícia de que “A Oficina”, já tradicional fórum desses debates, realizada há 10 anos pelas entidades da sociedade civil em parceria com os governos, havia sido cancelada.

Não demorou muito para a indignação dar lugar à iniciativa. A sociedade civil se organizou e decidiu: a Oficina aconteceria!

Acreditamos que esse panorama de incertezas e ausência de diálogo é reflexo de uma indisposição para construir políticas públicas em conjunto com a sociedade civil. Durante a 11ª Oficina, que por fim aconteceu, totalmente renovada e com ampla participação em Porto Alegre, o único representante da Secretaria de Inclusão Digital, de passagem pelo evento, comunicou aos ativistas que “a pauta mudou”. A pauta mudou, mas os movimentos sociais ativamente envolvidos não foram consultados.

Quem resolve o problema da Inclusão Digital? Quem são os atores? Quem são os parceiros? Política Pública ou filantropia? Estes debates vêm sendo enfrentados ao longo de quase doze anos.

Chegamos a um patamar em que inscrevemos Inclusão Digital como direito do cidadão, como algo que deve ser objeto de ação do Poder Público, que deve envolver do Governo

Federal ao poder local, e ter as comunidades como atores centrais.

Durante os dias 27, 28 e 29 de novembro de 2012, na 11ª Oficina para Inclusão Digital e Participação Social, em Porto Alegre, foram apontadas preocupações com o Marco Civil da Internet, que tramita no Congresso Nacional, o Plano Nacional de Banda Larga, que não decola, e as dificuldades das políticas de Inclusão Digital do governo federal: o futuro incerto dos CRCs - Centros de Recondicionamentos de Computadores, do programa Pontos de Cultura e também do programa Telecentros.BR. Oficinas práticas se debruçaram sobre soluções concretas e ações possíveis junto às comunidades. Em espaços disputados nos preparamos para continuar fazendo nosso trabalho no movimento e nas comunidades e para realizar a 12ª Oficina no ano que vem.

A atual crise entre os membros da sociedade civil, agentes da Inclusão Digital e o governo federal é fato. A criação do TeleCentros.Br foi recebida com alegria no início do governo Dilma justo por colocar, sob a batuta de uma nova secretária no Ministério das Comunicações – a de Inclusão Digital, todos os programas e iniciativas que estavam dispersos no governo. Mas a crise instalou-se. A relação entre os ativistas que tocam os projetos de Inclusão Digital e o Minicom é inexistente, pela falta de diálogo e de propostas de continuidade pactuadas com seus diversos parceiros do movimento social.

Vínhamos, numa construção conjunta com um governo democrático e popular, e a opção pela descontinuidade dos programas e, especialmente desse diálogo e parceria, é um retrocesso nas conquistas da participação social.

As evidências do abandono são alarmantes. Os números oficiais e públicos de que dispomos sobre o programa Telecentros.Br não são nada favoráveis: dos 8.472 telecentros aprovados no edital que abriu o programa, apenas 1.193 unidades estão em funcionamento, 2.800 entregas foram feitas e não instaladas e continuamos sem dados sobre entrega e funcionamento de conexão.

Durante a Oficina, o mesmo representante do MiniCom anunciou o recolhimento dos equipamentos que, depois de dois anos de espera, permanecem em caixas fechadas,

impedidos de serem montados em locais que deveriam funcionar como telecentros. Além disso, até janeiro de 2013, locais que forem identificados como “inadequados” para abrigar um telecentro terão seus computadores recolhidos. O que seria um local inadequado, quando o objetivo do programa é justamente fazer chegar às regiões mais isoladas uma possibilidade de conexão com o resto do mundo?

Afirmamos veementemente: o recolhimento não tem sentido. É preciso retomar a relação de confiança entre governo e sociedade civil, entregando os equipamentos às comunidades e permitindo que se apropriem deles, confiando que farão bom uso.

Esse mesmo clima reflete-se também nos programas de formação de monitores, os multiplicadores da inclusão. Anunciado o fim da Rede de Formação, o governo faz uma opção por substituir a formação em rede e contínua, solicitação antiga dos movimentos, por certificação online.

O modelo de formação em rede, colocando o foco na confecção de projetos comunitários para serem aplicados nas pontas, com desdobramentos nas comunidades, superou as expectativas do programa. Articulou as entidades, fortaleceu a cidadania, empoderou agentes comunitários, e promoveu a participação social a serviço do desenvolvimento local e de microrredes territoriais.

Também as iniciativas de capacitação técnica de jovens, baseadas no acondicionamento de computadores e destinação de resíduos eletroeletrônicos, estão articuladas em rede e se fortalecendo institucionalmente com vistas à sua sustentabilidade. Compartilhando suas experiências, dando visibilidade às suas ações, captando recursos financeiros e parceiros para a sustentação econômica, as iniciativas dos CRCs estão estimulando a ampliação desses espaços. Porém, a desburocratização e a legitimidade dos processos de seleção pública, bem como a contratação das entidades gestoras de iniciativas de acondicionamento de computadores é fator fundamental para a sobrevivência financeira.

Pelos impactos já comprovados que a apropriação ativa das tecnologias da informação e comunicação promove nas sociedades é imprescindível que a Inclusão Digital seja

percebida como um direito humano fundamental, assim como a educação, a saúde e o trabalho. Já tivemos mostras de que para isso é preciso que ela seja objeto de gestão colaborativa, envolvendo áreas técnicas e sociais do governo, e de outro lado a sociedade civil.

E sabendo que Inclusão Digital só faz sentido se viabiliza acesso ao conhecimento e promove a emancipação cidadã, produzindo sujeitos críticos e participativos, reforçamos ainda que é imperativo que tenhamos padrões abertos e licenças que promovam a colaboração e o compartilhamento, por meio de uma plataforma em tecnologias livres.

A ausência de um Marco Regulatório das relações entre estado e sociedade civil contribui decisivamente para a construção de um ambiente de desconfiança num espaço que tradicionalmente foi marcado por relações de parceria e participação social.

A opção por incluir oficialmente na temática da oficina a Participação Social não é por acaso. Nós entendemos que Inclusão Digital não se faz sem participação social. O modelo de Inclusão Digital foi pensado e baseado na participação popular. Os conselhos gestores comunitários sempre foram meta de nossos movimentos.

Enfim, nosso movimento permanente está dizendo: não vamos aceitar que políticas públicas pelas quais tanto lutamos sejam descontinuadas, não vamos permitir que o governo democrático e popular deixe de ser uma alternativa para todos os ativistas dos movimentos sociais. Inclusão Digital é garantia do direito humano de acesso ao conhecimento, para o qual a tecnologia é instrumento. Queremos lisura, transparência e comunidades atendidas.

Para nós, problemas e obstáculos não são motivos para desistir, mas sim desafios a serem vencidos, juntos com gente de cada região. Portanto, o nosso clamor por Inclusão Digital e participação social impõe-se, acima de tudo, como condição para uma sociedade mais justa e igualitária.

A luta, certamente, continua e continuará!

NOTAS DE TRADUÇÃO

- i If human beings form a social network it is not because they interact with other human beings. It is because they interact with human beings and endless other materials too.(...) And – this is my point – if these materials were to disappear then so too would what we sometimes call the social order.
- ii The equipment has been installed and 'is fully operational'.
- iii It has been reported, for instance, that 'because COPPE is a university lab, it does not provide service 24 hours per day and 7 days per week. Thus, when we had a technical problem on a Friday afternoon, it would not be repaired until the following Monday'
- iv the site, which is located in a slow-slung small shopping center building, was hit by lightning during a tropical summer storm and the equipment was 'fried'
- v the Estação do Futuro is a commercial business as any other in the community
- vi Three or four new private telecentros emerged, generally LAN houses, which also provide Internet services, even though they do not have all the services the Estação do Futuro has. This competitive movement led us to evolve and invest in our service
- vii ... may be seen as a product or an effect of a network of heterogeneous materials.
- viii...these networks are composed not only of people, but also of machines, animals, texts, money, architectures -- any material that you care to mention.
- ix ...if a network acts as a single block, then it disappears, to be replaced by the action itself and the seemingly simple author of that action.
- x ...How might method deal with mess?
- xi Parts of the world are caught in our ethnographies, our histories and our statistics. But other parts are not, or if they are then this is because they have been distorted into clarity. [...] If much of the world is vague, diffuse or unspecific, slippery, emotional, ephemeral, elusive or indistinct, changes like a kaleidoscope, or doesn't really have much of a pattern at all, then where does this leave social science? How might we catch some of the realities we are currently missing? Can we know them well? Should we know them? Is 'knowing' the metaphor that we need? And if it isn't, then how might we relate to them?
- xii ...the process of crafting and enacting the necessary boundaries between presence, manifest absence and Otherness. Method assemblage is generative or performative, producing absence and presence. More specifically, it is the crafting or bundling of relations in three parts: (a) whatever is in-here or present (for instance a representation or an object); (b) whatever is absent but also manifest (that is, it can be seen, is described, is manifestly relevant to presence); and (c) whatever is absent but is Other because, while necessary to presence, it is also hidden, repressed or uninteresting. Presence may take the form of depictions (representational and/or allegorical) or objects. Manifest absence may take the form of a reality out-there that is represented, or the relevant context for an object.
- xiii...if realities are enacted, then reality is not in principle fixed or singular, and truth is no longer the only ground for accepting or rejecting a representation. The implication is that there are various possible reasons, including the political, for enacting one kind of reality rather than another, and that these grounds can in some measure be debated. This is ontological politics.
- xiv ...addresses and often challenges traditional perspectives in philosophy, sociology, and history of science and technology.
- xv ...on reform or activism, critically addressing policy, governance, and funding issues, [...] [trying] to reform science and technology in the name of equality, welfare, and environment.
- xvi [the] main trouble with cyborgs, of course, is that they are the illegitimate offspring of militarism and patriarchal capitalism, not to mention state socialism. But illegitimate offspring are often exceedingly unfaithful to their origins.

Their fathers, after all, are inessential.

xvii ...the terminology, structure, and form that make articulation of the problem...

xviii...who began using it in 1996 to name differences in opinion about new technology.

xix ...to distinguish between advocates and detractors in debates about the value of IT.

xx ...not only names different kinds of technological and social differences but, even when it appears to refer to the same object, does so differently at different times and in different contexts. This complexity does not derive from some univocal origin that subtends and anchors the multiplicity. It is not some form of terminological confusion that subsequently has come to afflict what initially had been a pure and homogeneous concept. Instead, the 'digital divide' is originally and persistently plural.

xxi At the request of Vice President Gore, the Commerce Department's National Telecommunications and Information Administration (NTIA) has analyzed telephone and computer penetration rates across the United States to determine who is, and who is not yet, connected. The Administration has made it a fundamental goal to connect all Americans to the information infrastructure.

xxii [w]hen deployed by social actors, metaphors are not always merely descriptive. Their use is not simply an innocent attempt by commentators or politicians to demonstrate their own imaginative capacities or to appeal to the imaginations of their audiences. Metaphors also have a normative dimension; they can be used to help the imaginary become real or true.

xxiii First, metaphors can assist scientists to think about new phenomena and new problems [...]. Second, metaphors can become solidified [...] and inhibit thought about new phenomena and new problems. Third, a successful metaphor can alter our understanding of the world [...]. Finally, metaphors are contestable, and there are real political and cognitive issues at stake (...).

xxiv Gore's metaphor of the superhighway guided the development and implementation of a range of policies around the national information infrastructure during the first Clinton administration. The metaphor has been significantly more successful than the policies, reflecting the promises of freedom and mobility delivered by the car earlier in the twentieth century.

xxv ...first, it is generally admitted that there still are considerable differences in internet use, even in the most advanced countries. Second, it is argued that the public sector should level out the differences by making opportunities available to everyone, notwithstanding differences in social, educational or economic backgrounds. Third, the discourse expresses confidence in the ability of the new technology to overcome social inequality.

xxvi ...a bundle of indefinitely extending and more or less routinised and costly literary and material relations that include statements about reality and the realities themselves; a hinterland includes inscription devices, and enacts a topography of reality possibilities, impossibilities, and probabilities.

xxvii ...objects which are both plastic enough to adapt to local needs and the constraints of the several parties employing them, yet robust enough to maintain a common identity across sites.

xxviii My research does not look at the specific texts involved in coordinating social relations at the shelters, as a true institutional ethnography would. Instead, it takes one step back to look at the way computers, as powerful text-producing tools, are involved in social relations.

xxix [t]he staff members at the shelters were reluctant to share proprietary information about their programs, because of potentially reduced funding (...). There is also a deepseated concern with sharing data on clients. The worry is that shared information on clients shelters will make it more difficult for shelters to protect clients, and may expose clients to more risk if the information is available to a wider community of people.

xxx What distinguished e-Sagu was its plan to take connectivity the next step, linking the farmer not just to information

on the Internet but to agricultural experts telling individual farmers how to farm. Its basic conception, which resonated richly across a range of stakeholders, was that farmers were foundering for lack of access to guidance from agricultural scientists; forging this connection was a technical challenge, to be solved by ICT.

xxxix ...assuming an external scientific source of agricultural skill, e-Sagu was unwittingly based on an extreme acultural model of external scientific expertise.

xxxix ...agricultural skilling in rural India is in many ways a sociocultural process.

xl ...*E-Sagu* therefore began to involve itself in the very sociocultural process of skilling it had denied in its conception of farmers merely needing a conduit to scientific guidance. (...) staff began to visit fields themselves, to interact more with the farmers and develop rapport. They began to offer cooperative clients high praise and publicly award flower garlands.

xli ...a potential difficulty not only because technological determinism, as a general theory of social change, remains controversial, but because there are specific problems with the technological determinist perspective as it applies to computer technology.

xlii ...technologies and media as entirely subordinate to their development and use in particular sociopolitical, historical, and culturally specific contexts.

xliii ...emphasizes individual control over the tools which they see themselves as “choosing” to use.

xliiii as part of the more general issue of the interaction between technology and society where the emphasis is either given to the former or the latter.

xliiiii [w]hat happens depends upon the ways in which the technology is developed and implemented, the social uses to which it is put and the degree to which it is diffused throughout society. (...) Finding out who has access to this technology is the first step in deciding whether its democrati potential is being realised or not.

xlv ...possible indication of the gradual dominance that neo-liberal frames for policy making are acquiring worldwide.

xlvi ...if we judge also in terms of human rights, the question of whether digital inclusion is good or bad depends on what kind of digital world we are to be included in. If we wish to work toward digital inclusion as a goal, it behooves us to make sure it is the good kind.

xlvii ...surveillance, censorship, proprietary software, restricted formats, software as a service, and copyright enforcement.

xlviii [a] program to promote “digital inclusion” must take account of these threats, so as to avoid exposing its intended beneficiaries to them.

xlix How do we protect freedom when the architectures of control are managed as much by the government as by the private sector? How do we assure privacy when the ether perpetually spies? How do we guarantee free thought when the push is to propertize every idea? How do you guarantee self-determination when the architectures of control are perpetually determinaed elsewhre? How, in othe words, do we build a world of liberty when the threats are as Vinge and Madox together described them?

l ...[c]yber space is not a place; it is many places. Its places don't have one nature; the places of cyberspace have many different “natures”. These natures are not given, they are made. They are set (in part at least) by the architectures that constitute these different spaces. These architectures are themselves not given; these architectures of code are set by the architects of cyberspace – code writes.

lii Realities are not explained by practices and beliefs but are instead produced in them. They are produced, and have a life, in relations.

liiii [...] from an epistemological to a praxiographic appreciation of reality [...].

xlvi[...] to investigate the uncertain and complex lives of objects in a world where there is no closure. Where, willy-nilly, there is no singularity [...]. [That allows us] to investigate the multiplicity of those objects, the ways in which they interact with one another.

xlviMethod always works not simply by detecting but also by amplifying a reality

xlix[...] literary and material relations that include statements about reality and the realities themselves.

l [...] more than one and less than many.